



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

ANDRÉ FIALHO DE OLIVEIRA

**PEQUENO MAPA DO TEMPO DE CRISE: ENSINO DE HISTÓRIA, AFETOS E
NEGACIONISMOS NA ERA DIGITAL**

**FORTALEZA
2023**

ANDRÉ FIALHO DE OLIVEIRA

PEQUENO MAPA DO TEMPO DE CRISE
ENSINO DE HISTÓRIA, AFETOS E NEGACIONISMOS NA ERA DIGITAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Dra. Ana Rita Fonteles Duarte

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O45p Oliveira, André Fialho de.
Pequeno Mapa do Tempo de Crise : ensino de história, afetos e negacionismos na era digital / André Fialho de Oliveira. – 2023.
158 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Mestrado Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.

1. ensino de história. 2. afetos. 3. negacionismo. 4. história pública digital. 5. cibernética. I.
Título.

CDD 907.220711

ANDRÉ FIALHO DE OLIVEIRA

PEQUENO MAPA DO TEMPO DE CRISE
ENSINO DE HISTÓRIA, AFETOS E NEGACIONISMOS NA ERA DIGITAL

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Linguagens e Narrativas Históricas.

Aprovada em: 30/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Edmilson Alves Maia Junior
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dra. Ana Karine Martins Garcia
Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE)

A Dionísio, pela alegria que me faz sempre
persistir e desejar mais a vida. Evoé, evoé,
evoé!

AGRADECIMENTOS

À companheira **Karla Katiani Amorim Silva** e ao nosso filho, **Dionísio Amorim Fialho**, por atravessarmos juntos tantas tormentas nos últimos cinco anos. O amor de e por vocês foi a força que me manteve em pé nesses tempos.

À professora **Ana Rita Fonteles Duarte**, por toda orientação, confiança, compreensão e autonomia.

Às professoras e aos professores, também presentes nessa *solidão povoada de encontros*. **Ana Carla Fernandes Sabino** e **Ana Amélia Rodrigues de Oliveira**, sobre história do ensino de história; **Kleyton Rattes Gonçalves**, **Franck Pierre Gilbert Ribard** e **Leandro Santos Bulhões de Jesus**, sobre educação para as relações étnico-raciais; **Nilton Mullet Pereira** e **Caroline Pacievitch** (UFRGS), sobre filosofia da diferença no ensino de história; **Antonio Gilberto Ramos Nogueira**, sobre memória e patrimônio; **Edmilson Alves Maia Jr.**, sobre teoria da história e temporalidades; **Jailson Pereira Silva**, sobre documentos e projetos; **Sônia Maria de Meneses Silva** (URCA), sobre ensino e história pública. Suas contribuições extrapolaram a escrita e perpassam minha prática.

Ao professor **João Júlio Gomes dos Santos Júnior**, coordenador do Laboratório de Narrativas Históricas (LNH/UECE), cujos encontros em 2020 por vezes também conduzidos pelo professor **Fabício Antônio Antunes Soares** foram fundamentais como primeiro desvio de rota, a partir das leituras sobre narrativas, passados práticos e história pública digital. A estes, seguiram-se dois, igualmente cruciais a este trabalho: os apontamentos do professor **Kleyton Rattes Gonçalves** sobre antropologia digital no fim de 2020 e as discussões sobre filosofia da diferença e afetos pelos professores **Nilton Mullet Pereira** e **Caroline Pacievitch** (a quem devo o primeiro contato com o princípio esperança de Bloch) – que me fizeram, junto a um comentário do professor **Jailson Pereira Silva**, despertar do sono dogmático da consciência e buscar formas de sonhar acordado, no início de 2021.

À primeira turma do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará, companhia de tantas horas *online*, que minimizavam o mal-estar do isolamento: **Emilio Albuquerque Fernandes**, **Héctor Cândido Oliveira Barreto**, **Jefferson Ênio Prado Clarindo**, **João Eudes Alexandre de Sousa Jr.**, **Liesly Oliveira Barbosa**, **Marisnanda Mota Araújo**, **Michelle Barbosa Soares**, **Natali Mendes de Lima**, **Natália de Assis Barbosa**, **Sandoval Matoso da Cruz**.

Ao amigo **Paulo Glayson Lima Lopes**, cujas conversas e apontamentos vieram na hora certa, amenizando o desespero dos últimos meses e somando forças para a escrita.

Às bancas de qualificação, composta pelos professores **Sônia Maria de Meneses Silva** e **Edmilson Alves Maia Jr.**, e de defesa, por este e pela professora **Ana Karine Martins Garcia**, com suplência do professor **Kleyton Rattes Gonçalves**. As contribuições dadas não se encerram neste trabalho.

À escola em que atualmente trabalho, **EEM Dr. César Cals**, onde recebi apoio por parte da gestão, de colegas e estudantes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Comparação das tentativas dos outros com empreendimentos de navegação, nos quais os navios são desviados do Polo Norte magnético. Encontrar esse Polo Norte. O que são desvios para os outros, são para mim os dados que determinam a minha rota.

(Walter Benjamin. *Passagens*. N 1, 2)

RESUMO

Partindo da linha de pesquisa “Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão”, este trabalho buscou mapear elementos que compõem a situação de desorientação alegada no debate recente entre teoria e ensino de história, traçando camadas do que se pode entender como uma crise transversal, frente às transformações do processo de plataformização e neoliberalização nas duas primeiras décadas do século XXI. A partir de um jogo de escalas, do disciplinar à temporalização de um tempo de crise permanente, este trabalho cartografou as forças que compõem esse fenômeno, associando-o à formulação e à popularização de novas formas de negacionismo histórico. Para melhor entendê-los em sua relação com a dinâmica antiestrutural das plataformas digitais, baseou-se na teoria dos afetos de Baruch de Spinoza e sua releitura por Gilles Deleuze e Félix Guattari, assim como nos estudos recentes da antropologia digital por Letícia Cesarino, de inspiração cibernética, ao enfatizar o conceito de ressentimento na dimensão afetiva das disputas políticas. Por fim, após análise empírica da produção, circulação e consumo de narrativas históricas por públicos digitais, feita a partir de levantamento de fontes de redes sociais, este trabalho propôs direcionamentos para a prática docente, de forma experimental, sob o nome de “ensino por errâncias”, como parte do giro ético-político que tem movimentado a disciplina nas últimas décadas.

Palavras-chave: ensino de história; afetos; negacionismo; história pública digital; cibernética

ABSTRACT

Starting from the research line “Languages and Historical Narratives: Production and Dissemination”, this work sought to map elements that compose the situation of disorientation claimed in the recent debate between history teaching and theory, tracing layers of what can be understood as a transversal crisis, in the face of the transformations of the process of platformization and neoliberalization in the first two decades of the 21st century. From a game of scales, from the disciplinary to the temporalization of a time of permanent crisis, this work has mapped the forces that compose this phenomenon, associating it to the formulation and popularization of new forms of historical negationism. To better understand them in their relation to the anti-structural dynamics of digital platforms, it was based on Baruch de Spinoza’s affect theory and its re-reading by Gilles Deleuze and Félix Guattari, as well as on recent studies of cybernetic-inspired digital anthropology by Letícia Cesarino, when emphasizing the concept of resentment in the affective dimension of political disputes. Finally, after an empirical analysis of production, circulation and consumption of historical narratives by digital publics, based on a survey of social network sources, this paper proposed experimental directions for teaching practice, under the name of “teaching through wandering”, as part of the ethical-political turn that recently has moved history discipline.

Keywords: history teaching; affects; negationism; digital public history; cybernetics

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | TEMPOS DE CRISE | 19 |
| 2.1 | Desterritorialização: legitimidade disciplinar, experiência temporal e finalidades pedagógicas | 20 |
| 2.2 | Desintermediação: plataformização, pós-verdade e negacionismos históricos..... | 28 |
| 2.3 | Diagrama: crise permanente, atualismo e ensino de história | 38 |
| 3 | CRÍTICA DOS AFETOS | 47 |
| 3.1 | Conceituação dos afetos ou “que queremos dizer com isso?”..... | 50 |
| 3.2 | Dinâmica dos ressentimentos ou “como têm se revelado?”..... | 59 |
| 3.3 | Três peças escolhidas ou “o que está se passando”? | 69 |
| 3.3.1 | <i>Tragicomédia: “eu vivi a história, não foi seu professor maconheiro que me contou”</i> | <i>71</i> |
| 3.3.2 | <i>Farsa: “grande parte dos professores de história também mente”</i> | <i>80</i> |
| 3.3.3 | <i>Tragédia: “por mais aulas de história para essa gente!”</i> | <i>97</i> |
| 4 | ERRÂNCIAS DO ENSINO | 107 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 134 |
| | REFERÊNCIAS | 139 |
| | APÊNDICE A – FONTES | 152 |

1. INTRODUÇÃO

...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, estes Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (BORGES, [1960] 2008, p. 155)

Explicar de onde surgiu a ideia do pequeno mapa do tempo de crise remonta a diversas experiências desconstruídas na última década. Não coincidentemente, período que marca uma série de turbulências no país. A noção de crise, inicialmente, compartilhava com esse cenário a sensação de instabilidade que atravessava diversas dimensões – política, econômica, social. Apesar de tamanha amplitude em seu sentido geral, no entanto, a escolha do termo na segunda metade de 2020 já trazia questões mais específicas, como resultado de uma carreira docente que se iniciara em 2012 e, nos anos seguintes, enfrentava a vertigem dos ataques à figura docente e às instituições de ensino e pesquisa – que, mesmo datando ainda aos anos 2000, como será tratado no primeiro capítulo, se intensificaram na última década.

Pode-se dizer, assim, que a primeira tentativa de delimitação do objeto trazia esse intuito, em uma escala menor. O objetivo inicial apontava para um esforço quanto à sensação de desorientação que permeava a prática docente cotidiana, com estudantes que traziam cada vez mais narrativas negacionistas que pareciam seduzir um número assustadoramente crescente de pessoas nas redes sociais. Por isso, a palavra “desorientação” aparece algumas vezes na escrita da primeira metade do texto.

Ao mesmo tempo, ainda na segunda metade de 2020, a descoberta pessoal de leituras sobre debates recentes envolvendo teoria de história e historiografia – presentes no esboço teórico do primeiro capítulo – contribuiu para a elaboração de outra camada no projeto cartográfico. Suas preocupações orbitavam uma noção de crise disciplinar da história, às vezes articulada ao ensino em suas indagações sobre as funções e demandas sociais da história no tempo presente. Com elas, retificava-se a delimitação

do objeto, agora com uma escala maior. Uma crise que também vinha das querelas sobre os limites da representação, as implicações da narrativa e outras questões surgidas na virada linguística¹, e que mais recentemente se transformaram no que alguns vêm chamando como “giro ético-político”².

No entanto, entre novembro de 2020 e os primeiros meses do ano seguinte, um terceiro movimento não apenas ampliou ainda mais a escala, mas deslocou o olhar para uma perspectiva diferente, sistêmica: os trabalhos de antropologia digital de Letícia Cesarino, realizados a partir da consolidação da extrema-direita no poder com as eleições de Jair Bolsonaro em 2018 e seu mandato presidencial nos quatro anos seguintes. A partir de uma releitura da cibernética, enquanto teoria sistêmica para lidar com situações de instabilidade, em que explicações amparadas pela causalidade linear não parecem satisfazer os problemas, um outro olhar se tornou possível. Articulando as camadas anteriores com as discussões sobre coemergência de fatores não lineares e dinâmicas sistêmicas – aprofundadas no segundo e no terceiro subtópicos do primeiro capítulo –, a noção de crise trabalhada aqui se completou, então, na formação desses três estratos. Assim, a delimitação do objeto, primeiramente focada nos desafios à experiência docente de quase onze anos, se expandiu a uma noção de crise generalizada, em um jogo de escalas que traz fenômenos mais amplos à discussão – como a plataformização e a neoliberalização, fundamentais para entender o modo de subjetivação desses tempos de internet.

Para lidar com esses estratos, uma concepção filosófica ancorada em uma teoria dos afetos foi mobilizada. Sua escolha se deu também entre o fim de 2020 e o início de 2021, quando, aos poucos, se abriu mão das garantias de tratar das narrativas históricas em termos de consciência. Em seu lugar, privilegiou-se uma análise da origem e da força dos afetos em Benedictus de Spinoza e de sua (re)interpretação por Gilles Deleuze e Félix Guattari. De modo que se tentou trazer à análise das

1 “O conceito mais tradicional de giro linguístico o situa como um fenômeno recente, cuja origem pode ser datada das décadas do período pós-segunda Grande Guerra. Aqui, preferimos pensar o giro linguístico como um deslocamento histórico-estrutural mais amplo que pode ser definido em torno da clássica descrição foucaultiana da crise da representação, ou seja, do divórcio progressivo entre as palavras e as coisas que tem no século XVIII seu momento decisivo” (RANGEL; ARAÚJO, 2015, p. 319).

2 Entendida, aqui, como um desdobramento da virada linguística, em que “‘ética’ significa pensar seu mundo e ‘política’, algo como uma intervenção mais imediata e pró-ativa [...] em razão do questionamento radical e da perda do valor de convencimento da justificativa – produzir conhecimento sobre o passado” (RANGEL; ARAÚJO, 2015, p. 328).

narrativas históricas – em especial, no fim do segundo capítulo – uma dimensão pré-representativa, também cara à análise das dinâmicas maquinao-humanas pela lógica algorítmica que vem organizando a internet ao longo da última década.

Entretanto, nessas experiências desencontradas que ajudam a entender a gênese desta escrita cartográfica, nem tudo saiu conforme planejado. Ou melhor, muito do que se projetou até 2022, referente à parte empírica, acabou não se realizando. De início, a ideia consistia em realizar entrevistas com docentes de Fortaleza para registrar suas percepções referentes à última década, para tanto conhecer os modos pelos quais sua prática em sala de aula vinha sendo afetada em meio às turbulências políticas no país; quanto inventariar as táticas inventadas no cotidiano escolar. Por fim, também contava em propor junto às pessoas entrevistadas direcionamentos para um contexto marcado pela desorientação.

Com os problemas intensificados pelas convulsões sociais nos picos da pandemia de coronavírus SARS-CoV-2 – que possivelmente já existiam, mas só puderam ser nomeados após o início de uma longa quarentena, como a ansiedade, o pânico e a depressão –, o projeto original não se concretizou. “O isolamento talhou-me à sua imagem e semelhança” (PESSOA, 2011, p. 83). Por pouco, quase não houve realização alguma.

Nesse desassossego, a frustração gerada pela angústia e pelo desespero foi combatida, a muito esforço, por uma brusca mudança de rota. No lugar da criação de fontes orais através de entrevistas com o público docente, a cartografia contaria, então, com a escolha pela história pública digital (NOIRET, 2015) e a formulação de enunciados em redes sociais que, de alguma maneira, obtiveram relevância em termos de interações por usuários. Assim, trabalharia com as transformações dessas novas tecnologias no acesso e na produção de narrativas históricas por diversos públicos na rede, com atenção especial à formulação de narrativas negacionistas e à dinâmica das redes – uma vez que aí estava a origem principal do contato de estudantes com tais narrativas, ao longo da última década.

Desse modo, as fontes privilegiadas nesse novo escopo passaram a ser fontes digitais. Dentre o material selecionado para a análise empírica, destacam-se as postagens em perfis de média ou alta influência em

ecossistemas digitais radicalizados, cuja visão sobre a história como disciplina³ – a qual inclui ensino escolar, historiografia especializada e formação docente universitária – sempre é expressa em tons conspiratórios, típicos das narrativas negacionistas. Tais fontes incluem postagens textuais, imagéticas e audiovisuais: desde textos e comentários em redes sociais, até imagens e vídeos virais.

Em comum, elas trazem elementos discursivos problemáticos sobre a história e a memória da ditadura militar de 1964 – recorte eleito para o levantamento empírico –, desde a defesa da memória social negacionista como acesso privilegiado ao que realmente ocorreu no período até a acusação à grande parte dos professores de história como mentirosos, passando pelo contra-argumento em prol de mais aulas para combater o autoritarismo e o falseamento das narrativas negacionistas (e sua interpretação pelos públicos conspiracionistas).

Com base nesses critérios elencados, o projeto pôde formalizar suas pretensões enquanto dissertação propositiva. Com o mapeamento de fatores intradisciplinares (tal qual sua legitimidade ou suas finalidades pedagógicas) e extradisciplinares (como a plataformização do cotidiano e a emergência de um regime de pós-verdade), seguido de uma articulação entre teoria dos afetos e antropologia digital, o trabalho pretendeu descrever as transformações que têm composto a singularidade do momento atual e traçar direcionamentos para lidar com tal sensação de desorientação – a qual abrange a confusão entre história e memória, a difusão de narrativas negacionistas, o esforço por legitimação da disciplina no tempo presente, as transformações das sensibilidades pela popularização da internet, as divergências entre a temporalização comum na reflexão sobre os passados históricos e a provocada ou estimulada pelo uso das plataformas digitais.

Em suma, uma proposta denominada “*ensino por errâncias*”, em diálogo com o trabalho recente de historiadoras e historiadores, assim como com contribuições de outras disciplinas, como a Filosofia, a Educação e a Antropologia. Embasada pela teoria dos afetos, o produto final consiste em um balanço de metodologias ensaiadas a partir de experiências e propostas

3 Aqui, disciplina é entendida como “campo formado por um conjunto de enunciados que, ao mesmo tempo em que estatuem sobre um dado conteúdo, sinalizam os limites do próprio campo. é o conjunto dessas marcas e sinais que nos levam, automaticamente, a mapear o campo do pensável e do dizível – aí apontando e separando para nós o que é verdadeiro daquilo que não o é – e a deixar nas áreas de sombra o impensável e o indizível” (VEIGA-NETO, 2017, p. 102).

de pesquisadores e professores sobre o tema, tendo em vista que o fenômeno dos negacionismos, embora não inteiramente novo, tem se reformulado pelas transformações da era digital e se apresenta como novidade para muitos – não sendo possível, portanto, pensar em uma fórmula única para seu enfrentamento.

Seu nome inspira-se nas *lignes d'erre* trabalhadas pelo educador Fernand Deligny com crianças autistas por décadas, após anos dedicados a jovens considerados “inadaptados” em instituições disciplinares (como turmas especiais em escolas, asilos psiquiátricos e entidades para menores delinquentes). Dentre suas experimentações em busca de “uma língua sem sujeito, ou uma existência sem linguagem, apoiada no corpo, no gesto, no rastro” (PELBART, 2013, p. 261), havia a elaboração de mapas por onde se traçavam os gestos e os trajetos das crianças e dos adultos que as acompanhavam na rede de atendimento. Compostos entre linhas costumeiras e erráticas ou errantes⁴, esses mapas indicavam o cotidiano das crianças em determinados espaços e seu modo de vida fora da linguagem usual (DELIGNY, [2008] 2018).

Aqui, as errâncias do ensino propõem um caminho desviante para lidar com o crescente fenômeno das narrativas negacionistas hoje, mas não impossível de ser conciliado a outras estratégias recentemente elaboradas. Diferencia-se pelo seu foco na dimensão afetiva, de caráter não-representativo, e sua relação com a própria arquitetura das plataformas digitais.

Em outras palavras, como produto da linha de pesquisa “Linguagens e Narrativas Históricas”, não consiste em reiterar as especificidades da história enquanto disciplina e do próprio ensino de história, por exemplo, pelo uso de evidências e reforço do método historiográfico. Em vez de partir de esquemas que desmontariam as narrativas negacionistas, capazes de invocar a solidez científica e a autoridade disciplinar (imaginados) de um passado pré-plataformização, a proposta recai sobre o cuidado com os afetos nas narrações históricas em sala de aula e na arena pública digital. Assim, como um exercício ético-político do ensino de história, propõe rotas que transpassam os elementos disciplinares em si, tangenciando afetos e

⁴ Em edição recente do primeiro volume d’*A Invenção do Cotidiano*, é traduzido como “linhas de erre” (CERTEAU, [1980] 2014, p. 91).

temporalidades a partir de uma perspectiva cibernética sobre as implicações humano-maquínicas.

Ainda que não impeça futuros desdobramentos como sequências didáticas e propostas de oficinas, esse desfecho reflete as escolhas teóricas que embasaram todo o processo do trabalho cartográfico realizado. Uma leitura apressada, pelo título, pode sugerir como resolução uma nova orientação, segura e retilínea. Tal desenlace, no entanto, não se encontra nas ambições deste pequeno mapa do tempo de crise – nem poderiam estar, de acordo com o caráter instável e movediço do problema. Sua serventia está no modo como se pensa a desorientação, mapeando um diagrama das forças em jogo dentro e fora da disciplina e suas implicações no ensino perante o avanço dos negacionismos históricos.

O uso do termo “cartografia”, aliás, para além de recurso a um sinônimo de mapa, demarca um posicionamento ético (e epistemológico) da prática investigativa (COSTA, 2020) presente já no ponto de partida. Inspira-se na obra de Deleuze e Guattari ([1980] 2011b, [1980] 2012a, [1980] 2012b) para lidar com a ideia de crise que atravessa a disciplina e a extrapola, traçando um diagrama da correlação de forças que tem desterritorializado a disciplina e o ensino de história.

Seu entendimento a partir de linhas, inspirados em Deligny, traceja os territórios como “o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, [1986] 1996, p. 323). Produzindo agenciamentos heterogêneos, é composto de segmentos que, embora relativamente estáveis, não o reduzem a uma essência atemporal e podem tanto se desfazer, quanto buscar uma recomposição. Estes segmentos se caracterizam desde linhas mais rígidas, “para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal”, passando por linhas mais maleáveis, “micromovimentos, [...] minúsculas fendas e posturas que não passam mais pelas mesmas instâncias, mesmo no inconsciente”; até linhas de fuga, cujo caráter inventivo e arriscado “não mais admite qualquer segmento, e que é, antes, como que a explosão das duas séries segmentares” (DELEUZE; GUATTARI, [1980] 2012, p. 74-76).

Diferente dos anseios totalizantes relatados no livro imaginado por Jorge Luis Borges, citado na epígrafe, a cartografia deseja acompanhar seu movimento mais do que representar uma paisagem. Afinal, não se tratando de uma paisagem estanque, mas marcada pela inconstância dos próprios territórios a serem cartografados, o exercício cartográfico permite a inclusão de sujeito e objeto na mesma experiência – diferente do modelo representacional, o qual tradicionalmente predispõe ambos separados e bem delimitados (ou, pelo menos, o intenta ao máximo) (ROLNIK, 2016). Não desviar do Polo Norte, buscá-lo (BENJAMIN, 2018). Por isso, a definição da crise como tema axial em suas diversas escalas, sem maiores ambições de extirpar assepticamente qualquer excesso de subjetividade quanto a uma crise pessoal/profissional em menor escala⁵.

Para montar o exercício cartográfico, tomou-se como ponto de partida privilegiado o campo de pesquisa do ensino de história como *lugar de fronteira* (MONTEIRO; PENNA, 2011). Pois ainda que o interesse principal orbite a história enquanto disciplina, divisas foram cruzadas e, de uma margem a outra, possibilitou-se um leque diverso de contribuições para a escrita. Entretanto, ainda que muitas pontes já tenham sido criadas, vagar pela fronteira ainda é assumir riscos. O primeiro é de perder a própria identidade, ser confundido como desertor (sem sequer deixar de ser forasteiro em terras alheias). O segundo, elaborar leituras selvagens segundo os nativos de um território estrangeiro. O primeiro significa interdisciplinaridade, no melhor dos mundos. O segundo, a tentativa de experimentar, provocar o pensamento; enfim, contribuir desse entrelugar com a imaginação disciplinar, ainda que nem sempre com sucesso.

Assim, tais formas de nomear relacionadas a uma geografia do pensamento – para usar os termos de Roberto Machado (2009) sobre a filosofia deleuzeana –, não são apenas uma malograda tentativa de escrita poética ou uma demarcação de posicionamento teórico. São uma forma de espacializar os esforços cartográficos presentes nesta dissertação. Se nela, a crise é o tema axial, dois eixos são traçados como forma de desenvolvê-lo em um plano maior: um eixo espaço-temporal ou cronotópico e um eixo dos afetos. Cada um deles é dividido primeiramente em duas linhas principais, seguidas de uma terceira que os entrelaça. Esse desenho se inspira em uma

5 Ainda que se opte, aqui, pelo uso da terceira pessoa do singular na escrita por razões estilísticas.

interpretação radical do que Walter Benjamin ([1928] 1987a, p. 27) denominou como último degrau da escrita – “têxtil, em que ela é tecida” – e espacializa o exercício dos dois primeiros capítulos. O terceiro, propositivo, é mais emaranhado (ainda que direto), coerente com o nome que carrega – errâncias.

A tradução dessa espacialização em palavras, frases e sentenças, no entanto, não parece eficaz a priori – por mais que a serventia da introdução de um texto envolva poder voltar na leitura e se situar melhor, tal qual a função da legenda de um mapa. Descrita de maneira convencional, a divisão dos capítulos ocorre da seguinte maneira: o capítulo 1, investigando sobre a noção de crise em suas diversas escalas, se divide inicialmente em dois movimentos. O primeiro, desterritorialização, lida com as já mencionadas questões intradisciplinares da história ao longo das últimas décadas; enquanto que o segundo, desintermediação, enfatiza questões extradisciplinares referentes à era digital. O terceiro movimento, finalizando o capítulo, visa articular os dois anteriores com o ensino de história e compor a primeira camada do trabalho.

Já o capítulo 2 se dedica à dimensão afetiva, primeiro conceituando o que é afeto, a partir da filosofia espinosana e das contribuições de Deleuze e Guattari; depois, tratando especificamente do ressentimento. O movimento final, aqui, busca também articular os dois anteriores, porém como um eixo à parte, por meio da escolha de três enunciados, analisando fontes digitais em redes sociais. Em foco, não apenas as narrativas sobre o tema da ditadura no ensino e as tensões entre história e memória nos públicos digitais, mas também a própria dinâmica interativa da arquitetura babélica das redes. Para tanto, estabelece-se um jogo de escalas que vai da supervalorização de certa memória social a partir da experiência direta, supostamente não mediada, até o conspiracionismo que busca invalidar a confiança no sistema de peritos ao acusar professores/escolas e pesquisadores/universidades de instituições tomadas por uma força difusa e totalizante, como o marxismo cultural ou o politicamente correto.

Por fim, o capítulo 3, de caráter propositivo, elabora como direcionamento um ensino por errâncias, atento à dimensão afetiva articulada às questões políticas e empenhado a pensar os desafios impulsionados pela plataformização do cotidiano, quanto ao ensino de história, elaborando

indicações para lidar com os negacionismos históricos hoje. Tais escolhas implicam uma proposta focada menos no conteúdo em si do que na própria forma, abordando a força dos afetos na formulação da narrativa negacionista sobre o período ditatorial pós-1964 e na sua disseminação na última década, a partir do processo de plataformização do cotidiano. De modo que, em vez de elaborar estratégias que almejem refutar os negacionismos por evidências históricas, propõe-se um exercício ético-político sobre o ensino de história a partir da reterritorialização constituída nos últimos dez anos e das implicações quanto às interações humano-maquínicas.

2. TEMPOS DE CRISE

Quando que a história não esteve em crise? Quando que a história não passa por um momento de tensões, de disputas? Eu acho que sempre foi e sempre continuará a ser; do contrário, nós teríamos que concordar lá com Fukuyama, que a história tem um fim.⁶

Desemprego, precarização, pandemia, extremismos políticos, mudanças climáticas, esgotamento dos recursos naturais... são muitos os exemplos de termos que, no tempo presente, têm levantado a ideia de *crise*. São tantos os fenômenos que evocam os impasses de hoje – políticos, sociais, ambientais etc. – que percebemos nossa temporalidade marcada pelo bloqueio de projetos de futuro. De tanto esse mote ter servido para diferentes trabalhos nas últimas quatro décadas no campo das Humanidades⁷, é compreensível estranhar, a priori, uma crise cuja percepção se alongue por tamanha duração. Entretanto, mesmo considerando a hiperaceleração característica do capitalismo tardio como responsável por prolongar a sensação de desorientação, um olhar que minimizasse tal crise conseguiria se sustentar?

Entre as Humanidades, a disciplina histórica não atravessou incólume a virada do século. Resolvendo suas crises pelo modelo assimilacionista, englobando novas temáticas e objetos, porém sem reformular suas bases disciplinares (ÁVILA, 2021a), vê-se atravessada por forças que ignoram os preceitos de sua formação dita científica ou desprezam seu papel na formação de sujeitos enquanto disciplina escolar. Certamente, não é a primeira vez que se encontra em disputa. Em um dos vários eventos realizados *online* no Ano I da Pandemia, o historiador Rodrigo de Almeida Ferreira problematizou a atual crise da disciplina percebida por docentes ao mapear o caráter histórico da polarização na sociedade brasileira, utilizando-

6 Fala de Rodrigo de Almeida Ferreira na mesa redonda “O Brasil polarizado e os desafios para a escrita e o ensino da história”, do IV Seminário Nacional História e Contemporaneidades – Passados (Re)negados: História, Verdade e Demandas Políticas (dezembro de 2020). Disponível em: <https://youtu.be/U-RGdv3J1Q0>.

7 Cf. JAMESON, Fredric. “Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism”. **New Left Review**, 146, 53-92, 1984. HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, [2003] 2014. BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. Ubu: São Paulo, [2009] 2019. FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, [2009] 2020. ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.

se da categoria de pertencimento e não-pertencimento. Por meio de um sobrevoo por grandes recortes temporais, partindo da colonização portuguesa até a ditadura militar de 1964, mencionou as tensões no campo educacional em uma perspectiva de ser ou não ser, desejável ou indesejável – colono e não colono, civilizado ou não civilizado; nacionalista ou contrário ao Brasil, brasileiro ou comunista. Desse modo, considerando as continuidades, seria possível encarar com menos angústia os impasses da disciplina hoje, visto seu histórico de disputas em nosso país.

Como ponto de partida deste texto, porém, o caminho a ser traçado privilegiará a descontinuidade. Assim, na elaboração do problema, interessará mais a contingência do momento atual. Para isso, inicialmente, serão objetos de análise neste capítulo elementos que compõem o cenário de desorientação, como fatores internos à disciplina. É o caso, por exemplo, do esgotamento de princípios do contexto oitocentista em que história teve origem enquanto disciplina e, através de seu processo de autonomia institucional, do abandono de seu papel cívico-pedagógico quanto à formulação de uma narrativa homogeneizadora (ÁVILA, 2018; TURIN, 2018). Em seguida, será a vez de fatores externos, como o avanço da plataformização nos modos de subjetivação e a desestabilização da confiança social no sistema de peritos, característica do emergente regime de pós-verdade (HARSIN, 2015; CESARINO, 2021a); assim como o avanço de negacionismos históricos em geral, no Brasil. Por fim, ambas as linhas serão articuladas para um exercício teórico sobre os impasses do ensino de história na era da internet, privilegiando noções como a temporalidade das redes e a convergência entre os processos de plataformização e neoliberalização.

2.1. Desterritorialização: legitimidade disciplinar, experiência temporal e finalidades pedagógicas

Pensar a crise no ensino de história enfatizando a continuidade das polarizações pode ser útil para que não se idealize um tempo passado, sem maiores tensões. Evitaria, assim, tanto o desejo pelo retorno do que seria mera fantasia, quanto a paralisia pelo suposto ineditismo de combates pela história. Na prática, porém, há o risco das boas intenções não lograrem êxito e a própria noção de crise acabar esvaziada, sem que as especificidades da

atualidade sejam encaradas. De fato, o momento atual não é privilegiado – ou amaldiçoado – como único marcado por disputas no campo disciplinar. Contudo, se movimentos de (de)composição de territórios acompanham o próprio entendimento da disciplina nessas tensões, hoje parece perdurar uma “sensação de irreconhecível, de estranhamento, de perda de sentido – em suma, de crise” (ROLNIK, 2016, p. 50). Desse modo, de que crise podemos falar hoje, referente à história como disciplina e, especificamente, ao ensino de história? Quais forças contribuem para essa sensação de desorientação? Cartografá-las parece ser o primeiro passo para lidar com sua reterritorialização, em termos de funções e demandas sociais.

Em primeiro lugar, num contexto mais amplo das Humanidades, com a desestabilização de certos fatores ligados à sua emergência (Estado-nação, por exemplo) e as transformações na concepção da disciplina – marcadas pela autonomia institucional e pela especialização das pesquisas –, a história como disciplina passou por um processo de autorreflexão “frente ao e possibilitado pelo esvaziamento daquelas experiências oitocentistas que caracterizaram sua formação” (TURIN, 2018, p. 196). Se antes cabia ao historiador escrever sobre a “epopeia retrospectiva da Nação concretizada” ou a “marcha dos estágios da História” (HARTOG, [2013] 2017, p. 33), outros problemas e outras abordagens surgiram nas últimas décadas entre os interesses da disciplina histórica. Em contrapartida, de algumas décadas para cá, ela se depara com um impasse,

constrangida a justificar sua existência institucional como nunca antes, assim como a redesenhar o seu modo de inserção social. Se já pouco interessa ao historiador servir àquele antigo papel de pedagogo da nação, na medida em que conquistou uma maior autonomia de suas condições de produção, ainda assim é importante dizer que interessa muito menos aos Estados, na sua configuração atual, a manutenção desse velho e agora incômodo funcionário. (TURIN, 2018, p. 196)

Buscar enfatizar uma continuidade entre essa questão e outros impasses que a história como disciplina enfrentou no Brasil – por exemplo, a substituição da História enquanto disciplina escolar por Estudos Sociais – talvez signifique perder de vista um ponto fundamental. Não se trata simplesmente de uma perda qualitativa, como se deu na dissolução junto com Geografia, em prol de uma concepção tradicional da disciplina, alinhada com

os anseios do regime ditatorial. De todo modo, parece insatisfatório traçar paralelos entre esta situação e o atual caráter superficial exigido pela Base Nacional Comum Curricular a partir do material didático simplificado de Ciências Humanas oferecido pelo Ministério da Educação. Afinal, outros fatores mobilizam as forças desestabilizadores atualmente, “no que diz respeito às novas configurações entre Estado-sociedade-universidade, no mundo globalizado e acelerado do capitalismo tardio, incidindo em [...] desvalorização da produção historiográfica, especificamente, e das humanidades em geral” (TURIN, 2018, p. 187).

Diversos elementos compõem esse cenário, desde cortes de verba para determinadas áreas da Educação até ataques políticos explícitos. Em junho de 2020, por exemplo, o então ministro da Educação disse a apoiadores de direita não querer mais o financiamento público da formação universitária de sociólogos, antropólogos e filósofos; mas apenas para profissões que, na sua opinião, dariam retorno imediato – médicos, enfermeiros e engenheiros⁸. Mais do que simplesmente contribuir com a permanente mobilização da militância em redes sociais ou disfarçar o histórico de cortes generalizados da pasta na rede federal de ensino⁹, tal fala fazia referência à política pública japonesa dos anos 1990 em relação às Ciências Humanas e Sociais – defendida pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, no ano anterior, em termos de “descentralizar investimento”¹⁰.

Desse modo, não se trata apenas de divergências político-ideológicas em defesa de determinada concepção disciplinar – ou mostras do anti-intelectualismo da extrema direita –, mas também manifestações de uma perspectiva mercadológica que abarca a Educação. Sendo tudo interpretado por meio de uma lógica utilitarista, a disciplina histórica – um não-dito entre as Humanidades, em ambas as falas – não mereceria o mesmo prestígio de outrora.

8 WEINTRAUB diz que não quer mais sociólogo, antropólogo e filósofo com dinheiro público. [Brasília]: UOL, 2020. 1 vídeo. (96 seg.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5zubrEQww8>. Acesso em: 11 abr. 2022.

9 AGOSTINI, Renata. MEC cortará verbas de universidades por balburdia e já enquadra UnB, UFF e UFBA. **Estadão**. 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 11 abr. 2022.

10 G1. Bolsonaro diz que MEC estuda ‘descentralizar’ investimento em cursos de filosofia e sociologia. **g1**. 26 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2022.

Em segundo lugar, com a emergência das memórias coletivas – fenômeno percebido em diferentes países ao longo da segunda metade do século XX –, outros sujeitos entraram na arena pública e, com eles, diferentes perspectivas sobre o passado (TRAVERSO, [2005] 2012). Memórias subterrâneas que, não se reconhecendo na história oficial, afloraram em conjunturas favoráveis (POLLAK, 1989) – como as memórias trazidas pelos movimentos sociais no Brasil, que se tornariam cada vez mais reconhecidas a partir dos anos 1980, a ponto de, inclusive, tensionarem nas últimas duas décadas novos olhares e novos problemas na produção acadêmica (GOMES, 2017). De lá pra cá, nesse cenário, o historiador se vê entre novas personagens no debate público, como testemunhas e vítimas. Sua autoridade, tal qual existia antes da já mencionada inflexão sobre seu ofício, não tem mais o mesmo peso. Assim, enquanto a temática da memória se impõe, como se vê no uso do termo “dever de memória”, a crença na história enquanto disciplina tem sido abalada (HARTOG, [2013] 2014).

A questão da memória também veio acompanhada de mudanças quanto às percepções sobre as formas de se relacionar com o tempo. Afetando diretamente a disciplina histórica, este tem sido o *leitmotiv* de alguns esforços contemporâneos no campo da teoria. É o que se percebe, por exemplo, na obra do crítico literário Hans Ulrich Gumbrecht sobre a noção de *amplo presente*. Remontando à configuração do tempo desenvolvida entre os séculos XVIII e XIX, Gumbrecht destaca o contraste em relação às atuais experiências temporais. De um lado, o que ele intitula cronótopo historicista: um entendimento do tempo como “agente absoluto de transformação” (GUMBRECHT, [2010] 2015, p. 15) e do presente como algo estreito, entre o passado e o futuro – aquele, viável quanto às adaptações de suas experiências para o presente; e este, aberto a possibilidades. Já nos tempos atuais, o presente parece mais inundado de passados – se antes estreito, agora distendido – e o futuro, fechado a prognósticos ou então ameaçador. Desse modo, “o presente já não é um presente de transição” (GUMBRECHT, 2011, p. 40).

Sobre esse novo cronótopo, Gumbrecht sugere que “a visão historicista do movimento humano através do tempo se deslocou [...] para o (às vezes, desconfortável) terreno do êxtase temporal e da simultaneidade” (GUMBRECHT, [2010] 2015, p. 65-66). Nessa porosidade entre o passado e o

presente, característica da cultura de memória, a atual configuração social do tempo caracteriza-se não pela linearidade, mas pelas temporalidades simultâneas. Resulta disso, segundo Gumbrecht, a sensação de *estagnação*¹¹ que paira o amplo presente. E mesmo sendo possível contrapor tal sensação com dados objetivos de renovação,

trata-se de uma questão de tempo como ‘forma de experiência’, como Edmund Husserl definiu: uma construção social do tempo, que determina como transformamos as mudanças que captamos no nosso ambiente numa relação que estabelecemos conosco e com as nossas ações. (GUMBRECHT, [2010] 2015, p. 67).

Em paralelo às reflexões de Gumbrecht sobre um possível diagnóstico da atual experiência com o tempo está o conceito de *presentismo*, elaborado pelo historiador François Hartog. Parte de uma reflexão maior sobre regimes de historicidade, ferramenta heurística operada por Hartog como “maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido” (HARTOG, [2003] 2014, p. 139). O historiador José Carlos Reis define a categoria como uma

“representação” do tempo histórico, [...] uma “consciência histórica” construída pela linguagem, que, uma vez “representado”, torna-se “realidade”, uma jaula pouco flexível que todos cerca e se impõe. O “regime de historicidade” é “real”, quer dizer, é uma “representação-realidade”, uma “consciência-mundo”, uma “linguagem-realizada”, que gera uma “historiografia-histórica” (REIS, 2019, p. 41).

Nesse sentido, o presentismo enquanto “expressão de uma ordem dominante do tempo” (HARTOG, [2003] 2014, p. 139) teve sua ascensão ao longo do século passado, substituindo uma ordenação futurista, cujo *telos* seria o progresso ou a revolução. Aqui, Hartog parte das categorias meta-históricas “experiência” e “expectativa” segundo o historiador Reinhart Koselleck ([1979] 2006). Sendo o tempo histórico um produto da tensão entre ambas, a aceleração desencadeada pela Revolução Francesa torna-se característica do regime de historicidade moderno: “desprovida de exemplos anteriores, parecia-lhe conduzir a um futuro incerto” (KOSELLECK, [1979]

11 O uso da palavra “sensação” não é gratuito. Em sua obra, Gumbrecht ([2004] 2010) tem trabalhado a noção de *presença* como forma de repensar a hegemonia de uma cultura do *sentido* nas Humanidades, focada na interpretação. Não se trata, porém, de eleger a primeira em detrimento da segunda, mas de refletir sobre as tensões entre ambas. Nos capítulos seguintes, essa questão retornará a partir de uma atenção maior à ideia de corporeidade, desenvolvida na escolha teórica dos afetos – em detrimento de outra perspectiva, mais afeita a uma determinada noção de *consciência*.

2006, p. 59). É nesse regime que a história disciplinar oitocentista ganha forma, enquanto o modelo *magistra vitae* perde espaço. Ao longo do século XX, porém, é o *topos* moderno que entra em declínio e, aos poucos, a ênfase no futuro enquanto horizonte de expectativa cede terreno. Hipertrofiado, “o presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato” (HARTOG, [2003] 2014, p. 148).

Contudo, não haveria riscos em generalizar essa forma de experienciar o tempo? Sem dúvidas, tais ideias tocam em pontos sensíveis – inclusive pela sua recepção no debate acadêmico. Mas, como lembram os historiadores Valdeir Araújo e Mateus Pereira (2016) ao tratarem de regimes de historicidade e presentismo segundo Hartog, trata-se de uma hipótese – apesar dos usos dessas categorias extrapolarem suas capacidades heurísticas. Afinal, esquecer este ponto é ignorar a multiplicidade das formas de se relacionar com o tempo. Entretanto, pensando numa cartografia das forças que atravessam o momento atual da disciplina, os debates sobre presente amplo e presentismo não deixam de ser sintomáticos. Especialmente no que tange aos desafios para uma imaginação disciplinar, “com cada vez menos capacidade de intervir nas grandes questões do nosso tempo, em que pese nossa contínua fé na pretensa autoridade indisputável da ‘ciência histórica’” (ÁVILA, 2018, p. 41). Enfim, considerando a impotência reflexiva (FISHER, [2009] 2020) contra o lema neoliberal *there is no alternative* de Thatcher, como imaginar outros futuros, para além do jargão? O que a disciplina histórica poderia fazer – se pode algo, de fato?

Assim, desde as últimas décadas do século XX, esses fenômenos têm contribuído para o “esvaziamento das bases e das fronteiras que conformaram a identidade disciplinar, incidindo tanto em um *déficit teórico de autolegitimação*, como em uma dispersão atual, no que diz respeito à compreensão de suas *finalidades pedagógicas*” (TURIN, 2018, p. 188, grifos nossos). Em outros termos, um movimento de desterritorialização, marcado pela instabilidade na recomposição de novos territórios. Tal dificuldade parece se intensificar pela decadência disciplinar da história: ontologizada, “recalcando questionamentos sobre seu possível passamento e se estabelecendo como o zênite de um processo evolutivo – a disciplina *sai* do

mundo para *virar* o mundo” (ÁVILA, 2021a, p. 14)¹². Desse modo, apresentada de forma naturalizada enquanto disciplina escolar, não raramente parece haver necessidade de sua legitimação em sala de aula. Conseguiríamos imaginá-la confrontada da mesma forma, na metade do século passado?

Tamanha dificuldade de reterritorialização também pode ser percebida pelo desprestígio indicado pela “progressiva perda da capacidade orientadora da história” (GUMBRECHT, 2011 p. 26). Estudar História para quê? Não que o passado não interesse às pessoas; pelo contrário, parece maior o fascínio causado por ele. Por outro lado, mostra-se menor a convicção de que se pode aprender com a história – sintoma do que Gumbrecht (2011) denominou como colapso do cronótopo historicista, numa conferência que provavelmente incomodaria os crentes fervorosamente ortodoxos de Clio. Sobre isso, o historiador Arthur Lima de Ávila escreveu:

A busca ávida por “narrativas históricas e reinterpretações de todos os tipos” é uma espécie de “compensação simbólica” pela minguada de historicidade que afeta nossos dias. O passado, mais do que a história, torna-se um objeto de atração (política, afetiva, erótica, escapista), quando não uma obsessão, para uma diversidade de sujeitos, interessados em chegar a um acordo com ele (ou impedir que exista esse acordo). (ÁVILA, 2021a, p. 16-17)

Logo, o que se coloca em xeque é o porquê de estudar história, conforme os preceitos mais engessados da disciplina escolar. Em outras palavras, dentre outras formas de consumir produtos sobre o passado hoje – inflacionado por vídeos, filmes, jogos, *podcasts* etc. –, parece interessar menos o passado histórico¹³, aqui transformado “não só em apenas mais um dos vários modos de se lidar com o pretérito, como em um com cada vez

12 Não que a disciplina seja constituída apenas por segmentaridades duras. Afinal, mesmo em esquemas historiográficos tradicionalmente eurocêntricos, abarcando a história da disciplina na formação de seu entendimento enquanto ciência ou as gerações da Escola dos Annales, suas linhas evidenciam mudanças e desvios – novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Entretanto, são as linhas duras que se destacam no modo como se identifica a disciplina, visando delimitar seu território dos demais campos disciplinares.

13 Referência às categorias de *passado histórico* e *passado prático*, elaboradas por Hayden White a partir de Michael Oakeshott, filósofo político e ideólogo conservador britânico. Entende-se a primeira categoria pela produção científica, garantida pela comunidade de historiadores de acordo com convenções estabelecidas pelo campo. Já a segunda se refere a “todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo convocam das melhores maneiras possíveis para justificar, dignificar, escusar, fazer um álibi ou defender ações a serem tomadas na busca de um certo projeto de vida” (WHITE, [2010] 2018, p. 16). Trata-se, entretanto, de uma tipificação, visto que a concepção profissional do *métier* no século XIX, por exemplo, dizia respeito a questões práticas em relação ao Estado-nação e às identidades nacionais.

menos capacidade de intervir nas grandes questões do nosso tempo, em que pese nossa contínua fé na pretensa autoridade indisputável da ‘ciência histórica’” (ÁVILA, 2019, p. 41). Inclusive, ainda que a noção de passado histórico não seja, de fato, desinteressada ou alheia a questões práticas; e mesmo que tais categorias não sejam um ponto cego para professoras e professores (MUDROCVIC, 2016), parece um desafio deslocar o ensino de história de seu lugar tradicional. Pois mesmo com reformulações de propostas curriculares e debates teóricos sobre suas funções sociais, as demandas – o que se espera de uma aula de história – não são necessariamente novas. É o que Christian Laville percebeu há mais de duas décadas no debate público de alguns países:

quando o ensino da história é criticado ou acusado, quando provoca debates, como muitas vezes acontece, não é porque as pessoas se inquietam com o alcance dos objetivos de formação que lhe são oficialmente atribuídos, mas ‘em razão’ dos conteúdos fatuais, por se julgar que certos elementos estariam ausentes e que outros estariam sendo ensinados em lugar de coisa melhor; como se o ensino da história continuasse sendo o veículo de uma narração exclusiva que precisa ser assimilada custe o que custar (LAVILLE, 1999, p. 127).

Esse descompasso entre objetivos e expectativas do ensino de história parece continuar relevante, quando se trata da sensação de desorientação no campo disciplinar hoje. Ainda mais considerando a permanência de justificativas à disciplina escolar “para o fomento de uma elusiva de ‘cidadania’ (a preparação para a vida democrática/estímulo ao pensamento crítico) ou sobre seu papel na construção das identidades no presente” – de fato, válidas, mas que

comumente reiteram ideias de cidadania (e cidadãos!) herdadas do século XIX que não parecem fazer sentido hoje, assim como privilegiam uma relação entre passado e presente baseada na construção de continuidades e comunidades homogêneas igualmente ineficazes para diversos sujeitos (ÁVILA, 2021a, p. 23-24).

Nesse sentido, o que restaria a historiadoras e historiadores, professoras e professores de história? Como lidar com a perda do lugar privilegiado da disciplina no trato com o passado, devido às reconfigurações de elementos importantes à formação disciplinar e à emergência de outros sujeitos – e outros olhares – na atual cultura de memória? Atuar como

mediador, possibilidade já levantada anteriormente (HARTOG, [2013] 2017; TURIN, 2018), parece uma tarefa bastante desafiadora¹⁴. Afinal, “quais tipos de mediação oferecemos para um mundo desintermediado” (ÁVILA, 2021a, p. 57) seria a grande questão. Antes de tentar respondê-la, é preciso compreender como essa desintermediação tem sido percebida nos últimos anos, a partir da popularização da Web 2.0¹⁵ e das novas formas de subjetivação devido à crescente presença das tecnologias digitais na fase atual do capitalismo.

2.2. Desintermediação: plataformização, pós-verdade e negacionismos históricos

Pensar sobre a desorientação no ensino de história hoje se relaciona também com os impactos das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) na última década. Tais questões vêm ganhando relevância a partir dos rearranjos operados pela digitalização e pela plataformização nas formas de sensibilidade e sociabilidade – fenômenos que tratam da presença das mídias digitais no tempo presente, assim como das transformações de um cotidiano atravessado por redes sociais. Por meio deles, categorias como produção, circulação e consumo operam segundo uma nova lógica, a partir de uma dinâmica saturada de conteúdos digitais em que não só o alcance e o fluxo das informações têm mudado, mas também os modos de se relacionar com elas. Como aponta o pesquisador da área de comunicação digital Jayson Harsin, as inovações são várias: “importância de marketing, algoritmos, *loops* epistêmicos e o ímpeto para participar digitalmente, através de conteúdos gerados por usuários, curtindo e compartilhando”¹⁶ (HARSIN, 2015, p. 4, tradução nossa).

Aqui, não se tratariam mais das dinâmicas das sociedades disciplinares – em especial, “os dispositivos políticos e de *media* que Michel

14 Em especial, no que se refere ao ensino de história. Afinal, o que significaria ser mediador hoje, considerando a força atual de uma *linguagem da aprendizagem* nos debates educacionais e o desaparecimento de uma certa compreensão de professor como sujeito que ensina (BIESTA, [2013] 2021)? No tópico seguinte, esse ponto será explorado em relação à crise de confiança do sistema de peritos, característica do regime de pós-verdade.

15 Termo elaborado no fim dos anos 1990 para descrever o início das dinâmicas descentralizadas de interação nas redes de computadores, a partir da produção e transferência de conteúdo pelos próprios usuários, indo de *blogs* a compartilhamentos *peer-to-peer*.

16 No original, “*the importance of marketing, algorithms, epistemic loops, and the impetus to participate digitally, through user-generated content, liking, and sharing*” (HARSIN, 2015, p. 4).

Foucault uma vez pensou dominantes na circulação e manutenção de regimes de verdade”¹⁷ (HARSIN, 2015, p. 1, tradução nossa). Diferente das tecnologias analógicas de informação e comunicação – espacial e temporalmente bem demarcadas –, o caráter fragmentado e segmentado das TDICs opera nos moldes das sociedades de controle, conceituadas por Gilles Deleuze ([1990] 2013). Anterior à popularização da Web (mas já atento às máquinas de informática), seu breve e clássico ensaio “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle” cartografou determinadas mutações de um capitalismo tardio “dirigido [...] para venda ou para o mercado” (DELEUZE, [1990] 2013, p. 228). Funcionando por “controle contínuo e comunicação instantânea”, tais sociedades não são entendidas como uma evolução linear das disciplinares – a própria noção de disciplina não se extinguiu, apesar da crise em que se encontram suas instituições. Trata-se, na verdade, de uma nova prática do poder, mais dispersa e sutil, exercida de forma contínua. Diferindo-se dos meios de confinamento, cujo projeto ideal consiste em “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo”; nas sociedades de controle, “o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal” (DELEUZE, [1990] 2013, p. 223 e 229).

As pistas mapeadas por Deleuze sugerem caminhos interessantes para relacionar a ideia de modulação com a algoritmização¹⁸ operada pelas novas tecnologias. Conceito emprestado da filosofia da técnica de Gilbert Simondon, a modulação é entendida “como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, [1990] 2013, p. 225). Na Web 2.0, ela se manifesta pelo armazenamento e varredura de dados conforme as interações de cada usuário, agregando plataformas¹⁹ e mídias digitais. Fundamental na produção e na mediação de grupos sociais na Web, a modulação algorítmica é potencializada pelo imperativo de conectividade e participação infinitas dos dispositivos: “não mais de manhã ou

17 No original, “*the media and political apparatuses Michel Foucault once thought dominant in the circulation and maintenance of truth regimes*” (HARSIN, 2015, p. 1).

18 “Algoritmos podem ser descritos como uma série de instruções delegadas a uma máquina para resolver problemas pré-definidos. São processos codificados para transformar dados de entrada em uma saída desejada, com base em cálculos especificados e estão presentes em praticamente todas as funções que executamos na rede” (MACHADO, 2018, p. 48-49).

19 “Infraestruturas digitais, que permitem que dois o mais grupos interajam” (MACHADO, 2018, p. 50) ou, em outras palavras, “infraestrutura que tem por objetivo controlar e dimensionar o fluxo de dados conforme modelos de negócio particulares” (GONÇALVES, 2020).

à noite [...] [mas] uma economia de atenção bastante carregada afetivamente, de constante cognição conectada”²⁰ (HARSIN, 2015, p. 3, tradução nossa).

Desse modo, tal operação não se restringe a oferecer anúncios personalizados de produtos nas plataformas digitais de acordo com os cliques anteriores, mas também trata de “delimitar, influenciar, reconfigurar o comportamento dos interagentes na direção que os mantenha disponíveis e ativos na plataforma ou que os faça clicar e adquirir os serviços, produtos e *ideias* negociadas pelos donos do empreendimento” (SILVEIRA, 2018, p. 42, grifo nosso). Assim, se Deleuze notou a empresa como um gás se alastrando nas tecnologias disciplinares – desde a fábrica à escola –, a racionalidade neoliberal²¹ tem-se servido da lógica das redes como forma eficaz de atuação política no âmbito das subjetividades.

Deleuze previu novas formas de poder baseadas na vigilância em uma sociedade saturada com técnicas de marketing e análise preditiva (algoriticamente orientada), mas ele (como Foucault) tinha pouco a dizer sobre marketing político, sua pesquisa e desenvolvimento com ciências cognitivas para trabalhar não apenas no corpo mas no cérebro, na atenção e no afeto, que Bernard Stiegler chamou de psicopoder²² (HARSIN, 2015, p. 5, tradução nossa).

É nessa perspectiva que Harsin percebe a emergência de um regime de verdade, alinhada à “proliferação de jogos de verdade, dentro dos mercados (corporativo-políticos) de comunicação estratégica controlados por *Big Data* e análise preditiva”²³ (HARSIN, 2015, p. 5, tradução nossa). Partindo da conceituação foucaultiana²⁴, a proliferação dos jogos de verdade nesse

20 No original: “no longer delivered in morning and evening [...] a highly affectively charged attention economy of constantly connected cognition” (HARSIN, 2015, p. 3).

21 No entendimento do filósofo Pierre Dardot e do sociólogo Christian Laval, pensando o neoliberalismo como sistema normativo, a racionalidade neoliberal pode ser descrita como uma forma de entender a realidade “estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, [2009] 2016; p. 9)

22 No original, “Deleuze presaged new forms of power based on surveillance in a society saturated with marketing techniques and predictive analytics (algorithmically driven), but he (like Foucault) had little to say about political marketing, its research and development with cognitive sciences to work not just on the body but on the brain, on attention and affect, which Bernard Stiegler has dubbed psychopower” (HARSIN, 2015, p. 5).

23 No original, “proliferation of truth games, within big data-, predictive analytics-driven strategic communication (corporate-political) markets” (HARSIN, 2015, p. 5).

24 Para Foucault, os regimes de verdade constituem uma “política geral’ de verdade: os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT,

novo regime têm como objetivo, nas bolhas ideológicas produzidas pela regulação algorítmica, “ocupar o campo de percepção, a economia de atenção, para induzir e administrar a participação de uma forma que colapsa a política” (HARSIN, 2015, p. 5). É dessa forma que tais jogos, entendidos como “um conjunto de regras de produção da verdade” (FOUCAULT, [1984] 2004, p. 282), se disseminam pelas redes sociais – sustentando desde teorias da conspiração a notícias falsas –, a ponto de não parecerem suficientes algumas contramedidas, como agências de checagem de fatos. E não apenas pela quantidade massiva de informações ou pela velocidade dos fluxos, mas também pelo caráter descentralizado e orientado por análise preditiva, que tanto filtra os dados, quanto também reconfigura a dinâmica de interação entre públicos digitais.

Considerando tais estratégias comunicativas por grupos com mais recursos de marketing, Harsin elabora o termo “mercados de verdade”. De acordo com a estrutura das plataformas, designada para constante participação dos usuários e mobilizada pela retroalimentação do que estes produzem nas redes, o que é sugerido para o consumo não só depende das diferentes segmentações algorítmicamente mediadas, mas é produzido levando em consideração a capilaridade das próprias bolhas ideológicas.

Proliferando-se na Web, esses “mercados de verdade” seriam característicos de um emergente regime de *pós-verdade* (HARSIN, 2015),

uma crise de confiança que advém de uma mudança profunda nos tipos de mediação que organizam – e reorganizam em novas bases – a produção de conhecimento legítimo nas sociedades contemporâneas, Se, nos termos de Latour e Woolgar, o que entendemos no ocidente por realidade (ou verdade) é “[...] o conjunto dos enunciados considerados caros demais para serem modificados [...]”, o que se tem chamado de pós-verdade é uma condição epistêmica na qual qualquer enunciado pode ser potencialmente modificado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, em que não há mais controle, no sentido exposto há pouco (CESARINO, 2021a, p. 77).

Não se trata, portanto, de um problema meramente digital, o qual possa ser resolvido por ajustes técnicos ou tenha sido gerado apenas

[1979] 1998, p. 12). Já os jogos de verdade correspondem a “um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função de seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não” (FOUCAULT, [1984] 2004, p. 282). No segundo volume da História da Sexualidade, Foucault os define como “jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, [1984] 2017, p. 11).

pela quantidade massiva de informações circuladas pelas TDICs. Lidar com esses pontos é considerar não só as ferramentas digitais, mas questões de economia política (MOROZOV, 2018). Para isso, convém adotar uma perspectiva que possa abarcar fenômenos como desintermediação, pós-verdade e desinformação compondo “um mesmo campo emergente de complexidades marcado por alterações infraestruturais profundas decorrentes da convergência, cada vez mais extensiva (global) e intensiva (personalização), entre digitalização e neoliberalização” (CESARINO, 2021a, p. 74). Letícia Cesarino toma as eleições presidenciais brasileiras de 2018 como estudo de caso²⁵, por meio de uma perspectiva cibernética – “um tipo de sensibilidade, de atenção ao mundo enquanto uma composição de sistemas não lineares coemergentes” (CESARINO, 2021b, p. 308). Tal escolha é defendida pela antropóloga por ser mais adequada a momentos de crise e/ou de transformações sociotécnicas, no estudo de “formações emergentes que a explicação positiva pode não estar capturando bem por trabalhar com categorias historicamente sedimentadas que, justamente, vêm se desestabilizando” (CESARINO, 2021b, p. 310).

Nesse sentido, nas eleições presidenciais de 2018, a vitória meteórica de um então deputado federal do baixo clero sem maior relevância em quase três décadas não se resumiu, por exemplo, à constante publicação de *fake news* em redes sociais – até por isso se tratar de uma visão bastante simplista²⁶. Certamente, a arquitetura das mídias digitais é indispensável à problematização, mas é necessário também levar em conta a crescente convergência com o neoliberalismo no fim do século XX como elemento central no impulsionamento de tendências epistemológicas “não modernas”²⁷.

25 Um material interessante, rico em *prints*, memes e materiais de campanha, foi elaborado em formato de apresentação por Letícia Cesarino ainda em 2018 sob o título “Como vencer uma eleição sem sair de casa: um estudo de caso sobre o populismo digital na campanha de Jair Bolsonaro”. Disponível em: https://www.academia.edu/37654690/Como_vencer_uma_elei%C3%A7%C3%A3o_sem_sair_de_casa_um_estudo_de_caso_sobre_o_populismo_digital_na_campanha_de_Jair_Bolsonaro_ppt_setembro_2018. Acesso em: 11 abr. 2022.

26 “Os efeitos da agência algorítmica no mundo *offline* não seguem, e nem podem seguir, um caminho linear de comando e controle sobre os indivíduos [...]. O que o novo ambiente cibernético faz não é e nem pode ser controlar diretamente os usuários, mas eles alteram profundamente, e de formas imprevisíveis, as mediações sociotécnicas por meio das quais as próprias pessoas e sociedades se fazem, propiciando novas ‘ressonâncias’ entre forças sociais, políticas e epistêmicas” (CESARINO, 2021b, p. 305).

27 A partir de um estudo antropológico de Jean Comaroff e John Comaroff, Cesarino cita práticas que desafiam o arranjo da Constituição Moderna problematizada por Bruno Latour ([1991] 2019), em sua cisão entre política, ciência e religião: “temporalidades milenaristas e apocalípticas (eu acrescentaria, hoje, versões seculares como o próprio Antropoceno); religiões carismáticas (também com versões seculares, como o *coaching* e a cultura de celebridades); rumores, linchamentos morais e físicos, vigilantismo social; teorias da conspiração e pseudociências;

Uma explicação de perspectiva cibernética entende ambos como um fenômeno só – por exemplo, no que diz respeito à “eficácia dos enunciados – sua forma de verificação – [...] mercadológica [...] a posteriori, orientada pela lógica performativa do marketing, que é a base do modelo de negócios das grandes plataformas” (CESARINO, 2021a, p. 79).

Abarcando por esse olhar o que Letícia Cesarino chama de arquitetura digital do neoliberalismo ou arquitetura neoliberal das mídias digitais, é possível entender a relação entre a mediação característica dos agenciamentos algorítmicos e a crise de confiança social no sistema de peritos, associando-a com a situação atual da história enquanto disciplina e, mais especificamente, do ensino de história. Parte do arranjo moderno, esse sistema é composto não só por cientistas e especialistas, mas, de maneira geral, abarca instituições como as universidades e as mídias tradicionais. Nas últimas décadas, a ordem que ele produz vem sendo gradualmente substituída por outra. Essa transição, no entanto, não está completa e, nesse *intermezzo*, se multiplicam

mediações algorítmicas (e mercadológicas) de ciclos cibernéticos curtos, intensivos e que operam numa espacialidade de rede e temporalidade de crise permanente que produzem ruído constante e geram valor ao recircular, para os usuários, conteúdos produzidos por eles próprios (CESARINO, 2021a, p. 79).

É nesse ambiente que a sensação de desintermediação no tempo presente tem emergido e os negacionismos históricos têm sido reformulados. Se o termo popularizado por Henry Rousso no debate sobre o Holocausto contra os autointitulados “revisionistas”²⁸ remete aos “falsificadores da história [...] a selecionar à vontade nas fontes, desprezando a maior parte delas alegando rigor crítico, a calar de modo sistemático os dados que vão de encontro à tese adiantada” (BÉDARIDA, 1998, p. 146-147), tais fraudes têm tomado outras proporções hoje, a ponto de ter havido uma relativa popularização do termo na esfera pública brasileira. Junto, tem vindo o que Luís Edmundo de Souza Moraes chamou de dispersão do conceito.

agências ocultas e mágicas; economias imateriais, esquemas pirâmide e outras formas de ganhar dinheiro rápido no *casino capitalism*; e, poderíamos hoje acrescentar, as chamadas *fake news* e desinformação” (CESARINO, 2021a, p. 78).

28 Na historiografia, o termo remonta a uma operação comum a partir de “mudança de *paradigma interpretativo*” (TRAVERSO, [2005] 2012, p. 156). Antes do neologismo por Rousso, Pierre Vidal-Naquet (1988) utiliza esse termo para discutir a temática na esfera pública francesa dos anos 1980.

Confundidos negacionismo e negação, esvazia-se a conceituação do fenômeno, simplificado como atitude individual ou mera teimosia diante da realidade. Conforme relata o historiador, a negação é anterior ao negacionismo: pode-se falar do exemplo alemão, por exemplo, com nazistas negando o projeto de “Solução Final” (*Endlösung*) e apagando provas ainda durante a *Shoá*. Já o negacionismo deve ser entendido como um tipo particular de negação, em que seus atores operam como mercadores que vendem passados falsificados e sua própria legitimidade pública enquanto pesquisadores²⁹.

Desse modo, considerando a convergência entre a infraestrutura digital e a episteme neoliberal³⁰ analisada por Letícia Cesarino (2021a), os negacionismos históricos podem ser caracterizados como uma das práticas epistemológicas disseminadas pela plataformização do cotidiano, constituindo o que se pode chamar de “um novo movimento de negação histórica, fenômeno muito mais complexo e difuso do que [...] em outras ondas negacionistas cuja produção esteve inscrita em sujeitos de discursos muito bem delimitados” (MENESES, 2019, p. 83).

Evidentemente, isso não elimina a continuidade do fenômeno em seu desprezo pelo debate especializado e seu *modus operandi*. Semelhante ao paradigma do negacionismo do Holocausto, enfrentado por Pierre Vidal-Naquet (1988) nos anos 1980, o fenômeno em geral não pode ser entendido como mera ignorância, mas como projeto político a partir de determinados abusos do passado. Não simplesmente ignoram, portanto, a historiografia enquanto parte do sistema de peritos, mas a atacam em tom conspiratório: parece haver sempre um complô, que só pode ser desmascarado pelo caminho desvendado sem a mediação de especialistas – afinal, todos estariam comprometidos com a mentira, conscientemente ou não, pela própria formação universitária, tal qual fantasiada por seus detratores.

E quais são as especificidades do fenômeno negacionista hoje?

Antes da Web 2.0, semelhante às investidas da indústria tabagista no século

29 NEGACIONISMO e revisionismo: teoria, historiografia e tempo presente [s./]. **Associação Nacional de História - Anpuh Brasil**. 2020. 1 vídeo. (123 min.) Disponível em: <https://youtu.be/JeC0nsQMMuA>. Acesso em: 11 abr. 2022.

30 Em uma perspectiva pós-foucaultiana, definir o neoliberalismo como episteme significa entendê-lo “como mais que um tipo de doutrina econômica, e até mesmo mais que uma ideologia ou cultura do capitalismo tardio: ele aparece como uma reestruturação das bases epistêmicas da modernidade” (CESARINO, 2021a, p. 85).

XX, conforme relata Moraes, mimetizava-se o trabalho dos especialistas a partir de revistas e institutos próprios. Com as TDICs, outros caminhos se apresentam mais lucrativos para os mercadores de passados falsificados: os negacionismos operam descentralizados nas redes sociais, nas quais a dinâmica marcada pela abertura alterou as formas de consumo de informações – cujo entendimento de relevância para os algoritmos se estende, inclusive, para interações não só de compartilhamento, mas de reprovação. Por sua vez, as formas de produção e circulação não permanecem inalteradas: a escolha por “formatos, textos, imagens e fontes muito distintos [...] pulverizam os elementos estruturais de suas narrativas” (MENESES, 2019, p. 84). Já a mediação algorítmica tece ecossistemas em que essas informações difusas e aceleradas circulam a partir de diversos usuários de segmentos afins, de acordo com seu perfil, e que, no entendimento cibernético, relaciona humanos e máquinas em “*loops* recíprocos entre o comportamento dos usuários e *affordances* inscritas nas plataformas, como as que visam o aumento do tempo de tela” (CESARINO, 2021b, p. 311).

Longe de serem puramente técnicos e apolíticos, os sistemas algorítmicos funcionam pela lógica do marketing, caracterizado por Deleuze ([1990] 2013, p. 228) como “instrumento de controle social”. Assim, a definição do negacionista histórico como vendedor de passados fraudulentos se intensifica potencialmente a partir da retroalimentação entre infraestrutura digital e neoliberalismo. Impulsionada pelas plataformas – notoriamente omissas em casos de extremismos, pois também operadas por interesses mercadológicos –, essa prática permeia tanto bolhas digitais já segmentadas pela modulação, quanto as extrapola por meio da publicidade nas redes³¹.

É o caso da produtora Brasil Paralelo, cujo canal no YouTube é um dos mais populares da chamada nova direita³². Criada em 2016 na capital

31 Além disso, compreendendo a relação entre plataformas e usuários *online* e *offline* pela perspectiva cibernética, é possível perceber efeitos não previstos, mas presentes no design original das plataformas, como a formação de públicos refratados e antiestruturais por meio de determinadas *affordances* (CESARINO, 2022a). Tal conceito pode ser traduzido pela ideia de *possibilidade de uso* (NUNES, 2022) ou *potencialidade de um ambiente em relação a um organismo* (CESARINO, 2022a). Pela própria infraestrutura digital, a dinâmica do uso das plataformas pelos usuários e das mediações algorítmicas daquelas no uso de dados destes propicia a formação desses públicos e uma nova configuração na (re)produção e circularidade de teorias da conspiração, por exemplo. Cf. CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022a.

32 Referência às forças políticas que se mobilizaram de modo reativo a partir de 2003, com os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores, cujo ódio e ressentimento se manifestaram

gaúcha, a empresa alcançou maior popularidade nos anos seguintes a partir da venda de cursos em seu próprio *website* e da divulgação de séries e filmes tecnicamente bem elaborados, caracterizadas por visões tendenciosas, distorcidas ou mesmo negacionistas sobre temas como a ditadura de 1964, a história da educação brasileira e a colonização da América Portuguesa (BALESTRO; PEREIRA, 2020; ÁVILA, 2021b).

Associada à visão conspiracionista de Olavo de Carvalho³³ sobre um suposto marxismo cultural como mal a ser combatido nas mais diversas instâncias da vida, a Brasil Paralelo construiu seu protagonismo associando-se com diversas personalidades da extrema direita, seja por meio da divulgação por elas em diversas plataformas, seja através do serviço algorítmico de “marketing para afiliados”. Entretanto, segundo o perfil Brasil Para Lerdos³⁴, seu maior investimento tem sido em outro tipo de estratégia de publicidade preditiva, pela plataforma Google Adwords, chamada “impulsionar conversões”: serviço que consiste em divulgar suas ideias/produtos – imbricados no capitalismo neoliberal – em canais associados ao espectro político antagônico³⁵.

Esse e outros serviços são operados a altíssimo custo. Em uma matéria do jornal O Estado de São Paulo³⁶, escrita após a decisão do Facebook por publicizar dados referentes a serviços de propaganda política na plataforma antes das eleições municipais de 2020, fala-se em mais de 320

mais intensamente em determinados momentos, como a midiáticação do escândalo batizado de Mensalão, o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2012, a captura das manifestações de 2013 (originalmente organizadas em torno de pautas de esquerda) e o desgaste do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, seguido pelo processo de impeachment em 2016. O adjetivo não descarta as permanências de pautas, como anticomunismo e apologia da ditadura de 1964. Tampouco de agentes – individuais, como Olavo de Carvalho, ideólogo de extrema direita que atuou entre as décadas de 1990 e 2010 na grande imprensa e a partir dos anos 2000 em *websites* e cursos à distância; e coletivos, como oficiais das Forças Armadas saudosistas do regime militar. O uso do predicado justifica-se pela tanto pela conjuntura política brasileira no início do século XX, quanto pelo *modus operandi* por meio da infraestrutura digital das plataformas.

- 33 Figura central no avanço da extrema-direita brasileira no início deste século. Primeiro, com o sucesso editorial da seleção de colunas em veículos da grande mídia, nas quais se sobressai a acusação de um suposto complô nas instituições sob a alcunha de “marxismo cultural”. Depois, com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, atuando como ideólogo do governo e influenciando nomeações para cargos de destaque.
- 34 Perfil de ciberativismo criado no início de 2022, no Twitter, que tem analisado a origem e a atuação da produtora Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.twitter.com/brparalerdo>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- 35 Disponível em: <https://twitter.com/brparalerdo/status/1492582651450040320>. Acesso em: 11 abr. 2022.
- 36 BAZZAN, Alexandre. 'Netflix' dos bolsonaristas gastou R\$ 328 mil em anúncios de Facebook e Instagram. **Estadão**. 28 set 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,netflix-dos-bolsonaristas-gastou-r-328-mil-em-anuncios-de-facebook-e-instagram,70003455670>. Acesso em: 11 abr. 2022.

mil reais investidos pela Brasil Paralelo nessa rede social e no Instagram para impulsionar postagens entre agosto e setembro. Liderando o ranking divulgado pelo próprio Facebook, a cifra ultrapassou a casa dos 3 milhões em maio do ano seguinte, segundo reportagem da revista Piauí³⁷.

E como se não bastassem propagandas do tipo “pare de acreditar nas mentiras do seu professor de história” ou “os fatos que as escolas e as faculdades esconderam sobre o regime militar foram revelados!” pululando mais de um milhão de vezes nessas redes sociais, mesmo uma busca no Google não escapa da lógica do marketing digital. Conforme analisado pelo perfil Brasil Para Lerdos³⁸, a produtora recorre a um tipo de publicidade que a faz aparecer no topo dos resultados da pesquisa – destaque fundamental nesses tempos em que dificilmente se chega à segunda ou à terceira página da busca. Como tática para evitar questionamentos a seu empreendimento, a Brasil Paralelo inflaciona o custo dos anúncios por clique para impossibilitar iniciativas terceiras de concorrer pelo local privilegiado na página³⁹, além de recorrer, segundo o Brasil Para Lerdos, a perseguição jurídica através de notificações extrajudiciais e processos abertos contra veículos de mídia e pesquisadores⁴⁰.

Desse modo, como falar em desintermediação, se, na configuração atual da sociedade de controle, sistemas algorítmicos parecem sempre mediar os percursos digitais de forma sutil e contínua? Soa válido apenas caso, retomando o conceito de desterritorialização em Deleuze e Guattari ([1980] 2012a), se refira à instabilidade sentida pela disciplina, assim como as Humanidades como um todo. Desintermediação dos parâmetros que embasaram a configuração moderna, da confiança social no sistema de peritos, da autoridade docente enquanto especialista, diante de outras possibilidades de se utilizar do passado – desde entretenimento e curiosidade até fraude como projeto político.

37 MAZZA, Luigi. No Facebook, Brasil Paralelo é recordista de gastos com propaganda política. **Revista Piauí**. 27 mai. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/amp/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

38 Perfil do Twitter que se apresenta como organização não governamental e rede de solidariedade a pesquisadoras e pesquisadores vítimas de perseguição jurídica pela Brasil Paralelo. Disponível em: <https://twitter.com/brparalerdo>. Acesso em: 16 mar. 2023.

39 Disponível em: <https://twitter.com/brparalerdo/status/1489970544954990599>. Acesso em: 11 abr. 2022.

40 Disponível em: <https://twitter.com/brparalerdo/status/1483928916725223433>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Contudo, todo fluxo de desterritorialização implica na recomposição de novos territórios (DELEUZE; PARNET, [1977] 1998). Dessa forma, a vertigem provocada pela plataformização também resulta, em paralelo, dos processos de reintermediação executados por agentes humanos e não humanos – isto é, por influenciadores como “mediadores centrais, ainda que indiretos, na reorganização cognitiva dos usuários comuns” (CESARINO, 2022a, p. 130), e pela própria infraestrutura das redes⁴¹. Exemplo disso são os usos do YouTube como ferramenta pedagógica, seja quando estudantes recorrem a vídeos curtos sobre determinados conteúdos, anteriormente ministrados em sala de aula, ou mesmo quando a própria plataforma sugere canais conspiracionistas *mainstreamizados* que atuam como “tocas de coelho” para ecossistemas extremistas nas mídias digitais (CESARINO, 2022a).

2.3. Diagrama: crise permanente, atualismo e ensino de história

Nesse esboço geral sobre a desorientação que condiciona hoje a disciplina, resta mapear a articulação das linhas de força que tensionam esse processo ao ensino de história – tarefa fundamental para tentar inventar formas de dobrar estas forças em disputa. Qual é a serventia de pensar o problema da desorientação frente aos desafios que se põem hoje à disciplina, como a pós-verdade e os negacionismos históricos, a partir do debate sobre legitimidade disciplinar e experiência temporal e do processo de digitalização e plataformização? Tais linhas, que a princípio parecem desconexas, se cruzam em determinado ponto, central para este trabalho: as formas de subjetivação em um mundo digitalizado e atravessado de cima a baixo pelo neoliberalismo (GAGO, [2014] 2018; CESARINO, 2022a; NUNES, 2022).

Classificar tal ponto como central implica aprofundar a convergência entre a infraestrutura digital e a episteme neoliberal em tempos de plataformização do cotidiano, enquadrando a questão por um ponto de

41 “Esse é um dos sentidos em que podemos afirmar que as novas mídias têm uma política. [...] Não apenas enfraquecem as formas de subjetivação e produção de verdade baseadas no reconhecimento universal, como reintermediam novas identidades com base em modelos de reconhecimento bifurcado. No caso da política, por exemplo, o colapso da diferenciação entre público e privado que fundamentava a norma da esfera pública liberal leva a uma bifurcação do tipo antagonística (amigo versus inimigo) onde o público passa a ser englobado pelo privado. Nos conspiracionismos, o colapso de contextos entre fato e ficção leva a uma bifurcação entre dois mundos invertidos onde a ficção engloba o fato” (CESARINO, 2022a, p. 113-114).

vista cibernético: “menos em termos de conteúdos particulares do que de um campo de ressonâncias compartilhado”. Assim, “entender essas ressonâncias requer compreender como funcionam as infraestruturas que as sustentam” (CESARINO, 2022a, p. 15), considerando o usuário não como mero agente atuando em um ambiente passivo, mas também como ele mesmo um ambiente para agência humana e não-humana (apesar da dificuldade de se perceber de tal maneira⁴²). Desse modo, a explicação cibernética

se ancora na materialidade das novas mídias: um complexo aparato cibernético que vem crescendo silenciosamente, tanto em extensão (ocupando cada vez mais espaços) como em capilaridade (na relação com os usuários) [...] pouco a pouco, *se emaranhando com nossas próprias infraestruturas cognitivas: aquelas camadas da experiência humana que escapam da nossa consciência reflexiva* (CESARINO, 2022a, p. 17, grifo nosso).

É justamente na dimensão epistêmica – e, no geral, na produção de subjetividades – que o cruzamento das linhas analisadas possibilita um ponto de vista diferente: não pela marca da continuidade para lidar com (mais) uma crise disciplinar, mas pela ênfase na contingência do momento atual. Logo, se o termo parece banalizado, faz-se necessário uma definição mais clara para, então, se propor algo. Daí a vantagem ao se privilegiar outro enquadramento, de caráter sistêmico, para pensar por meio de uma perspectiva cibernética a instabilidade que atravessa a esfera pública, pois

é nesse sentido que as crises de confiança na democracia, na ciência, na mídia profissional podem ser encaradas como sendo a *mesma* crise. Seus contornos são similares em regiões muito diferentes do globo – um forte indicativo da relevância da dimensão técnica, relativamente independente das conjunturas sociais particulares (CESARINO, 2022a, p. 18).

O caráter transversal do termo se destaca ainda mais em um aspecto específico da convergência entre plataformação e neoliberalização, levantado pela pesquisadora de mídias digitais Wendy Chun (2016): a temporalidade das redes estruturada pela crise – ou, segundo Cesarino (2021a), a *temporalidade de crise permanente*. A figura da crise é primordial

⁴² “Essa incapacidade de nos vermos como ambiente sujeito à influência de agências que operam em planos pós- e pré-individuais não é apenas um obstáculo à análise lúcida dos fenômenos em tela. Ela é parte central desses fenômenos, visto que a eficácia da lógica de influência que fundamenta a atual economia digital (e suas reverberações políticas e epistêmicas) pressupõe justamente que os usuários individuais se sintam livres e soberanos” (CESARINO, 2022a, p. 98).

para o neoliberalismo, em suas intenções de reprogramação radical da sociedade. Como escreveu Milton Friedman (apud CHUN, 2016, p. 69, tradução nossa), “somente uma crise – real ou percebida – produz mudança de verdade”⁴³. Tal lógica está presente na “grande virada” detalhada por Pierre Dardot e Christian Laval ([2009] 2016), quando a hegemonia neoliberal foi forjada entre disputas e tensões ao longo das décadas de 1970 e 1980, a partir da ditadura de Augusto Pinochet no Chile e dos governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, respectivamente.

Contudo, a mesma lógica ultrapassa o campo das políticas econômicas e sociais, quando entendida em sua dimensão estratégica, atuando por meio de um “conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos” (DARDOT; LAVAL, [2009] 2016, p. 191). Do processo de crítica e desmonte das políticas do *Welfare State*, na crise do capitalismo nos anos 1970, aos desdobramentos da crise financeira de 2008 e da pandemia do COVID-19, essa dimensão estratégica continua presente desde a defesa por mais austeridade até a popularização de crise como oportunidade no credo *coaching*⁴⁴.

Também por meio dessa lógica, segundo Chun, as redes se desenvolvem a partir das crises produzidas e tornadas habituais por elas, como eventos que demandam decisões. Também entendidas como “exceções que exigem uma suspensão, ou, no mínimo, uma suspensão de regras ou a criação de novas normas”⁴⁵ (CHUN, 2016, p. 79, tradução nossa), as crises assumem paradoxalmente a forma de um evento permanente. Em outras palavras, uma temporalidade em que a exceção se torna norma, em que “o AGORA constantemente perfura o tempo, à medida que o novo se

43 No original, “*only a crisis – actual or perceived – produces real change*” (apud CHUN, 2016, p. 69).

44 Ambas podendo, inclusive, se entrecruzar, como no episódio protagonizado pelo então presidente-interino Michel Temer em maio de 2016, em meio ao golpe jurídico-parlamentar que então havia afastado do cargo a presidente Dilma Rousseff. Durante sua posse, ganhou repercussão a frase “não fale em crise, trabalhe”, marcando o início de um projeto de desmonte de políticas públicas dos governos anteriores e de implementação de políticas de austeridade, como a Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95), que estabeleceu na Carta Magna brasileira um teto de gastos públicos por 20 anos, e a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei 13.467/2017).

45 No original, “*exceptions that demand a suspension, or at the very least an interruption of rules or the creation of new norms*” (CHUN, 2016, p. 79).

rapidamente se torna velho e o velho é encaminhado mais uma vez como (um tanto) novo”⁴⁶ (CHUN, 2016, p. 3, tradução nossa).

Chun afirma que essa forma de temporalização destoa do tempo dos hábitos⁴⁷. Enquanto este cria laços, o tempo das crises constantemente os quebra e os recria, em um fluxo implacável de atualizações que demandam resposta. Assim, é possível refletir a partir do “tempo pontuado da crise” [*punctuating time of crisis*] (CHUN, 2016, p. 69) em termos de modos de subjetivação, não apenas quanto a uma forma de experienciar o tempo, mas também quanto a um regime de verdade específico (FOUCAULT, [1979] 1998). Exemplo disso é a noção de “em tempo real” [*real time*]⁴⁸ como garantia de autenticidade às coisas no cotidiano digitalizado, pois “o que é real é o que se desenrola ‘em tempo real’”⁴⁹ (CHUN, 2016, p. 75, tradução nossa). Por outro lado, essa noção, fundamental para as mídias digitais enquanto dispositivos de captura de atenção, também é fonte de esgotamento aos usuários por, em sua relação com plataformas cujo design propicia adicção, lhes exigir o tempo de processamento do computador.

Resulta dessa temporalidade de crise permanente, portanto, a necessidade de estar sempre se atualizando – ou, nos dizeres de Chun (2016, p. 1, tradução nossa), “atualizando-se para continuar (próximo a) o mesmo” [*updating to remain (close to) the same*]. Essa necessidade abarca não apenas os produtos técnicos e digitais, como celulares e plataformas, mas se estende a uma forma de temporalização da experiência humana na contemporaneidade. A essa mudança no modo de significar o tempo histórico, Valdei Araújo e Mateus Pereira (2016, p. 285) propõem a categoria de *atualismo*, como “contínua atualização do atual”. Sua conceituação origina-se da elaboração de Martin Heidegger sobre a multiplicidade de configurações das dimensões temporais – passado, presente e futuro – no cotidiano, de

46 No original, “*the NOW constantly punctures time, as the new quickly becomes old, and the old becomes forwarded once more as new(ish)*” (CHUN, 2016, p. 3).

47 Entendidos aqui não como meras repetições mecânicas, mas como condição para criatividade e pensamento em um ambiente instável – relação invertida pela arquitetura das novas mídias, pois, “ao interpelar a camada cognitiva pela qual hábitos são formados numa temporalidade de estímulo e resposta ininterruptos, ela desvirtua hábito em adicção” (CESARINO, 2022a, p. 109).

48 Definido pelo Oxford English Dictionary como “o tempo real durante o qual um processo ou evento ocorre, especialmente um analisado por um computador, em contraste com o tempo subsequente a ele, quando o processamento do computador pode ser feito, uma gravação reproduzida ou algo semelhante” (apud CHUN, 2016, p. 79, tradução nossa). No original, “*the actual time during which a process or event occurs, especially one analyzed by a computer, in contrast to time subsequent to it when computer processing may be done, a recording replayed, or the like*” (apud CHUN, 2016, p. 79).

49 No original, “*what is real is what unfolds in ‘real time’*” (CHUN, 2016, p. 75).

acordo com um conjunto de estruturas existenciais. Uma delas, em especial, chamada de decadência [*Verfallen*], dispõe de um arranjo em que, dentre as dimensões temporais, se prioriza o presente, temporalizado como atualização [*Gegenwärtigen*].

Essa forma de presente como atualidade não está destituída de futuro ou passado. [...] O futuro é entendido apenas como espaço em que as coisas “surgem”, “emergem” e podem ser vistas na atualidade. [...] O passado [...] algo novo (variado). O passado assim deixa de estar no modo do “vigor de ter sido” e se apresenta como mera variedade numa oscilação contínua entre esquecimento e recordação. Isso cria uma dispersão que nos leva a perceber o tempo do presente como um desamparo (ARAÚJO; PEREIRA, 2016, p. 284).

Logo, semelhante às formas de temporalização expressas no amplo presente por Gumbrecht e no presentismo por Hartog, o atualismo também lida com “o paradoxo de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e vazio de eventos” (ARAÚJO; PEREIRA, 2016, p. 284). Porém, diferente das outras hipóteses, essa “contínua atualização do atual” “não se trata substancialmente de uma ampliação do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e futuro, mas em formas atualistas” (ARAÚJO; PEREIRA, 2016, p. 285). Por fim, tratando-se de uma forma ontológico-existencial de temporalização do presente, tampouco se aplica exclusivamente à pós-modernidade – já que, aceitos os pressupostos heideggerianos, é experienciada trans-historicamente. No entanto, o que parece diferenciar a conjuntura hoje é a hegemonia construída por essa historicidade na era digital, tamanha a presença das plataformas e de seu intenso fluxo de informações no cotidiano das pessoas.

Essas questões parecem se articular e impactar o ensino de história de diferentes maneiras, como observou o historiador Marcelo de Mello Rangel (2021) a partir de depoimentos de seus estudantes de estágio supervisionado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Em primeiro lugar, são recorrentes os relatos de desinteresse (ao menos inicialmente) por parte de estudantes da educação básica quanto à disciplina. Estes reagem de modo indiferente ou mesmo antipático, mais interessados em seus *smartphones*, apresentando resistência a certos elementos que compõem o

ensino de história. Tal situação, no entanto, parece extrapolar determinados conteúdos em si, resultando de um descompasso entre o modo de relação com passados que Rangel denomina “epistemológico-crítico-pragmático” – característico da disciplina – e a temporalidade de crise permanente evidenciada pela arquitetura neoliberal das mídias digitais.

Em segundo lugar, a postura reativa de estudantes contra docentes também consta frequentemente nos relatos. Por um lado, tais questionamentos, por vezes mais inflamados, podem ser relacionados a certos discursos veiculados nas últimas duas décadas na mídia tradicional, atacando o ensino de história e coleções de livros didáticos. Por outro, é possível partir do pressuposto que, nesse recorte específico, os anos 2010 trazem algo sistematicamente novo – não apenas pela conjuntura sócio-histórica marcada pelo crescente desgaste do modelo político vigente, mas também devido ao processo de plataformização.

Exemplo disso são as críticas realizadas entre setembro e outubro de 2007 no jornal O Globo pelo jornalista Demétrio Weber e pelo diretor de jornalismo da Rede Globo Ali Kamel a dois livros didáticos de história, “Nova História Crítica” e “Projeto Araribá – História – Ensino Fundamental 8ª série”. Conforme a análise do professor-pesquisador Francisco Júlio Sousa Ferreira (2020), as reportagens e as entrevistas atribuem a pecha de maniqueísta e conceitualmente equivocado a esses livros, sem qualquer cuidado de apresentar um contraponto. Como resultado, não apenas autores e editores são figurados como doutrinadores, mas também o próprio Governo Federal – à época, presidido por Luís Inácio Lula da Silva.

Contudo, mesmo que tais episódios tenham ocorrido em um contexto em que se formava um movimento de reação a pautas progressistas⁵⁰ – por exemplo, com a formação do movimento Escola Sem Partido⁵¹ (2004) e de *think tanks* liberais como Instituto Millenium (2005) e Instituto Mises (2007) –, a repercussão, por mais expressiva que tenha sido à época, não se compara em termos de capilaridade do cotidiano

50 Em 2006, por exemplo, em meio ao debate pró e contra cotas raciais, o mesmo diretor de jornalismo chegou a lançar um livro que tentava negar a existência de racismo estrutural no Brasil.

51 Cf. MOURA, Fernanda Pereira de. “**Escola Sem Partido**”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 188p. 2016.

plataformizado⁵². De modo que, sem desmerecer seu peso em um longo processo de deslegitimação do ensino de história e de sua figura docente, a ruptura com a plataformização é significativa a ponto de inaugurar outro fenômeno, relacionado aqui às discussões sobre crise e atualismo. Afinal, a infraestrutura digital da Web 2.0 dispõe de uma “política [...] que [...] se materializa num viés infraestrutural favorável a forças sociopolíticas e epistêmicas que ressoam, hoje, junto à convergência ultraliberal-reacionária” (CESARINO, 2022a, p. 93-94). De tal modo que, como será explorado no capítulo seguinte, a recorrência de relatos de estudantes questionando e atacando professoras e professores de história parece vir do já mencionado crescimento em termos de extensão e capilaridade da materialidade das mídias digitais e seus “públicos refratados [...] formados pela ação tática de usuários que aprendem sobre o funcionamento dos algoritmos e buscam, estrategicamente, manipular suas *affordances* a seu favor” (CESARINO, 2022a, p. 131-132).

Assim, no intuito de elaborar um pequeno mapa do tempo de crise, parece pertinente cartografar as linhas que cruzam a convergência entre plataformização e neoliberalização e os desafios do ensino de história hoje quanto ao alcance dos negacionismos históricos que chegam à sala de aula. Primeiro, quanto à ideia de desintermediação. Por exemplo, as narrativas negacionistas do golpe de 1964 e da ditadura, não só pelas memórias pessoais de parentes, cuja multiplicidade de experiências pode destoar da memória social construída a partir do fim do regime; mas também pelas grandes produções – que negociam o passado como mercadoria – e pelos relatos disponíveis nas redes sociais⁵³. Para os negacionistas, alcançar essas narrativas, alheias às contribuições da pesquisa histórica e ausentes do currículo escolar, significa ter acesso ao passado sem a mediação de

52 Mesmo com a crescente popularidade da rede social *Orkut* no fim dos anos 2000, seu modelo em fóruns (ou comunidades) não se compara a plataformas como *Facebook* e *TikTok* no início dos anos 2020, pois “elas se diferenciam das então tradicionais redes sociais por modularem as práticas e relações de seus usuários através da coleta sistemática de dados e da personalização de seus serviços, baseados em ‘monitoramentos’ e prognósticos comportamentais. Ou seja, ainda que o extinto *Orkut* pudesse ter algum grau de mediação nas sociabilidades em rede, ele não era capaz de trabalhar a partir dos rastros deixados por seus usuários” (GONÇALVES, 2020, p. 5). A mesma razão pode ser apresentada quanto à disseminação de negacionismos históricos do golpe de 1964 e da ditadura por parte de *websites* apologistas, restrito na Web pré-plataformização a camadas subterrâneas não apenas por questões conjunturais – como o desgaste dos governos Lula e Dilma e a reação por determinados grupos à instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV) –, mas também pela própria infraestrutura digital da época.

53 Essas questões serão trabalhadas a partir do eixo analítico desenvolvido no último subtópico do capítulo a seguir.

profissionais doutrinadores. Assim, através dessa noção de desintermediação, a legitimidade disciplinar tanto é desconsiderada pelas memórias subterrâneas como uma relação direta e não corrompida com o passado, quanto ao mesmo tempo, de forma ambígua, é mimetizada pelo discurso negacionista como um recurso de credibilidade⁵⁴.

Segundo, quanto à forma de temporalização. Com a temporalidade de crise permanente, a relação do passado e do futuro com o presente passa por uma reconfiguração, distanciando-se da linearidade comum ao currículo de ensino de história. De certo modo, essa temporalização aumenta a dificuldade de compreender elementos referentes a processos estruturais de média ou longa duração, privilegiando experiências pessoais. Além disso, o movimento de contínua atualização do atual é “experimentado como a crença quase mágica na reprodução da realidade” (ARAÚJO; PEREIRA, 2019, p. 69). Isso parece presente no negacionismo da escravidão ou mesmo no silenciamento do passado escravocrata como ação política⁵⁵, em que ou se forja um passado colonial harmônico como forma de atacar a política de cotas, ou se ignora o genocídio da juventude negra e se naturaliza o racismo estrutural no Brasil, agarrando-se à ficção de um país sem conflitos sócio-históricos.

Terceiro, quanto à velocidade das mídias digitais. A temporalidade das redes “possibilita que o valor de verdade passe a ser confundido com o valor de novidade ou atualização da informação recebida, criando um campo propício para a disseminação de mentiras que funcionam como verdades, as chamadas *fakenews*” (ARAÚJO; PEREIRA, 2021, p. 4). De modo que o caráter acelerado da produção e da disseminação de vídeos – e mesmo da própria visualização, possível de ser também acelerada no YouTube – parece contribuir para associar a figura docente a algo obsoleto.

54 Por exemplo, o uso de especialistas alegado pela Brasil Paralelo em suas produções (MENESES, 2021), assim como o convite feito a pesquisadores e pesquisadoras para a participação no programa televisivo Guia Politicamente Incorreto, baseado em uma série homônima de livros que, em diversos países, se propõem a apresentar “o outro lado da história” de determinados assuntos por um viés conspiracionista (OGASSAWARA; BORGES, 2019; MENESES, 2019).

55 Em artigo recente sobre negacionismo histórico e pluralismo historiográfico, Arthur Lima de Avila (2021b, pp. 163, 167) apontou, dentre exemplos possíveis, a atuação política do deputado federal Luiz Philippe de Orleães e Bragança – quando este “atribuiu a escravização de seres humanos a uma elusiva ‘natureza humana’ e, no aniversário da Abolição, amainou seu impacto para a história nacional” – e a produção da Brasil Paralelo intitulada “Brasil: a Última Cruzada” – em que a narração histórica “*falseia* [...] sem, porém, negar os acontecimentos” ao dedicar pouquíssimo tempo à temática, esvaziando-a como um fenômeno milenar e atribuindo à sociedade ocidental “iluminada” o seu combate através do abolicionismo.

Não obstante a forma, o conteúdo também reforça a ação: o usuário atrelado a um ecossistema digital negacionista é atravessado por publicações que constantemente descredibilizam o sistema de peritos – em especial, universidades e docentes.

É por esse traçado que se evidencia o primeiro eixo aqui proposto, no panorama de impasses e desafios do ensino de história na era digital: o eixo cronotópico, espacializado em redes cujas conexões implicam em intensos fluxos de informação responsáveis pela sensação de desintermediação – ainda que algoritmicamente intermediados – e temporalizado pela lógica da contínua atualização do atual. Assim, não obstante as questões sobre sua legitimidade disciplinar e suas finalidades pedagógicas, quanto às suas funções e demandas sociais, o ensino de história precisa lidar com a crise em seu sentido transversal. Contudo, o esboço do mapa pareceria demasiadamente estático se sua elaboração não incluísse um plano das intensidades – tarefa do capítulo seguinte através de um eixo dos *afetos*.

3. CRÍTICA DOS AFETOS

Os afectos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra (DELEUZE; GUATTARI, [1980] 2012b, p. 18).

Afeto, palavra gasta pela publicidade, puída de tanto uso. Em geral, um recurso comunicativo contra a aspereza do cotidiano para fins mercadológicos, quando não apenas pretensamente poéticos. Como conceito, uma presença constante em pesquisas acadêmicas ancoradas no jargão do “cânone da alegria”, baseado em determinada leitura de Gilles Deleuze como “pensador da conectividade ingenuamente afirmativo” (CULP, [2016] 2020, p. 23). Nelas, pululam não só “afetos”, mas “rizomas” e “agenciamentos”. Muitas vezes, em frases de impacto “por intermédio de *slogans*” (DELEUZE; GUATTARI, [1980] 2011b, p. 48), como a epígrafe escolhida aqui – tantas vezes citada – que recentemente transbordou os limites acadêmicos, servindo de legenda para uma *influencer* e ex-participante de *reality show* em uma fotografia qualquer, publicada numa rede social⁵⁶.

Mesmo que a inspiração não tenha surgido de uma leitura da obra escrita por Deleuze em parceria com Félix Guattari, mas de um dos incontáveis *websites* de citações para aplicativos, a confusão entre senso comum e conceito sugere a profusão da palavra no dia a dia. Porém, mesmo esgarçado – tantas coisas anunciadas e vendidas como “feitas com afeto” –, o termo ainda é caro para diversas áreas de estudos, em que essa predileção pelas sensibilidades no tempo presente vem sendo evidenciada, assim como sua relação com a política.

Hoje se fala em excesso de sentimento e emoção. Em muitas disciplinas se desenvolvem pesquisas sobre o aspecto emotivo. De repente, o ser humano não é mais um *animal rationale*, mas sim uma criatura sensível. Poucos, porém, se perguntam de onde vem esse súbito interesse pelas emoções: as pesquisas científicas sobre as emoções não refletem sobre o próprio agir. (HAN, [2014] 2018b, p. 59).

Não é como se essa temática houvesse passado despercebida em tempos de outrora. Ainda no século XX, conforme o sociólogo Pierre Ansart ([1983] 2019) destaca, algumas tradições compartilharam desse

⁵⁶ Referência a ex-BBB Rafa Kalimann, que postou a citação aqui escolhida para epígrafe do capítulo como quem escolhe uma frase motivacional de autoajuda. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSZvmJ8rBRn/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

interesse. A primeira, datada entre os séculos XIX e XX, é personificada por Gustave Le Bon e sua “psicologia das multidões”, criticada posteriormente pela concepção histórica determinista e pela caracterização mecânica das noções de “multidão” e “imitação” (ANSART, [1983] 2019; CONSOLIM, 2007; BIARD; LEUWERS, [2014] 2019). A segunda, mais abrangente, é o freudomarxismo⁵⁷, representado por Ansart na obra de Wilhelm Reich – a qual o sociólogo francês elogia pela “tentativa de escapar desses dois obstáculos, levando em consideração ao mesmo tempo as condições socioeconômicas e os inconscientes individuais em suas relações e inter-relações” (ANSART, [1983] 2019, p. 7-8)⁵⁸.

Já na historiografia ocidental, por exemplo, o interesse de Lucien Febvre ([1952] 1989) em uma história das sensibilidades já figura em seus “Combates Pela História”, quando, a partir da psicologia de Henri Wallon, deseja aproximar Clio da temática das sensibilidades para investigar as relações sociais por uma ótica diferenciada. Criticando o trabalho de Johan Huizinga em sua tentativa de reconstituição da vida afetiva no outono do Medievo e, posteriormente, servindo de inspiração para uma história do medo no Ocidente durante a Modernidade, escrita por Jean Delumeau, decerto Febvre não é o único a elaborar questionamentos sobre as emoções na disciplina – quanto mais, então, expandindo suas fronteiras para as Humanidades em seu caráter interdisciplinar, com destaque para Walter Benjamin.

No entanto, é possível conferir singularidade ao interesse atual na temática, inclusive atribuindo-lhe a noção de “guinada” em um processo construído desde o fim do século passado, envolvendo vários campos disciplinares. Suas condições de possibilidade envolvem diferentes camadas,

57 “O freudo-marxismo é uma corrente intelectual que perpassa toda a história do pensamento freudiano, de 1920 a 1975, tanto de um ponto de vista doutrinal (ligação entre o freudismo e o marxismo) quanto do ponto de vista político (relações entre o comunismo e a psicanálise [...]). Os representantes dessa corrente foram muito variados. Os filósofos da Escola de Frankfurt, em especial Max Horkheimer (1895-1973), criticaram o pessimismo freudiano, incompatível, a seu ver, com as esperanças revolucionárias suscitadas pelo marxismo, mas conseguiram ligar as duas doutrinas de maneira muito fecunda. [...] todos os freudo-marxistas ligaram-se à ideia de que o freudismo e o marxismo são duas doutrinas da libertação do homem, articuladas com o paradigma da Revolução. A primeira visa a transformar o sujeito através da exploração singular de seu inconsciente, a segunda, a transformar a sociedade, através da luta coletiva e da consideração das reviravoltas induzidas pelo movimento da economia” (ROUDINESCO; PLON, [1997] 1998, p. 281).

58 Por outro lado, segundo Ansart, a interpretação de Reich para uma psicologia do fascismo peca por fazer “uma psicologia de classe já dada no início [...] a extensão, no campo político, da psicologia particular da pequena burguesia alemã. Assim, o desfecho totalitário, a violência interna e guerreira, estariam contidos nas origens” (ANSART, [1983] 2019, p. 134).

de acordo com as especificidades de cada disciplina. Por exemplo, nos estudos sobre história da educação, Taborda de Oliveira (2018) elenca, dentre as razões para um “giro sensível”, desde uma saturação de histórias de caráter abstratas até um interesse por uma escala que privilegiasse indivíduos e grupos singulares em vez de outras mais generalizantes.

Porém, em uma escala mais ampla, outra condição de possibilidade pode ser traçada – uma mais relevância, de acordo com as escolhas teóricas até aqui feitas no esboço deste pequeno mapa do tempo de crise. Segundo o filósofo Byung-Chul Han ([2014] 2018b), o motivo central para o crescente interesse nas emoções envolve, em última instância, as transformações do capitalismo no fim do século XX. Para ele, tal conjuntura é fruto de um processo que envolve a neoliberalização do cotidiano, cuja convergência com a digitalização e a plataformização – explorada no capítulo anterior – tornam tais fenômenos indissociáveis no tempo presente.

O regime neoliberal emprega as emoções como recursos para alcançar mais produtividade e desempenho. A partir de certo nível de produção, a *racionalidade*, que representa o *medium* da sociedade disciplinar, atinge seus limites. Ela é percebida como uma restrição, uma inibição. [...] Em seu lugar, entra em cena a *emocionalidade*, que está associada ao sentimento de liberdade que acompanha o livre desdobramento individual. Ser livre significa deixar as emoções correrem livres. O capitalismo da emoção faz uso da liberdade. [...] A economia neoliberal, que para aumentar a produtividade reduz cada vez mais a continuidade e instala a instabilidade, impulsiona a transformação emotiva do processo de produção. A aceleração da comunicação também favorece a transformação emotiva, porque a racionalidade é *mais lenta* que a emotividade (HAN, [2014] 2018b, p. 64-65).

Dessa maneira, também é possível atrelar essa conjuntura das emoções à temporalidade evocada pela infraestrutura das TDICs. Afinal de contas, “a comunicação digital [...] torna uma descarga de afetos *instantânea* possível. Já por conta de sua temporalidade ela transporta mais afetos do que a comunicação analógica. A mídia digital é, desse ponto de vista, uma *mídia de afetos*” (HAN, [2013], 2018a, p. 15). E isso é uma questão fundamental quando se trata da centralidade dos afetos na economia de atenção ou nas mobilizações políticas de agentes humanos que conhecem o funcionamento das plataformas e usam essa dinâmica a seu favor.

Como aponta Letícia Cesarino (2022a, p. 90), a infraestrutura técnica das mídias digitais enfatiza não apenas certas tendências cronotópicas, mas também o plano pré-representacional das dimensões afetivas. Desse modo, neste capítulo, será priorizada inicialmente a conceituação dos afetos. Afinal, da mesma forma que a filósofa Nancy Fraser ([2019] 2021, p. 35) pontua a importância de se conceituar rigorosamente a palavra “crise” para não “corre[r] o risco de ser desconsiderado e visto como um charlatão, tamanha a banalização que o termo atingiu por sua utilização imprecisa e incessante”; falar de afetos exige também, antes de tudo, um esforço conceitual. Para essa tarefa, o referencial teórico partirá das contribuições da filosofia espinosana e de sua interpretação (e reelaboração) por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Por fim, esse esforço teórico servirá como base para tratar especificamente do negacionismo histórico da ditadura militar a partir da temática do ressentimento e de sua atualização na era da internet plataformizada.

3.1 Conceituação dos afetos ou “que queremos dizer com isso?”

Por muito tempo, de diferentes formas, a tradição filosófica ocidental foi construída a partir de uma hierarquização da racionalidade perante a sensibilidade. Como relata Georges Didi-Huberman ([2013] 2016), a noção de *pathos*, associada à passividade, muitas vezes é encontrada na história da filosofia como sinal de fraqueza ou impotência, um obstáculo ao governo de si pelo *logos*. Contudo, dentre as exceções que buscam romper com esse entendimento, uma é datada do século XVII, escrita a partir do método geométrico, na forma de premissas como definições, postulados e axiomas que possibilitam uma série de proposições: a *Ética*, de Benedictus de Spinoza⁵⁹.

Refratária a uma noção de ser humano “como um império num império” (E III, pref.), a filosofia espinosana busca investigar a origem e a força dos afetos [*affectus*] nas transformações geradas pelos encontros de um corpo com outros corpos ou ideias. Para Spinoza (E III, def. 3), os afetos são

59 Nome latinizado de Baruch Espinosa, conforme publicação original da *Ética*. Como de praxe em estudos que tratam da filosofia espinosana, aqui será usada a nomenclatura para esta obra aqui: E, seguido do número do capítulo em algarismo romano, pref. para prefácio, def. para definição, esc. para escólio e P. para proposição seguido de número em algarismo arábico. Cf. SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, [1677] 2020.

definidos como “as afecções [*affectio*] do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”. Sendo as afecções modificações corporais que envolvem “a natureza do corpo humano e, ao mesmo tempo, a natureza do corpo exterior” (E II, P16), Spinoza indica, segundo Deleuze ([1981] 2002, p. 56),

que o afeto supõe uma imagem ou ideia, e dela deriva como da sua causa. Contudo, não se reduz a ela; possui outra natureza, sendo puramente transitivo, e não indicativo ou representativo, sendo experimentado numa duração vivida que abarca a diferença entre dois estados.

Dessa maneira, os afetos são entendidos em uma dimensão pré-representacional – ou, como prefere Deleuze, como um modo de pensamento não-representativo. Isto os diferencia das ideias, pois estas, por mais confusas que sejam, pressupõem representar algo da realidade.

Uma volição, uma vontade, implica, a rigor, que eu quero alguma coisa; o que eu quero, é objeto da representação, [...] está dado em uma ideia, mas o fato de eu querer não é uma ideia, mas um afeto, porque é um modo de pensamento não representativo (DELEUZE, [1978] 2019, p. 35).

Pressupondo um primado da ideia sobre o afeto, a relação entre ambos os modos de pensamento, ainda que irredutíveis um ao outro, indica que “o que é ação na alma é também necessariamente ação no corpo, o que é paixão no corpo é por sua vez paixão na alma” (DELEUZE, [1981] 2002, p. 24). No entanto, se por um lado, esta “correspondência entre o corpo e a mente, sem interação nem causalidade recíproca” (JAQUET, [2004] 2011 p. 30) contraria uma hierarquização da mente sobre o corpo; por outro, não reduz mecanicamente um ao outro⁶⁰, pois também denota, antes de tudo, a diferença de natureza entre ambos, já que as

ideias sucedem-se constantemente: uma ideia persegue a outra, uma ideia substitui a outra, por exemplo como o instante. [...] O que

60 Na prática, essa teoria, tradicionalmente conhecida por paralelismo, “aparece na inversão do princípio tradicional em que se fundava Moral como empreendimento de dominação das paixões pela consciência: quando o corpo agia, a alma padecia, dizia-se, e a alma não atuava sem que o corpo padecesse por sua vez” (DELEUZE, [1981] 2002, p. 24). No entanto, o uso do termo para a doutrina espinosana não é unanimidade, apesar de bastante disseminada, como demonstra a problematização elaborada por Chantal Jaquet ([2004] 2011) após um trabalho do neurologista António Damásio a partir de Spinoza.

acontece também, à parte desta sucessão de ideias? Há outra coisa, a saber: alguma coisa em mim não cessa de variar. Há um regime da variação que não é a mesma coisa que a sucessão das ideias em si-mesmas (DELEUZE, [1978] 2019, p. 38-39).

Assim, em outras palavras, a teoria dos afetos na filosofia espinosana busca lidar com a incompreensão do que, de fato, pode um corpo – questão tão repercutida hoje. Para isso, utiliza-se de dois conceitos: o primeiro, afecção, remete a um estado de mudança no corpo em seu encontro com outro, envolvendo a natureza de ambos. É por meio das afecções de seu próprio corpo, segundo Spinoza (E II, P26), que a mente humana percebe a existência de outros corpos, ainda que isto se dê de forma inadequada⁶¹. Como em um exemplo dado por Deleuze ([1978] 2019, p. 44), ao sentir a luz do Sol sobre seu corpo, a pessoa percebe a existência do astro a partir do efeito sentido, de modo que “a afecção indica a natureza do corpo afetado muito mais do que a natureza do corpo afetante”.

Já o segundo conceito, afeto, implica em uma variação de um estado a outro, a partir desses encontros, experienciado pelo corpo. Ainda que possa se supor uma imagem, o afeto deve ser entendido como uma experiência que atravessa o corpo “numa duração vivida que abarca a diferença entre dois estados” (DELEUZE [1981] 2002, p. 56). Experimentado em uma dimensão não-representacional, não se trata, contudo, segundo Spinoza (III, def. geral), de uma comparação pela mente do “estado presente do corpo com os anteriores, mas, sim, que a ideia que constitui a forma de um afeto afirma, a respeito do corpo, algo que envolve, de fato, mais ou menos realidade do que antes”. Isto acontece por não haver uma relação de causalidade direta entre ideia e afeto, e sim uma correlação de dois modos de pensamento cujas naturezas são diferentes (a primeiro, representativa; o segundo, não-representativo).

Logo, desse esforço conceitual, surgem inicialmente os seguintes desdobramentos: em primeiro lugar, os afetos não podem ser encarados como obstáculos a serem eliminados, mas entendidos como

61 Por forma inadequada, Spinoza (E III, def. 2), entende-se quando se sucede algo em um corpo de que ele não é causa senão parcial. Como em um exemplo dado por Deleuze ([1978] 2019, p. 44): ao sentir a luz do Sol sobre seu corpo, a pessoa percebe a existência do astro a partir do efeito sentido, de modo que “a afecção indica a natureza do corpo afetado muito mais do que a natureza do corpo afetante”. Por outro lado, Spinoza (E III, def. 1) chama de causa adequada “aquela cujo efeito pode ser percebido clara e distintamente por ela mesma”. Quando acontece algo de que um corpo é causa adequada, por fim, chama de ação.

constituintes do corpo humano em seu agir, pois este “é tanto mais forte, mais potente, mais apto à conservação, à regeneração e à transformação, quanto mais ricas e complexas forem suas relações com outros corpos, isto é, quanto mais amplo e complexo foi o sistema das afecções corporais” (CHAUI, 2011 p. 73). Logo, não se trata de compreender

os afetos humanos como são o amor, o ódio, a ira, a inveja, a glória, a misericórdia e as restantes comoções do ânimo, como vícios da natureza humana, mas como propriedades que lhe pertencem, tanto como o calor, o frio, a tempestade, o trovão e outros fenômenos do mesmo gênero pertencem à natureza do ar, os quais, embora sejam incômodos, são contudo necessários e têm causas certas, mediante as quais tentamos entender a sua natureza (SPINOZA, [1677] 2009, p. 8).

Assim, Spinoza trata dos afetos por meio de uma Ética, e não de uma Moral. Isto significa não pensá-los em termos de juízo de valor, mas de potência (DELEUZE, [1981] 2002). Daí seu interesse em voltá-los a favor do ser humano para lhe afastar da servidão⁶², conhecendo-os a partir de uma definição geral: alegres quando o encontro com outro corpo ou ideia resulta em um acréscimo da força de existir, tristes quando dessa afecção há uma diminuição da potência de agir. Tais atravessamentos, classificados como paixões quando passivos e ações quando ativos⁶³, podem ser entendidos, respectivamente, como uma passagem para uma perfeição maior ou menor⁶⁴. Logo, refletir sobre os afetos a partir desses aspectos exige apreender uma outra dinâmica sobre o próprio entendimento de si, em termos de mente e corpo, e da experiência cotidiana a partir dos encontros que se sucedem e quais os possíveis efeitos, assim como quais as possíveis estratégias diante

62 “Chamo de servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos. Pois o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior” (E IV, pref.)

63 A passividade, no entanto, não implica necessariamente em algo triste, pois há paixões alegres – isto é, que aumenta a potência de agir, mesmo o corpo da afecção não sendo a causa adequada – e elas podem, inclusive, se transformar em afetos ativos (que, relacionados à mente, sempre são compostos por desejo e/ou alegria, já que a tristeza refreia a potência de pensar [E III, 59]). Esse ponto, junto à relação entre afetos e conhecimento, será retomado no terceiro capítulo, de caráter propositivo, em sua articulação com o ensino de história.

64 “Quando um corpo se encontra com um outro corpo cujas relações que o definem não convêm ou não se compõem com as do corpo encontrado, este é afetado por tristeza, e a sua potência para agir é diminuída. A diminuição de sua potência ocorre porque parte dela passa a ser investida na anulação daquilo que não convém com suas relações, havendo, assim, uma espécie de esforço para se livrar do que o decompõe ou enche de tristeza. [...] Inversamente, quando por meio de um encontro as relações de dois corpos se compõem, diz-se que estes são afetados por alegria e sua potência para agir é aumentada. A ampliação [...] decorre da nova composição entre as relações que definem os corpos, pois estas formam um terceiro indivíduo, algo maior e mais complexo do qual cada corpo é uma parte” (MERÇON, 2009, p. 46).

deles – distanciar-se dos encontros que apequenam a força de existir, evitar a inconstância das paixões e buscar o que estimula a potência de agir.

Em segundo lugar, atentando-se para o caráter relacional dos afetos e para a sua diferença de natureza em relação às ideias enquanto modo de pensamento representacional – ou, ainda, tendo em mente a correlação entre ambos os modos e suas distinções –, as implicações de uma teoria dos afetos para uma reflexão política possibilita outra perspectiva. Não havendo, pois, uma causalidade direta entre ideias e afetos, estes ocupam um lugar diferenciado na dinâmica social, em comparação a análises fincadas em uma certa concepção de razão e consciência sem maiores clivagens. É o caso, por exemplo, do desejo – que, junto à alegria e à tristeza, formam os afetos primários, dos quais os demais são derivados na definição geral espinosana. O desejo é entendido, segundo Spinoza, como a própria essência do ser humano, “enquanto [...] concebida como determinada, em virtude de uma dada afecção qualquer de si própria, a agir de alguma maneira” (E III, def. dos afetos 1). Ele consiste em

todos os esforços, todos os impulsos, apetites e volições do homem que variam de acordo com o seu variável estado e que, não raramente, são a tal ponto opostos entre si que o homem é arrastado para todos os lados e não sabe para onde se dirigir (E III, def. geral dos afetos 1, exp.).

Por esse caminho, a filosofia espinosana traça uma noção de desejo como um movimento afirmativo, em que o esforço de perseverança do ser [*conatus*] se articula em encontro com outros corpos ou ideias. Assim, se, por um lado, Spinoza não pensa em termos de uma transcendência moral dos valores de Bem e Mal existentes em si, ao alcance da razão, mas de “uma tipologia dos modos de existência imanentes [...] [em que] a oposição dos valores (Bem/Mal) é substituída pela diferença qualitativa [...] (bom/mau)” (DELEUZE, [1981] 2002, p. 29); por outro, essa noção de desejo, associada à sua recusa de uma moral idealizada, traz outra possibilidade de se pensar a política. Afinal, se “não é por julgarmos uma coisa boa que nos esforçamos por ela [...] mas, ao contrário, é por nos esforçarmos por ela [...] que a julgamos boa” (E III, 9, esc.), então já se extrapolam os domínios da consciência e da intencionalidade.

Assim, o desejo segundo Spinoza, junto a suas demais considerações sobre os afetos, se inscreve em uma vertente que, por bastante tempo, se manteve minoritária na tradição filosófica ocidental. Pois além de recusar uma hierarquização da mente sobre o corpo, opera uma torção na própria noção de desejo. Não mais como algo negativo (falta) – a exemplo do Sócrates de Platão em *O Banquete* –, mas sim positivo, reverberando nas preocupações de Deleuze e Guattari séculos depois:

Eis porque o problema fundamental da filosofia política é ainda aquele que Espinosa soube levantar (e que Reich redescobriu): “Por que os homens combatem *por* sua servidão como se se tratasse da sua salvação?”. Como é possível que se chegue a gritar: mais impostos! Menos pão! Como diz Reich, o que surpreende não é que uns roubem e outros façam greve, mas que os famintos não roubem sempre e que os explorados não façam greve sempre: por que os homens suportam a exploração há séculos, a humilhação, a escravidão, chegando ao ponto de *querer* isso não só para os outros, mas para si próprios? Nunca Reich mostra-se maior pensador do que quando recusa invocar o desconhecimento ou a ilusão das massas para explicar o fascismo, e exige uma explicação pelo desejo, em termos de desejo: não, as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo num certo momento, em determinadas circunstâncias, e é isso que é necessário explicar, essa perversão do desejo gregário (DELEUZE; GUATTARI, [1972] 2011a, p. 46-47)

Fundamental para Spinoza também no *Tratado Teológico-Político*⁶⁵ e no *Tratado Político*, esse aparato conceitual da teoria dos afetos esquadrinhado na *Ética* é reelaborado na conceituação do desejo por Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo*, primeiro tomo de *Capitalismo e Esquizofrenia*. Intervenção tanto no debate marxista, quanto na própria psicanálise – como o próprio título já indica –, Rodrigo Guerón (2020, cap. I, 1) aponta “a semelhança que os dois autores, juntos, estabelecem entre o surgimento da economia política em David Ricardo e Adam Smith — na maneira como o próprio Marx a descreve — e o surgimento da psicanálise em Freud”. Em comparação ao avanço dos economistas ingleses quanto à descoberta do trabalho abstrato, contraposta a “uma visão da essência da riqueza como estando nos objetos e na objetividade em geral” (GUERÓN, 2020, cap. I, 1), Deleuze e Guattari trazem o avanço do pai da psicanálise quanto à descoberta da libido, contrária a uma concepção encerrada no objeto de desejo. No entanto, ambos os avanços logo encontram seus limites,

⁶⁵ De onde o dito “problema da filosofia política” é retirado, na citação por Deleuze e Guattari, e que remete à questão lançada no século XVI por Étienne de La Boétie em seu *Discurso da Servidão Voluntária*.

desembocando em frustração. Enquanto no primeiro, o surgimento da crítica se deve à vinculação por Ricardo e Smith à propriedade privada; no segundo, deve-se à vinculação por Freud ao triângulo edípico e à estrutura familiar burguesa.

Assim, segundo Guerón (2020, cap. I, 1), os dois escritores franceses apontam um mesmo movimento de avanço e limite tanto na economia política, quanto na psicanálise: “fazem tanto a mesma descoberta (a de uma produção no sujeito) quanto a mesma limitação e frustração de tal descoberta (a sujeição dessa produção à propriedade privada e ao triângulo familiar típico da família burguesa)”. Esse apontamento, afinal, é fundamental para o *tour de force* na conceituação do desejo como força afirmativa ao longo da obra.

Dizemos que o campo social é imediatamente percorrido pelo desejo, que é o seu produto histórico determinado, e que a libido não tem necessidade de mediação ou sublimação alguma, de operação psíquica alguma, e de transformação alguma, para investir as forças produtivas e as relações de produção. *Há tão somente o desejo e o social, e nada mais* (DELEUZE; GUATTARI, [1972] 2011a, p. 46).

Como resultado, dois desdobramentos – de novo – merecem atenção para os propósitos deste pequeno mapa, a serem explorados no subtópico seguinte: primeiro, há, aqui, uma perspectiva analítica não ancorada em um dualismo entre racional e irracional – como, por exemplo, na distinção feita na análise do fascismo por Reich, segundo Deleuze e Guattari ([1972] 2011a, p. 47), entre “a racionalidade tal como ela é ou deveria ser no processo da produção social, do irracional do desejo, situando apenas este como passível de psicanálise”. Em vez disso, parte-se de uma única e mesma produção, social e desejante – ou o que a dupla nomeia “*coextensão do campo social e do desejo*” (DELEUZE; GUATTARI, [1972] 2011a, p. 45, 47). Dessa forma, uma abordagem fundamentada na teoria dos afetos conceitua o desejo não como mera ilusão – de modo que se buscasse refletir apenas sobre o que é racional e consciente –, mas como produção,

analisando como fenômenos políticos e estratégias de poder em geral não mobilizam apenas o campo dos discursos e da representação, ou seja, das relações significante-significado, do falso em oposição ao verdadeiro. Trata-se de compreender que a produção de sentido do acontecimento político passa antes por uma mobilização libidinal, por uma gestão de afetos tristes e alegres que

se disseminam socialmente, como medos e prazeres e que a própria linguagem, antes de ter a função de comunicar e informar, é uma operação de poder (GUERÓN, 2020, cap. I, 4.4).

Segundo, há, aqui, uma perspectiva analítica ancorada não mais apenas nos interesses. Estes, embora não completamente ignorados, são deslocados em favorecimento do desejo, devido aos problemas alegados por Deleuze e Guattari⁶⁶, assim como por Foucault, no conceito de ideologia. Essa escolha pelo primado do desejo para a análise política é explicada em 1972, mesmo ano da publicação d’*O anti-Édipo*, numa conversa entre Deleuze e Foucault:

mesmo o marxismo – e sobretudo ele, - determinou o problema em termos de interesse (o poder é detido por uma classe dominante definida por seus interesses). Imediatamente surge uma questão: como é possível que pessoas que não têm muito interesse nele sigam o poder, se liguem estreitamente a ele, mendiguem uma parte dele? É que talvez em termos de *investimentos*, tanto econômicos quanto inconscientes, o interesse não seja a última palavra; há investimentos de desejo que explicam que se possa desejar, não contra seu interesse – visto que o interesse é sempre uma decorrência e se encontra onde o desejo o coloca – mas desejar de uma forma mais profunda e mais difusa do que seu interesse (FOUCAULT, [1979] 1998, p. 76).

Neste segundo desdobramento – sobre desejo e interesse –, é necessário se estender um pouco mais. Pois na década seguinte, essa mesma conversa serve de mote para o clássico artigo *Pode o Subalterno Falar?*, de Gayatri Spivak ([1985] 2010). Referência para os estudos pós-coloniais, uma das críticas de Spivak aos intelectuais franceses reside justamente nessa recusa ao conceito de ideologia, responsável, segundo ela, por uma incapacidade de articular uma teoria dos interesses ao que considera um modo ortodoxo de definição do desejo. Como resultado, Spivak ([1985] 2010, p. 34) aponta uma “relação mecânica entre o desejo e o interesse” na

⁶⁶ Conforme explicado por Rodrigo Guerón (2020, cap. I, 4.4), essa crítica se dá “pelo modo como este conceito pressupõe, grosso modo, uma separação entre produção econômica e linguagem, isto é, a tradicional divisão marxista entre infraestrutura (base econômica) e superestrutura (ideologia). A esta divisão, os dois autores franceses opõem um ‘maquinismo’ onde a produção objetiva — a produção de bens — é imediatamente tomada como uma produção de signos e a produção de signos linguísticos é imediatamente uma produção que mobiliza afetos sensíveis, diz respeito aos corpos, isto é, tem um caráter imanente de produção econômica e material”. Para mais informações – como o debate com Louis Althusser –, ver cap. V, 2: “Enunciados de organizações de poder em vez de ideologia” (GUERÓN, 2020).

impossibilidade de desencontro entre ambos, de acordo com essa mesma fala de Deleuze⁶⁷.

De fato, o uso do conceito de ideologia pode ser oportuno para se refletir sobre as questões tocadas no capítulo anterior e que serão aprofundadas adiante – a título de recordação, a questão da pós-verdade e a atualização dos negacionismos históricos ou a relação entre plataformização e neoliberalização e a temporalidade de crise permanente reforçada por esses processos, por exemplo. Porém, mesmo não negando, aqui, a possibilidade de um caminho diferente para tais questões, por meio do conceito de ideologia; a escolha teórica deste exercício cartográfico já deve estar clara a este ponto. Afinal, um de seus eixos passa justamente pela questão dos afetos, que, no subtópico seguinte, relaciona essa teoria com a dimensão afetiva da infraestrutura digital e com uma abordagem específica sobre o negacionismo da ditadura de 1964. No entanto, dois pontos – de novo – merecem ser observados, à guisa de conclusão. Em primeiro lugar, em *O anti-Édipo* – também citado por Spivak –, Deleuze e Guattari divergem do posicionamento anterior quanto à relação entre desejo e interesse, além de especificarem sua recusa pelo conceito de ideologia:

Não é uma questão de ideologia. Há um investimento libidinal inconsciente do campo social, que coexiste, embora não coincida necessariamente, com os investimentos pré-conscientes ou com aquilo que os investimentos pré-conscientes ‘deveriam ser’. Por isso, quando sujeitos, indivíduos ou grupos vão manifestamente contra seus interesses de classe, quando aderem aos interesses e ideais de uma classe que a sua própria situação objetiva deveria determiná-los a combater, não basta dizer: eles foram enganados, as massas foram enganadas. Não é um problema ideológico, de desconhecimento e ilusão, mas um problema de desejo, e o *desejo faz parte da infraestrutura*. Os investimentos pré-conscientes ocorrem ou deveriam ocorrer segundo os *interesses* de classes opostas. Mas os investimentos inconscientes ocorrem segundo posições de *desejo* e de usos de síntese, que são muito diferentes dos interesses do sujeito individual ou coletivo que deseja. [...] Uma forma de produção e de reprodução sociais, com seus mecanismos econômicos e financeiros, com suas formações políticas etc., pode ser desejada como tal, no todo ou em parte, independentemente do interesse do sujeito que deseja. [...] E a ideologia, o Édipo e o falo nada têm o que fazer aqui, porque eles dependem disso, em vez de estar no seu princípio (DELEUZE; GUATTARI, [1972] 2011a, p. 142-143).

⁶⁷ Especificamente, é citado o seguinte trecho (cuja menção parte de uma tradução diferente): “nunca desejamos o que vai contra nossos interesses, porque o interesse sempre segue e se encontra onde o desejo está localizado” (DELEUZE apud SPIVAK, [1985] 2010, p. 34)

Aqui, os dois autores parecem priorizar em sua consideração sobre desejo e interesse um olhar diferente do citado por Spivak: não como uma relação mecânica, mas como uma análise de fora, que possibilita a diferenciação entre os dois conceitos na vida prática de um indivíduo ou um grupo. Já no diálogo com Foucault, Deleuze parece trazer a questão de outro ângulo, mais especificamente, do ângulo de quem deseja – por exemplo, ao defender políticas de austeridade e retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora, um indivíduo pobre e subalternizado não dissocia desejo de interesse. Assim, já se aponta, aqui, a importância de um *jogo de perspectivas*⁶⁸ em uma reflexão baseada na teoria dos afetos, conforme a ser desenvolvida no subtópico a seguir.

3.2 Dinâmica dos ressentimentos ou “como têm se revelado?”

Realizar uma costura entre essas considerações sobre os afetos e a noção de crise desenvolvida no primeiro capítulo – atravessando desde questões disciplinares até a convergência entre plataformização e neoliberalização – pode ser útil para diagnosticar com maior precisão o “negacionismo como um fator afetivo central do nosso tempo, um componente essencial de nosso estado anímico coletivo” (NUNES, 2022, p. 8). Pois ao se considerar a dimensão pré-representativa dos afetos, cria-se uma linha que não passa exclusivamente pela consciência, atentando para a importância da lógica de ressonâncias que, na capilaridade algorítmicamente mediada, atravessa diferentes públicos (conservadores, liberais, extremistas de direita, jovens *incel* etc.) em sua oferta dos mais variados conteúdos negacionistas (por exemplo, antivacina, climático, terraplanista etc.).

Com o avanço da extrema-direita no início do século em países como os Estados Unidos da América, a Hungria e o Brasil, tendo em comum suas estratégias quanto ao uso das mídias digitais, as contribuições do chamado “giro sensível” – por mais que dissonantes entre si em diversos pontos, como demonstra a *affective turn*⁶⁹ – servem como um aparato fértil

68 Expressão tomada de empréstimo a partir da ênfase por Rodrigo Nunes (2022) a um perspectivismo atribuído à dimensão afetiva.

69 Termo cunhado para designar, de maneira geral, um interesse transdisciplinar pela “conceitualização de afeto que se inspira na linha de pensamento que vai de Gilles Deleuze e Felix Guattari até Baruch Spinoza e Henri Bergson [...] e que tratam a afetividade como um substrato de respostas corporais potenciais, geralmente respostas autonômicas, que estão em-excesso da consciência” (CLOUGH, [2007] 2010, p. 2-3).

para quem deseja compreender o fenômeno a fundo. Afinal, não apenas a infraestrutura digital, mas também esses movimentos radicais partem de um *modus operandi* carregado afetivamente, mobilizando a formação de públicos refratados⁷⁰ e antiestruturais⁷¹. E é também através dessa característica que se pode perceber como o regime de pós-verdade (HARSIN, 2015) faz emergir uma outra dinâmica de interação social e de condições epistêmicas em uma maior proporção do que nos tempos pré-digitais.

Dessa forma, tal recurso às sensibilidades busca respostas para além dos discursos enunciados pelos grupos radicais nas ruas e nas redes, interessando-se particularmente pela

dimensão afetiva da vida social [...] constituída pelos efeitos que as experiências por que passam os indivíduos produzem em seus prazeres, desprazeres e desejos, estabelecendo, ao longo do tempo, amores, ódios, medos, esperanças, objetos de repulsa e de admiração (NUNES, 2022, p. 14).

Essa escolha pelos afetos, no entanto, não significa abrir mão de qualquer interesse pela linguagem – e vice-versa, conforme aponta o filósofo Rodrigo Nunes ao analisar as matrizes discursivas do que se convencionou nomear como bolsonarismo. Trata-se, portanto, de

pensar a dinâmica entre essas duas esferas como uma relação recíproca, circular. A linguagem tem o poder de atribuir nomes a coisas que já são vagamente sentidas na experiência cotidiana, e ela reverbera entre as pessoas justamente na medida em que o faz. Contudo, ao nomear tais fenômenos, a linguagem torna a experiência deles comunicável, expande seu caráter público e constitui um novo quadro de referência para a sensibilidade (NUNES, 2022, p. 27).

Com base nessa maneira de tratar da relação entre os afetos e a política, considerando o recorte temporal da crise que atravessa a

⁷⁰ “Com base em etnografia entre influenciadores de Instagram em Cingapura, Crystal Abidin cunhou o termo públicos refratados para designar as camadas semiopacas que se formam entre a internet de superfície e estratos mais subterrâneos e ocultos da web. Diferente dos públicos-em-rede (*networked publics*) [...], que produzem o usuário padrão das mídias sociais na internet do *mainstream* (o que sobrou, poderíamos dizer, de uma esfera pública), os públicos refratados emergem na interação circular entre a arquitetura das plataformas e a agência táctica concertada de usuários humanos que aprenderam a utilizar as dinâmicas algorítmicas a seu favor” (CESARINO, 2022b, p. 167).

⁷¹ Qualificação de ecossistemas que, por meio dos processos de desestabilização de elementos do sistema pré-digital, junto com as formas de reintermediação algorítmica humano-maquínica – responsáveis por uma sensação ilusória de desintermediação nos usuários –, se formam “em relação dialética e, portanto, contraditória, com as plataformas do *mainstream*, reproduzindo suas formas ao mesmo tempo que se lhe opõem e buscam deslocá-las pelo englobamento do contrário” (CESARINO, 2022a, p. 133).

convergência entre plataformização e neoliberalização, é possível apontar a centralidade do *ressentimento* como sintoma social. Sua ligação com a instabilidade da configuração moderna, inclusive, já data de algum tempo em aparições de estudos. Em 2005, por exemplo, um artigo de William E. Connolly sobre a máquina de ressonância⁷² evangélica-capitalista elencou o papel do ressentimento em plena mobilização política “contra a diversidade cultural, o igualitarismo econômico e o futuro [expresso em um *ethos* de cuidado ambiental com o mundo]” (CONNOLLY, [2005] 2021, p. 10). Na época, antes da popularização da Web 2.0, Connolly já apontava o papel da mídia eletrônica como uma câmara de eco incutindo uma sensibilidade reativa, cujas reverberações unem grupos distintos por meio de afinidades latentes – operações que são intensificadas hoje pela própria infraestrutura técnica das mídias digitais e pelo uso estratégico de suas *affordances* por grupos radicais.

Assim, se o filósofo Rodrigo Nunes (2022) se mostra cirúrgico ao atribuir um caráter medular ao negacionismo como fator afetivo desses tempos marcados pela ascensão da extrema-direita e seus usos políticos do passado como parte da construção de uma realidade paralela, o ressentimento parece cumprir um papel importante nas reverberações dentro e fora das mídias digitais.

Mas o que a palavra “ressentimento”, afinal, nomeia? A psicanalista Maria Rita Kehl ([2004] 2020, p. 9) o define como uma “constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo”.

⁷² Conceito elaborado por Connolly originalmente para analisar a aliança entre o capitalismo *cowboy* e o cristianismo evangélico a partir de uma perspectiva micropolítica, na qual “a causalidade, como relações de dependência entre fatores separados, se transforma em complexidades energéticas de imbricação mútua e de inter-envolvimento, nas quais, daqui para frente, elementos não conectados ou associados frouxamente, *dobram-se, inclinam-se, misturam-se, emulsificam-se, e dissolvem-se* uns nos outros, forjando uma formação qualitativa resistente a modelos clássicos de explicação” (CONNOLLY, [2005] 2021, p. 2). Alegando a insuficiência de categorias como causalidade eficiente ou motora e análise ideológica para abarcar o fenômeno, Connolly se aproxima da perspectiva cibernética ao optar por uma análise não linear, em que o objeto é uma sensibilidade particular não como causa, mas como uma orientação que “funciona infiltrando-se e flexionando uma variedade de crenças, credos, interesses, instituições e prioridades políticas; cada uma delas, por sua vez, *dobram-se* sobre esta espiritualidade, modificando-a e intensificando-a [...] a transfigurar o interesse em ganância, ganância em ideologia antimercado, ideologia antimercado em manipulação de mercado, manipulação de mercado em institucionalização estatal destas operações, e todo este complexo em políticas para afastar a rede de segurança dos trabalhadores comuns, consumidores e aposentados – fazendo com que alguns destes últimos também traduzam novas intensidades de ressentimento e/ou cinismo e participem desta máquina” (CONNOLLY, [2005] 2021, p. 4).

Contudo, é importante salientar que tanto o ressentimento não se encontra presente na definição dos afetos da filosofia espinosana, quanto não há consenso em sua definição enquanto tal. Byung-Chul Han, por exemplo, insiste em uma diferenciação mais rigorosa entre afeto, sentimento e emoção:

o sentimento não é idêntico à emoção. Falamos, por exemplo, de sentimento linguístico (*Sprachgefühl*) [...] ou de compaixão (*Mitgefühl*); não dizemos, por sua vez, emoções linguísticas, ou com-emoção. Tampouco existem um afeto linguístico ou um com-afeto. O luto também é um sentimento. Falar do afeto do luto ou de emoção do luto soa estranho. Tanto o afeto quanto a emoção representam algo meramente subjetivo, enquanto o sentimento indica algo objetivo. O sentimento permite uma narração: tem uma duração ou uma profundidade narrativa. Nem o afeto, nem a emoção são *narráveis*. [...] O sentimento é *constatativo*. Por isso se diz ‘tenho o sentimento *de que...* [...] a emoção não é *constatativa*, mas *performativa*, remetendo a ações. [...] Ao contrário do sentimento, o afeto não abre nenhum *espaço*. Ele procura uma *via* linear para ser descarregado. [...] Ao contrário do sentimento, a emoção não representa um *estado*. A emoção não *dura* (HAN, [2014] 2018b, p. 59-61).

Sem dúvidas, tais contribuições teóricas podem ser úteis onde uma justaposição dos conceitos ocasionalmente limite o potencial analítico a seguir. Contudo, por mais que tal conceituação seja válida, outras também são possíveis, como a proposta por Sara Ahmed (cujo posicionamento estabelece maior afinidade com este trabalho): embora emoções e sensações (ou afetos) não sejam a mesma coisa,

a própria intensidade da percepção [sensorial] muitas vezes significa um deslizamento de um para o outro, como um deslizamento que segue como uma sequência no tempo. Portanto, embora a sensação e a emoção sejam irreduzíveis, elas não podem ser simplesmente separadas no nível da experiência vivida⁷³ (AHMED, [2004] 2014, p. 25, tradução nossa).

A definição clássica de ressentimento, no entanto, antecede bastante a essas discussões que se aprofundam na *affective turn*, pois é originária de uma obra do século XIX: *A Genealogia da Moral*, de Friedrich Nietzsche. Nela, como aponta Pierre Ansart (2004, p. 16) em um artigo sobre a relação entre ressentimento, história e memória, “o conceito [...] é

⁷³ No original, “*the very intensity of perception often means a slide from one to another, as a slide that does follow as a sequence in time. Hence whilst sensation and emotion are irreducible, they cannot simply be separated at the level of lived experience*” (AHMED, [2004] 2014, p. 25).

elaborado, na perspectiva nietzscheana, pelo cruzamento de três abordagens complementares: histórica, psicológica e sociopolítica”.

Na primeira abordagem, o ressentimento emerge como produto de um longo processo marcado pela disputa entre grupos inferiores e grupos dominantes. A partir de diversos exemplos – sacerdotes e guerreiros –, uma mesma configuração é apresentada como uma “revolta dos escravos na moral”, em que a “vingativa astúcia da impotência” (NIETZSCHE, [1887] 1998, p. 26, 37) passa a tornar a fraqueza uma virtude e a “exigir da força que *não* se expresse como força” (NIETZSCHE, [1887] 1998, p. 36). Isto porque, na segunda abordagem, o ressentimento não é descrito apenas como uma composição psicológica de afetos reativos, mas como uma condição para o desenvolvimento de uma má consciência, característica do ser humano “*inibido* em sua descarga para fora” (NIETZSCHE, [1887] 1998, p. 73) – pois o ressentido não apenas sente ódio, rancor ou inveja, mas também internaliza esses afetos, que se voltam contra si. Por essas razões, é possível definir uma abordagem política do ressentimento quanto aos “instintos populares [...] [em face] do *privilégio da maioria*, diante da vontade de rebaixamento, de aviltamento, de nivelamento, de atraso e ocaso do homem” (NIETZSCHE, [1887] 1998, p. 44-45) – abordagem esta que o percebe enquanto origem não só de um sistema moral baseado na má consciência, mas convergente com aspirações democráticas.

A partir do século XX, outras conceituações foram elaboradas, como, por exemplo, na fenomenologia por Max Scheler e na sociologia por Robert Merton. De acordo com Ansart (2004, p. 18), interessados que afetos e emoções constituem o ressentimento, ambos reviram determinados temas da filosofia nietzscheana, preterindo “as hipóteses provenientes da filosofia da história, assim como a polêmica anti-religiosa, e [...] os juízos generalizantes sobre a decadência do Ocidente” e buscaram definir o ressentimento como um fenômeno social em que se destacam “o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento a experiência continuada da impotência”.

Devido à atualidade do ressentimento enquanto tema político e clínico, Maria Rita Kehl recorre à psicanálise para perceber de que forma “o ressentido traduz a falta como *prejuízo* cuja responsabilidade é sempre de um outro contra quem ele dirige insistentemente um rosário de queixas e de acusações” (KEHL, [2004] 2020), p. 28). Para ela, o ressentimento suscita

características diferentes de afetos como os ciúmes ou mesmo a ira, por não ter um caráter compulsivo ou espontâneo. Diferente da angústia, não é algo inominável: “o sofrimento sintomático não funciona como enigma para o ressentido” (KEHL, [2004] 2020), p. 28).

Ainda que Freud não tenha desenvolvido o ressentimento como categoria da clínica psicanalítica, Kehl o compara com dois conceitos da obra freudiana: melancolia e narcisismo. O primeiro, porque “o ressentido, assim como o melancólico, mantém uma atitude amarga e pouco esperançosa diante da vida, e parece tão preso ao passado como aquele, impossibilitado de esquecer as supostas causas de sua infelicidade” (KEHL, [2004] 2020), p. 29). Em ambos os casos, reage-se a uma perda em vez de tentar superá-la. Para o melancólico, a perda de um objeto idealizado; para o ressentido, a perda de um lugar. “A posição de vítima passiva de onde ele formula suas queixas sugere que o lugar perdido não teria sido, a seu ver, um lugar conquistado, e sim um lugar que, de direito, deveria ser seu” (KEHL, [2004] 2020), p. 36). Quanto ao narcisismo, Kehl o identifica como outra estrutura clínica relacionada ao ressentimento, com o intuito de diferenciar as perdas sofridas pelo melancólico e pelo ressentido. Pois quando ferido o narcisismo primário da criança e fracassados os seus ideais de perfeição, o resultado é

a frustração da certeza imaginária sobre a soberania do *eu*, que ocorre quando “a realidade da vida” (como diria Freud) faz com que o sujeito se perceba muito aquém do que o Outro lhe fez acreditar que ele fosse. Nesse caso, uma decepção a respeito de si mesmo traduz-se em decepção com relação à certeza antecipada que se fundava no desejo dos pais. Ao medir a distância entre sua insuficiência e a perfeição sonhada pelos pais, o ressentido não pensaria “Eu me enganei”, e sim “Fui enganado”. [...] O núcleo arcaico do ressentimento, *indissociável da condição humana*, origina-se aí. [...] A matriz de todas as modalidades de ressentimento talvez seja inaugurada diante da descoberta da criança de que, ao tomar posse da imagem do que ela “poderia ter sido”, já terá perdido a oportunidade de sê-lo (KEHL, [2004] 2020, p. 39-40, 41, grifos nossos).

A partir dessa caracterização do ressentimento em que o ressentido “preserva a convicção de sua integridade projetando as representações do mal no mundo à volta” (KEHL, [2004] 2020, p. 34), Kehl segue o argumento de Max Scheler quanto à sua presença na própria estrutura social e, ao analisar o contexto das democracias modernas, denota

como “a igualdade democrática propicia a comparação entre supostos iguais; [pois] entre esses, quaisquer diferenças, por menores que sejam, são percebidas como injustas” (KEHL, [2004], 2020, p. 167). Essa percepção destoa do ideal dos

apologistas da democracia, do século XVIII aos nossos dias (de Voltaire a Habermas) [...] [para quem] o diálogo democrático teria como consequência permitir a expressão das hostilidades e, portanto, sua transformação em reivindicações racionalizadas e o seu abrandamento pela tomada de consciência das oposições de interesses. A eficácia da democracia permitira romper os sentimentos de impotência, arrancando os indivíduos de suas ruminções rancorosas, fazendo deles seres responsáveis por si próprios e membros ativos de uma sociedade participativa (ANSART, 2004, p. 23).

A proposição de Kehl parece próxima da formulada por Wendy Brown ainda no início dos anos 1990, em um ensaio sobre os problemas dos investimentos em uma identidade politizada, referente a gênero, raça ou sexualidade – porém apartada de uma crítica ao capitalismo. Escrito em um contexto marcado pelo triunfo das economias de mercado após a dissolução do bloco soviético, esse ensaio aponta como existe no liberalismo um fomento generalizado ao ressentimento, em termos inerentes.

Tendo como premissa a igualdade natural dos seres humanos, o liberalismo faz uma promessa política de liberdade individual universal para chegar à igualdade social ou alcançar uma recuperação civilizada da igualdade postulada no estado de natureza. É a tensão entre as promessas de liberdade individualista e os requisitos de igualdade que gera ressentimento em uma de duas direções, dependendo de como o paradoxo é negociado. Um forte compromisso com a liberdade vicia o cumprimento da promessa de igualdade e gera ressentimento como o liberalismo do estado de bem-estar atenua a licença absoluta dos ricos e poderosos em nome dos “desfavorecidos”. Por outro lado, um forte compromisso com a igualdade, exigindo forte intervencionismo estatal e redistribuição econômica, atenua o compromisso com a liberdade e alimenta o ressentimento expresso como antiestatismo neoconservador, racismo, acusações de racismo reverso e assim por diante⁷⁴ (BROWN, 1993, p. 400, tradução nossa).

⁷⁴ No original: “*promising itself on the natural equality of human beings, liberalism makes a political promise of universal individual freedom in order to arrive at social equality or achieve a civilized retrieval of the equality postulated in the state of nature. It is the tension between the promises of individualistic liberty and the requisites of equality that yields resentment in on of two directions, depending on how the paradox is brokered. A strong commitment to freedom vitiates the fulfillment of the equality promise and breeds resentment as welfare-state liberalism-attenuations of the unmitigated license of the rich and powerful on behalf of the ‘disadvantaged’. Conversely, a strong commitment to equality, requiring heavy state interventionism and economic redistribution, attenuates the commitment to freedom and breeds resentment expressed as neoconservative antistatism, racism, charges of reverse racism, and so forth*” (BROWN, 1993, p. 400).

No limiar do século seguinte, no entanto, a norte-americana utiliza o conceito de ressentimento para investigar um público antagônico no espectro político, a partir de uma outra perspectiva que ganha força na análise social com a ascensão das forças de extrema-direita em diversos países⁷⁵. Desse modo, a elaboração nietzscheana recebe mais uma volta, ao atestar a diferença entre lógica do ressentimento centrada na fraqueza, segundo o filósofo, e a centrada no destronamento, segundo a filósofa e cientista política (BROWN, 2019). Afinal, a figura do homem do ressentimento, tão citada n’A *Genealogia da Moral*, agora, segundo Brown (2019, p. 215),

emerge nos indivíduos que historicamente dominaram quando sentem tal dominação em declínio – na medida em que especialmente a branquitude, mas também a masculinidade, fornece uma proteção limitada contra os deslocamentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo produziram nas classes trabalhadoras e médias.

Aqui, junto a considerações semelhantes às de Kehl ([2004], 2020, p. 174) sobre a existência de um “ressentimento social [que] viceja entre grupos ou classes que perderam seus privilégios históricos, sobretudo em se tratando dos herdeiros da geração dos conquistadores, que consideram seus privilégios como direitos adquiridos”, Brown articula essa torção do conceito de ressentimento com outro também elaborado por Nietzsche, o niilismo. Conforme atesta a filósofa, o niilismo remete originalmente à desvalorização dos valores mais elevados, à semelhança da expressão weberiana do “desencantamento do mundo”.

Esses valores, que incluem as virtudes cristãs junto com democracia, igualdade, verdade, razão e responsabilidade não desaparecem à medida que perdem seus fundamentos mas se tornam fungíveis e triviais, superficiais e facilmente instrumentalizáveis. Essas trivialização e instrumentalização, ubíquas hoje na vida comercial, política e até mesmo religiosa, degradam ainda mais o valor dos valores, o que produz ainda mais niilismo... uma espiral infinita que molda a cultura e a subjetividade políticas (BROWN, 2019, p. 198).

⁷⁵ O que, claro, não invalida as proposições do trabalho anterior – cujos elementos, inclusive, são combinados ao contexto dos anos 2010 por Nancy Fraser ([2019] 2021) em sua problematização entre reconhecimento e distribuição na era neoliberal –, pois entendendo o ressentimento uma condição anímica, que envolve afetos e emoções, trata-se de um fenômeno transversal aos espectros políticos. Exemplos disso, no contexto brasileiro contemporâneo das esquerdas, envolvem desde as disputas de memória pós-Anistia (DUARTE, 2020) até as já travadas nestes quase dez anos após as Jornadas de Junho de 2013.

Deslocando o sentido do niilismo conforme elaborado por Nietzsche, nos termos da morte de Deus enquanto triunfo da secularização, Brown atribui ao neoliberalismo um papel catalisador na intensificação do niilismo no tempo presente: se tudo é convertido em valores de troca e nada escapa à lógica econômica, vender a própria alma não é escandaloso. Junto a essa lógica que constantemente invade o cotidiano, não só “os valores supremos se desvalorizam” (NIETZSCHE, 2008, p. 241), como a própria liberdade se desinibe e “alivia a força da consciência [...] liberta da coação, da culpa e do abuso que a consciência impõe a si” (BROWN, 2019, p. 201).

Assim, a liberdade desinibida que resulta desse enfraquecimento da consciência⁷⁶ se articula a uma atualização do ressentimento gerado não pela fraqueza, mas pelo desprestígio – não uma revolta dos subordinados, mas dos historicamente privilegiados, homens brancos cuja posição dominante é sentida em declínio após décadas de neoliberalismo. Como resultado,

a ferida não estancada e a raiva não sublimada, combinadas com um niilismo que ridiculariza previamente todos os valores, significa que altos níveis de afeto motivam as populações mobilizadas por eles, e não sistemas morais desenvolvidos, não o que Nietzsche chamava de “perspicácia sem precedentes a edificar sistemas inteiros da crítica”. Trata-se de ressentimento puro sem a guinada na direção da disciplina, da criatividade e, finalmente, sem o domínio intelectual que, para Nietzsche, remonta à moralidade de escravos na edificação da civilização judaico-cristã. Trata-se de ressentimento sem o desvio para críticas perspicazes e lógicas morais refinadas que invertem a dominação ao repreendê-la [...] preso em seu rancor retido, incapaz de “tornar-se criativo”. Ele só tem vingança, sem saída, sem futuridade (BROWN, 2019, p. 217).

Desse modo, é fundamental o exercício de reconceituação do ressentimento para perceber sua dinâmica na atualidade como força mobilizadora de uma agenda política cujos usos do passado consistem em narrativas negacionistas como parte de um projeto de poder. Sua articulação com o niilismo, também reelaborado por Wendy Brown, implica na necessidade de pensar tais questões por uma via que privilegie os afetos, que

⁷⁶ Entendida por Brown como dessublimação da vontade de potência, denotando um processo inverso à “sublimação [...] exigida pela moralidade judaico-cristã, [que] inclui voltar a vontade contra si mesma. Esta inflexão da vontade de potência para seu interior, desencadeada sobre o sujeito, é o que Nietzsche (e Freud, de modo diferente) colocam no lugar da consciência. É por isto que ambos tratam a consciência como autocrueldade, e não somente como autocontenção” (BROWN, 2019, p. 201).

ênfatize os desejos. Pois se é contínuo o apego de certos grupos a figuras extremistas que, ascendendo ao poder, atuam sem maiores habilidades de gestão e não retribuem tal apoio em ganhos materiais, uma análise em termos de interesses não parece suficiente. É o que demonstra tanto o caso analisado por Brown, de Trump nos Estados Unidos, quanto de Bolsonaro no Brasil, nas intenções de voto concretizadas “pela vingança da ferida do vazio [*nothingness*], destruindo o agente imaginado daquela ferida” (BROWN, 2019, p. 219).

Algumas considerações finais, no entanto, são úteis para evitar determinadas armadilhas a que uma análise mais afoita está sujeita. Primeiro, por mais que o ressentimento se expresse como central no avanço dos grupos radicais – tanto em parte de seus enunciados discursivos ao descrever sua visão de mundo, quanto em suas estratégias de mobilização ao oferecer uma explicação simples que poupa o indivíduo e terceiriza a culpa –, ele não pode assumir “as dimensões de uma essência universal” (ANSART, 2004, p. 19). Assim, tendo em mente a necessidade de um *jogo de perspectivas* para uma crítica dos afetos (conforme antecipado no desfecho do último subtópico), nenhum circuito afetivo pode estar fechado apenas em uma disposição simples – já que, enquanto vivos, os corpos estão sujeitos a variados encontros, de acordo com a filosofia espinosana. Daí a necessidade de se falar em ressentimentos no plural, assim como em “intensidades variáveis e graduais” (ANSART, 2004, p. 19). De modo que, se é necessário um jogo de perspectivas quanto aos afetos que atravessam esses públicos radicalizados, o mesmo se dá quanto às formas em que os ressentimentos são mobilizados – contra que grupos e por quais alegações.

Segundo, mesmo entendendo os ressentimentos como plurais e de forma perspectivista, seu uso enquanto categoria analítica exige cautela para não estendê-lo demasiadamente. Por exemplo, Wendy Brown (2019) ênfatiza a delimitação do seu objeto de estudo no grupo radicalizado de homens brancos como uma escolha heurística para entender a convergência entre niilismo e ressentimento hoje. Como justificativa, ela afirma que, diferente da classe trabalhadora branca, seus pares negro e latino não respondem da mesma maneira – ainda que também sofrendo “deslocamentos e rebaixamentos pelos efeitos econômicos neoliberais [...] apenas aquela é lesada por seu destronamento” (BROWN, 2019, p. 215). O risco da

delimitação, no entanto, ocorre quando os critérios dos ensaios e das pesquisas são substituídos pela generalização comum ao cotidiano. Rodrigo Nunes (2021) atenta, por exemplo, à confusão entre anedota e fato na atribuição da vitória de Trump em 2016 a uma classe trabalhadora branca desamparada pelas transformações do capitalismo global. Afinal, por mais que o ressentimento possa encontrar aí um terreno fértil, esse grupo está longe de compor uma fatia majoritária nas eleições estadunidenses. O mesmo ocorre, segundo Kehl (2019), ao se recorrer a uma generalização para explicar a vitória de Bolsonaro em 2018, como se todos os seus eleitores fossem ressentidos.

Por fim, é possível enquadrar o ressentimento naquele tipo de sensibilidade característico da cibernética (CESARINO, 2021b), quanto à sua dinâmica em tempos plataformizados. Afinal, a infraestrutura digital, pelo seu próprio *design*, já é propensa a formação de públicos refratados por meio do processo combinatório entre desestabilização de elementos do sistema pré-digital e reintermediação algorítmica humano-maquínica. Tais forças antiestruturais, propagadas e recombinadas no mundo digital a ponto de criar em certos ecossistemas um mundo do avesso (CESARINO, 2022a), parecem convergir com a própria dinâmica dos ressentimentos, caracterizada pela inversão (CESARINO, 2022b).

3.3 Três peças escolhidas ou “o que está se passando”?

Desenvolvidos os elementos que compõem o eixo dos afetos, é possível sua articulação com o primeiro, dos cronótopos, para uma abordagem analítica sobre a noção que guia esse mapa, que é a crise. Para tal tarefa, entretanto, alguns recortes são necessários. Primeiro, quanto à temática analisada. A escolha para esta cartografia se delimita ao negacionismo histórico da ditadura militar de 1964. A razão para tal, no entanto, é arbitrária, após exercícios realizados nos últimos anos, e não se ancora a um juízo que lhe atribui maior relevância em relação a outras narrativas negacionistas, como, por exemplo, da escravidão de populações negras durante os períodos colonial e imperial ou do genocídio indígena que não chegou a cessar. Além do mais, nos ecossistemas antiestruturais, conforme o traçado do mapeamento de seus públicos, um negacionismo leva

ao outro e os conspiracionismos não se encontram apartados uns dos outros (CESARINO, 2022).

Já o segundo recorte se dá em concordância do desenvolvimento do eixo anterior, em especial, quanto à ênfase nas TDICs. Trata-se das escolhas de fontes digitais para abordar manifestações desses negacionismos históricos em postagens virais. Longe de pretender esgotar o tema, tendo em vista, inclusive, os limites das intenções desta cartografia, a análise terá foco sobre três enunciados presentes em fontes digitais, que servirão de mote, e considerará as possibilidades de interação nas redes sociais a partir delas, mas também fora, *offline*. A cada um, será atribuído um gênero, sem maiores pretensões classificatórias, a ser explicado até o fim deste capítulo.

Não se almeja, porém, uma tipologia de narrativas negacionistas do tema, como, por exemplo, o trabalho de análise e tipificação de memes inventariados nas redes sociais⁷⁷, mas uma topologia⁷⁸ de linhas – *entrelaçadas nas três peças escolhidas* – que envolvem os desafios do ensino de história quanto ao negacionismo da ditadura no ambiente digital, afetivamente carregado. Nessa topologia, pretende-se mobilizar três escalas (contudo, não respectivamente correspondentes a cada uma das peças): uma individual, uma sistêmica ou holística e uma intermediária (CESARINO, 2020). A primeira corresponde às questões sobre cultura da memória em tempos digitais e suas implicações epistêmicas quanto a experiências supostamente não mediadas. A segunda, a uma visão conspiracionista, de uma força invisível alastrada em diversas instâncias do cotidiano, como a grande mídia e as instituições educacionais, referente às acusações sobre um suposto “marxismo cultural” ou hegemonia do “politicamente correto”. A terceira, por fim, a uma perspectiva de grupos compostos por usuários comuns da infraestrutura digital, a partir de comentários em páginas e canais cuja influência segmentariza tais públicos na rede.

⁷⁷ Cf. LIMA, Rosenilde Alves de. **Histórias públicas e ditadura militar**: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Regional do Cariri. Crato, 206p. 2021.

⁷⁸ Dito de outro modo, a intenção não é de elaborar um conjunto de tipos ideais, mas uma análise das relações de força, em um sentido nietzschiano – por exemplo, ativa e reativa (GUERÓN, 2020). O uso do termo “topologia”, referente originalmente à área da geometria que estuda a conectividade das formas e sua própria disposição ou espacialidade, faz alusão tanto ao termo comum nos estudos de rede (NOLETO, 2020), quanto à proposta de *rizoma* que abre os *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, [1980] 2011b).

Em outras palavras, o objetivo, aqui, é traçar que forças atravessam essas publicações e as suas interações possíveis, tanto em termos visíveis – isto é, os comentários, as estatísticas, o contexto específico, as repostagens e as alterações –, quanto em termos invisíveis – tomando aqui a expressão de Pierre Ansart (2004) quanto à difícil tarefa na análise das sensibilidades, dos não ditos, do que escapa à intencionalidade e antecede a representação, ainda que articulado depois às ideias e (re)elaborado pela linguagem⁷⁹. Feito este mapeamento analítico, ele servirá, a seguir, para o último capítulo, de caráter propositivo.

3.3.1 Tragicomédia: “eu vivi a história, não foi seu professor maconheiro que me contou”

Em setembro de 2020, já no comando do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República há quase dois anos, o general Augusto Heleno postou no Twitter, sem legenda, uma imagem com uma citação atribuída a uma mulher residente de Minas Gerais: “eu, com 73 anos, estou fazendo campanha para o Bolsonaro, e uma mocinha feminista ficou brava e me perguntou se eu não estudei história. Eu lhe respondi: minha filha, eu vivi a história. Não foi o seu professor maconheiro que me contou”⁸⁰.

Rapidamente, a postagem alcançou diversos públicos – afinal, trata-se de um perfil influente nos ecossistemas bolsonaristas, com um número alto de seguidores (hoje, mais de 2 milhões). Dentre tantas interações, um tipo se sobressai: a acusação de mentira. Como prova, vários usuários mostram *prints* com textos semelhantes ou conteúdos idênticos, datados desde setembro de 2018, época de intensa atividade nas plataformas digitais, devido ao período eleitoral. Em outras palavras, cairia por terra qualquer credibilidade, pois, segundo os indícios apontados, tal episódio não

79 “A tarefa do historiador é infinitamente mais delicada quando se propõe a analisar e a compreender a evolução das hostilidades emocionais [...]. Ao mesmo tempo, [...] não duvida da importância decisiva dos ódios coletivos, embora encontre extrema dificuldade de compreendê-los em todas as suas nuances e contradições. A dificuldade é redobrada quando se trata de não somente analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto, como um móbil de atitudes, concepções e percepções sociais” (ANSART, 2004, p. 29).

80 Cf. HELENO, Augusto. **Eu, com 73 anos, estou fazendo campanha para o Bolsonaro, e uma mocinha feminista** [...]. [s.l.], 19 set. 2020. Twitter: @gen_heleno. Disponível em: https://twitter.com/gen_heleno/status/1307462628651003905. Acesso em: 03 mar. 2023.

passaria de mais um exemplo dos usos das redes sociais durante o pleito, com a atuação orquestrada de robôs e o impulsionamento de notícias falsas.

A princípio, para os críticos, a primeira peça parece envolver elementos risíveis, seja pelo desmascaramento à luz das evidências – tantas as postagens semelhantes por diversos perfis na internet –, seja pela dissonância cognitiva, cuja visão parece vir de um mundo paralelo – isto é, ao negar quaisquer contribuições da história como disciplina. Pois esta seria deliberadamente mentirosa, ao contrário da verdade alegada pela experiência direta de quem testemunhou o referido passado, segundo esse tipo de relato.

Entretanto, a partir de um jogo de perspectivas, outras formas de interação podem ser percebidas. Afinal, seriam outros os afetos a atravessar apoiadores já fidelizados ou simpatizantes: desde a solidariedade pelos que são interpelados por apoiar Bolsonaro – antes da eleição, em 2018, ou já durante o mandato no primeiro ano de sua gestão da pandemia, em 2020 – até o desprezo pela intolerância de uma juventude ingênua, mas crente de sua superioridade moral a partir do que lhe foi ensinado na escola. Inclusive, não parece exagero algum supor que as personagens que compõem a cena também podem causar efeitos, em uma reflexão seguida à interação inicial: uma “mocinha feminista [...] brava”, intransigente, confrontando uma senhora com 73 anos por uma decisão pessoal e íntima, sua intenção de voto – ainda que, enfim, também social por tratar da escolha do mais alto cargo da República. Em outras palavras, a intransigência junto a uma visão enganosa (e enganada) do passado recente brasileiro de um lado e a verdade contida na experiência pessoal de quem o testemunhou.

A partir desse jogo, portanto, é possível construir a partir dessa mesma peça uma forma de compreender elementos estruturais do negacionismo em tempos de internet, diferente de apenas encará-lo no âmbito do debate racional, como idealizado na noção pré-digital de esfera pública. Aqui, sua escolha é se dá pela repercussão na época e também por poder representar outras peças com elementos semelhantes viralizaram nas redes sociais durante a última década – com um diferencial, a ser explorado a seguir.

Exemplo disso, que alcançou grande repercussão no mesmo período, marcado pela crescente instabilidade pós-2013, é uma foto postada pela página oficial do então deputado federal Jair Bolsonaro em abril de 2014,

atualmente com mais de 145 mil curtidas e 315 mil compartilhamentos. Na imagem, uma idosa segura um cartaz em que alega não ter sido vítima de arranhão algum pela repressão ditatorial: “Não fui torturada! Sou de 1920! Eu sobrevivi ao regime militar!!! Porque não matei, não assaltei bancos, não explodi carros e muito menos roubei armas! Fora PT, leva [sic] Dilma c/ você!”⁸¹.

No discurso, diferentes temporalidades entrecruzam-se, aqui, de maneira explícita: mobilizando uma memória sobre a época dos militares no poder para criticar diretamente uma presidente, que participou da resistência ao regime, e seu partido, que se formou como parte da oposição durante o período de abertura política. A peça escolhida, postada pelo general Augusto Heleno, enquadrava uma memória sobre o período ditatorial a partir das críticas a Bolsonaro no meio de seu mandato presidencial, durante a pandemia – ou, considerando as primeiras publicações do texto por outros perfis ainda em setembro de 2018, as semanas de ascensão de Bolsonaro nas pesquisas eleitorais após o episódio da facada no início do mês em Juiz de Fora, que resultaria na reação do movimento Ele Não⁸².

Quanto à imagem publicada pelo então deputado federal em abril de 2014, o contexto era outro, sendo possível supor a relação estabelecida na narrativa entre o regime militar e a relevância alcançada pelos antigos opositores, assim como os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – já em estágio final na apuração de violações graves de direitos humanos por agentes públicos entre 1946 e 1988. Ambos os discursos, contudo, apresentam uma semelhança: a crença na memória social como experiência direta – e, portanto, privilegiada – em relação ao passado.

Um segundo exemplo é o vídeo “Pergunte ao Vovô e a [sic] Vovó!”, originalmente publicado em março de 2016 pelo canal Silvio Matos e atualmente com mais de 34 mil visualizações. Repostado por outras páginas

81 BOLSONARO, Jair Messias. **Não fui torturada! Sou de 1920! Eu sobrevivi ao regime militar!!!** [...]. [s.l.], 4 abr. 2014. Facebook: @jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.250567771758883/305498869599106/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

82 Em 6 de setembro de 2018, durante o primeiro turno da campanha presidencial, o candidato sofreu um atentado durante comício em Juiz de Fora. Tal episódio marcou tanto a retirada de sua participação direta na campanha, quanto o aumento do engajamento nas redes e da sua popularidade segundo pesquisas eleitorais. Em reação, no fim do mesmo mês, uma manifestação se espalhou em diversas cidades pelo país em repúdio a Jair Bolsonaro. Assim, a data das primeiras publicações revela uma camada a mais no texto original, visto que o referido movimento foi encabeçado por feministas – justamente a interlocutora citada –, como recusa ao então candidato presidencial em ascensão na reta final do primeiro turno das eleições.

de direita meses depois⁸³ – alcançando ainda mais destaque no Facebook meses antes das eleições presidenciais de 2018⁸⁴ –, destacam-se nele mensagem e forma, com a defesa do ator, então com 72 anos, por recorrer a pessoas idosas para saber a verdade sobre o regime militar.

A todo momento, a gente vê na mídia – jornais, revistas e TV – matérias falando sobre as atrocidades que teriam sido cometidas pelo governo militar. Existiu guerrilha e excessos? Sim, existiu. Mas existiu de ambos os lados. Lendo e vendo todas essas publicações, eu cheguei à seguinte conclusão: você quer saber mesmo como foi o governo militar, de verdade? É muito simples. Não leia livros a favor ou contra. Eu tive um professor que dizia o seguinte: o papel aceita tudo, haja vista o papel higiênico. Então, não ouça os políticos de esquerda. Eles eram os inimigos dos militares e dificilmente diriam a verdade. Aliás, nós temos visto eles mentindo e mentindo muito: sobre o Mensalão, sobre dinheiro na cueca, sobre [Operação] Lava-Jato e muitas outras coisas. Ah, e não ouça também os militares. Eles normalmente não mentem, mas poderiam se calar para se proteger. Esqueça os locutores de noticiários. Eles são pagos pra dizer o que os outros querem que você escute. Mas então, como saber a verdade? É só perguntar ao vovô e à vovó. Isso mesmo, pergunte às pessoas com mais de 65 ou 70 anos. Pergunte a eles como foi a época do governo militar⁸⁵.

Nos primeiros minutos de vídeo, a fala de Matos – ator que alcançou maior popularidade com a *Web 2.0* tanto pelas suas participações em esquetes humorísticos dos canais Parafernália e Porta dos Fundos, quanto pelas produções de seu próprio canal com discursos de extrema-direita e textos de autoajuda – traz diversos elementos associados ao enunciado escolhido. Junto à defesa do testemunho como experiência direta com a verdade, supostamente sem intermediações (e, portanto, riscos de manipulação), sua contraposição se resume a mentiras. Sejam os livros (memorialísticos ou historiográficos) ou à mídia em geral, segundo a opinião do ator, não merecem confiança.

83 Com destaque para a página “Cruzada Pela Liberdade”, com 23 mil visualizações em 10 de maio do mesmo ano, e “Direita Conservadora”, com 48 mil em 13 de maio; ambas no Facebook já associadas à época ao ecossistema bolsonarista. Cf. CRUZADA PELA LIBERDADE. **AOS IDIOTAS ÚTEIS E INÚTEIS, PERGUNTEM AO VOVÔ E À VOVÓ.** [s.l.: s.n.], 10 mai. 2016. Facebook: @cruzadapelaliberdade. 1 vídeo (4 min 45 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjts7SGElh/>. Acesso em: 16 mar. 2023. DIREITA CONSERVADORA. **SOBRE O GOVERNO MILITAR DE 1964.** [s.l.: s.n.], 13 mai. 2016. Facebook: @DireitaConservadoraOficial. 1 vídeo (4 min 45 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjtsTvJMIj/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

84 Edição postada no perfil oficial do então deputado federal Delegado Francischini em 14 de maio de 2018, atualmente contabilizando 102 mil visualizações. Ainda que publicado na íntegra, o vídeo possui uma camada a mais, com os dizeres: “fórmula infalível para saber a verdade sobre o regime militar! O Brasil precisa acordar! Não vamos deixar que nos manipulem!”. Disponível em: <https://fb.watch/jjt-doAbOa/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

85 Cf. MATOS, Silvio. **Pergunte ao Vovô e a Vovó.** [s.l.: s.n.], 07 mar. 2016. YouTube: @SilvioMatos. 1 vídeo (4 min 44 seg) Disponível em: <https://youtu.be/flsRgAqRYil>. Acesso em: 16 mar. 2023.

Já especificamente sobre a ditadura, a qual ele chamou apenas de “governo militar”, no máximo, cometeu excessos – mas por responsabilidade do outro lado, representado como o ruim no discurso maniqueísta. Na sequência, entretanto, esses excessos sequer são nomeados, parecem não existir mais no início da fala ao longo da sua narração de um passado idealizado, sem crimes ou corrupção, em que “as pessoas de bem nada tinham a temer”.

Outro exemplo de peça com elementos semelhantes, quanto ao enunciado escolhido, é a declaração do cantor Amado Batista sobre seu apoio ao regime militar – mesmo tendo sido vítima da repressão no período ditatorial – dada em entrevista para Marília Gabriela, em 2013, e depois reforçada em entrevista para Fábio Porchat, já em 2017⁸⁶. Enquanto no YouTube, o vídeo com mais visualizações é do canal oficial “Programa do Porchat” (890 mil), no Facebook, a página então nomeada “Pau de Arara Opressor” alcançou, em seu público refratado, mais de 2,4 milhões. Cinco meses depois, em setembro de 2017, a página “Jair Bolsonaro Presidente 2018” também obteve destaque em seu nicho, com 426 mil visualizações.

Em ambos os programas, o cantor relatou que, na época em que trabalhava em uma livraria, foi preso e torturado, sob acusação de acobertar grupos de esquerda que consumiam leituras consideradas subversivas à época. Ao mesmo tempo em que foi um choque para as pessoas críticas do terrorismo de Estado praticado entre 1964 e 1985, tais trechos dessas entrevistas obtiveram considerável sucesso nas redes sociais, em páginas apologéticas à ditadura e de apoio ao então deputado federal Jair Bolsonaro⁸⁷. À semelhança da peça escolhida acima, os entrevistadores, surpresos pelo atual posicionamento de Batista quanto à avaliação da sua experiência e à forma como a memória do período lhe é concebida hoje, legitimando a repressão do Estado à época.

86 Cf. PROGRAMA DO PORCHAT. **Amado Batista**: “Prefiro a ditadura do que a anarquia que está hoje”. São Paulo, TV Record, 06 abr. 2017. YouTube: @programadoporchat. 1 vídeo (8 min 57 seg). Disponível em: <https://youtu.be/aD8-4ZKiLGg>. Acesso em: 04 mar. 2023. PAU DE ARARA OPRESSOR. **O Esquerdopata Porchat demonstra que o que ele entende de ditadura é somente aquilo que os políticos e professores de história viveram pregando**: somente o lado deles da verdade. [s.l.: s.n.], 06 abr. 2017. Facebook: @tenentemosartsp. 1 vídeo (4 min 13 seg). Disponível em: <https://fb.watch/j41taTNdCU/>. Acesso em: 04 mar. 2023. JAIR BOLSONARO PRESIDENTE 2018. **Amado Batista humilha Boechat depois de pergunta cretina**. [s.l.: s.n.], 15 set. 2017. Facebook: @movimentobrasiladireita. 1 vídeo (1 min 18 seg). Disponível em: <https://fb.watch/j434oDJcsX/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

87 Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/watch/search/?q=%22amado%20batista%22%20%22regime%20militar%22>. Acesso em: 04 mar. 2023.

Os vídeos dessas entrevistas podem parecer, de antemão, mais ricos quanto às camadas discursivas nas memórias relatadas e, principalmente, quanto às interações nas redes sociais. Há publicações no YouTube cujas visualizações orbitam entre dezenas e centenas de milhares. Em uma delas, com mais de um milhão⁸⁸, assim como em outra no Facebook⁸⁹, legendas posteriormente adicionadas chamam Marília Gabriela de tendenciosa. Assim como em outras publicações do mesmo trecho, como os retirados da entrevista com Porchat, a leitura sempre se dá pelo antagonismo amigo-inimigo, com a acusação de “esquerdista”, “comunista” ou “esquerdopata” a quem entrevista e se surpreende com a apologia ao regime após relatada a tortura, conforme mostram os comentários de cada publicação⁹⁰.

As outras imagens também parecem destoar da primeira, quanto às camadas. A escolhida, à primeira vista, consiste em uma imagem simples, com uma fotografia pequena da suposta autora e, junto a informações como nome e idade, a própria citação – sem qualquer mensagem de autoria do comandante do Gabinete de Segurança Institucional. Já a imagem postada pelo então deputado federal Bolsonaro, com uma fotografia da autora da mensagem do cartaz em uma cozinha, traz um apelo maior à verificação: a experiência vivida em uma cultura de memória, como forma de deslegitimar as análises especializadas e os testemunhos

88 Postado em uma conta pessoal, que conta apenas com este vídeo e outros dois, que fazem menção à força de operações especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro – um com uma música que faz referência à instituição, que foi popularizada pelo filme *Tropa de Elite*, de José Padilha (2007), contabilizando 280 mil visualizações; e outro em homenagem a militares, com edição amadora de sequência de fotos e música ambiente, com 1,3 mil visualizações. A disparidade com o vídeo editado da entrevista de Amado Batista e Marília Gabriela (com 1,2 milhão de visualizações) demonstra a alta capilaridade do vídeo em públicos que se refratavam à época, seja pelo contexto de crise política no fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff, seja pelo viés algorítmico em sua segmentarização de públicos na plataforma. Cf. OLIVEIRA, Ney. **Amado Batista deixa Gabi sem chão**. [s.l.: s.n.], 25 mar. 2014. YouTube: @neyoliveira428. 1 vídeo (7 min 25 seg). Disponível em: <https://youtu.be/aYxnjUMfyHk>. Acesso em: 04 mar. 2023.

89 Retirada de canal de extrema-direita no YouTube “TV Coxinha Mil Grau”, cuja publicação original não se encontra mais disponível, mas que remete a um tipo de publicação segmentarizada para públicos já refratados e radicalizados – conforme o nome da página no Facebook consta, “SomostodosBolsonaro”. Segundo busca no Facebook, trata-se do vídeo com maior número de visualizações (392 mil, a partir de 8,1 mil compartilhamentos) publicado diretamente nessa rede social, datado de outubro de 2017. Cf. SOMOSTODOSBOLSONARO. **Amado Batista fala a verdade sobre o Regime Militar e deixa Comunista louca**. [s.l.: s.n.], 11 out. 2017. Facebook: @SomostodosJairMessiasBolsonaro. 1 vídeo (7 min 53 seg). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=569662666698690>. Acesso em: 04 mar. 2023.

90 Ao mesmo tempo, esse viés de agência algorítmica não-intencional é acompanhado por outro intencional, de homofilia aos outros usuários do mesmo ecossistema (CESARINO, 2021b), reforçando assim a correlação de afetos distintos que coemergem na interação desses públicos – reforçando a relatividade da dimensão afetiva quanto à perspectiva pessoal (CESARINO, 2022b).

sobre o terrorismo de Estado no período. Por fim, mesmo o vídeo do ator Silvio Matos, ainda que entendido como uma performance, pode parecer mais verossímil do que uma simples citação: seu apelo à experiência de quem tem mais de 65 anos (como ele próprio) vem em seguida à explícita descredibilização do sistema de peritos, quanto à barbárie que *teria sido* cometida pelo regime militar.

No entanto, a escolha pela imagem publicada no Twitter do general Augusto Heleno traz uma característica a mais, interessante quanto ao contexto de um cotidiano plataformizado – fenômeno ainda no início de sua expansão no Brasil à época da primeira entrevista de Batista, da postagem de Bolsonaro e do vídeo de Matos. Esse diferencial é justamente a dúvida sobre sua autenticidade, que merece uma atenção maior. Não que se ignorem aqui as tramas da memória nos relatos do cantor, as camadas discursivas na edição desses vídeos e os usos da linguagem em um contexto de crise dos governos petistas e de ascensão de grupos radicais de direita entre 2013 e 2018. Sem dúvidas, essas são questões férteis também. Do mesmo modo, ainda que em outro tipo de suporte, a imagem postada pelo militar também faz referência a uma memória construída desde o período ditatorial por seus companheiros de instituição⁹¹ (FICO, 2012a).

Decerto, há uma assimetria na alusão direta pelo cantor nas entrevistas a uma narrativa em defesa de determinadas políticas do regime e da própria legitimidade da repressão, enquanto a imagem não comunica da mesma forma explícita. Nem por isso, porém, deixa de comunicar, visto que essas lacunas são preenchidas no consumo da imagem e na sua retroalimentação pelas redes sociais, seja no próprio Twitter ou em aplicativos de mensagem instantânea, como WhatsApp e Telegram.

Mas é quanto à sua (in)autenticidade que a peça escolhida pode melhor servir ao propósito do mapa. Pois a princípio, conforme tantos comentários na postagem, para muitos usuários críticos, os elementos discursivos soam risíveis de tão frágeis ou contraditórios. Atestado como inautêntico, é como se restasse apenas o intuito de enganar e a manifestação do ressentimento pelo autor contra os professores de história, uma prova de

91 Referência à elaboração por representantes das Forças Armadas de versões contrárias à estigmatização do período ditatorial que, segundo Daniel Aarão Reis (2004), acabaram derrotadas nas batalhas pela memória após o processo de Anistia e redemocratização, entre o fim dos anos 1970 e a década de 1980.

seu ódio e rancor a uma categoria profissional que não comunga com a narrativa negacionista. Entretanto, com essa impressão, mal percebem a ambivalência da peça, pois julgam os modos de circulação da linguagem apenas pela argumentação, ignorando sua dimensão afetiva (SAFATLE, 2017). E é justamente ao desconsiderá-la pela sua inautenticidade que se tem o elemento trágico – isto é, trágico na perspectiva de quem combate os negacionismos históricos – pois perde de vista o caráter paradoxal da questão: para além da autenticidade ou inautenticidade, por mais que pareça contraditório, a postagem de 2020 não perde seu efeito de verdade para os públicos refratados, mesmo que denunciadas por vários usuários logo abaixo postagens (quase) idênticas (mudando apenas o nome e a idade da testemunha).

Nesse sentido, é pertinente a observação de Rodrigo Nunes (2022, p. 50), para quem o uso deste termo “não se refere exclusivamente às mentiras disseminadas conscientemente por falsários e conspiracionistas. Ela abarca também o público que consome essas mentiras e aquilo que, afinal, leva-o a se sentir atraído por elas”. Apontar inconsistências lógico-argumentativas e desmascarar imposturas não basta para apreender o problema dos negacionismos na era da internet em sua amplitude. Tampouco parece minimamente eficaz entender como irracional o desejo de usuários radicalizados repostarem tal discurso, ainda que se suspeite da organicidade de sua reprodução. Afinal, seu compartilhamento não parece se tratar apenas, por parte de alguns usuários, de afinidade em termos de memória social, mas também, no geral, de desejo como produção de efeito de verdade: uma figura da mais alta patente do Exército Brasileiro, ocupante de alto cargo do Governo Federal, em ataque direto a docentes de história e a todos que se contrapunham não só a Bolsonaro, mas a seus eleitores – e portanto afetivamente representavam uma figura de tristeza, repulsa ou ódio.

Dito isso, parece oportuno trazer novamente a especificidade da explicação cibernética enquanto um tipo de sensibilidade sistêmica, que, em detrimento de uma visão linear de causalidade, envolve mudar “não o recorte empírico, mas a Gestalt: ou seja, olhar para o *mesmo* objeto, mas ver primeiro o sistema, as relações a partir das quais ele emerge” (CESARINO, 2021b, p. 308). Afinal,

o atual ambiente de mídia está eivado desses e de outros paradoxos pois ele desestabiliza os níveis lógicos [...] que organizavam a experiência no mundo pré-digital: quem é agente e quem é paciente, ação e reação? Tal enunciado é fato ou ficção, original ou cópia? Tal comportamento é espontâneo ou manipulado, público ou privado? A intenção dessa pessoa é autêntica ou espúria? Em quem podemos confiar? Essas perplexidades emergem porque categorias fundamentais estão sendo desestabilizadas e reorganizadas de novas formas pela intrusão crescente da lógica da plataformização em nossa vida pessoal e coletiva (CESARINO, 2022a, p. 19-20).

Até que ponto, de fato, importa se não for verdadeira a autoria nessa menção indireta ao passado recente, tendo em vista a trajetória política do então candidato à Presidência da República ter se caracterizado pela apologia à ditadura? Mesmo se a primeira postagem com conteúdo semelhante for parte do uso massificado de mensagens automáticas nas redes sociais durante as eleições de 2018, não se pode invalidar o reconhecimento de dezenas de milhares de apoiadores que curtiram a publicação de 2020. E por mais que um estudo sobre *fake news* possa se fundar em uma teoria dos interesses como uma perspectiva possível para entender a ascensão desse grupo político, não se pode ignorar o papel do desejo de seus apoiadores na produção de uma realidade em comum com a enunciada na postagem. Eis o porquê da questão da pós-verdade e de seu modelo de verificação a posteriori contradizer o ditado popular “contra fatos, não há argumentos”.

Não se trata, contudo, de abrir mão de uma postura crítica em relação à postagem, de invalidar as reações negativas de quem se posiciona contra os negacionismos históricos ou menosprezar o papel de checagem de fatos – ainda que este pareça aquém da eficiência idealizada em um contexto de ausência de uma regulação mais firme das plataformas digitais. Não se trata, acima de tudo, de uma posição derrotista, de que nada adianta, já que faz parte de uma dimensão afetiva contra a qual a argumentação lógica não parece ter poder de veto. Mas de entender como trágico se apegar a uma explicação que ignore essa dimensão, assim como a dinâmica não linear das mídias digitais, como se a lógica pré-digital bastasse no contexto de desestabilização de seus elementos no atual cotidiano plataformizado (CESARINO, 2022b). Daí a importância de se atentar a uma crítica dos afetos, encadeada a uma perspectiva cibernética da internet hoje, no que diz respeito à atualização dos negacionismos ao longo da última década.

3.3.2 Farsa: “grande parte dos professores de história também mente”

Em outubro de 2017, estreou no canal pago *History Channel* o programa “Guia Politicamente Incorreto”, baseada na série de livros homônima lançada pelo jornalista Leandro Narloch a partir de 2009, um sucesso editorial de vendas, mas bastante criticado pelo público especializado⁹². Anunciada como uma “visão irreverente” da história brasileira, repleta de “animações, computação gráfica e reconstituições” (GOES, 2017), a produção contou com o apelo de Felipe Castanhari, popular no YouTube por seu canal *Nostalgia*, cujos vídeos sobre história, cultura pop, jogos e outros assuntos geralmente ultrapassam um milhão de visualizações há quase uma década⁹³. Tais atrativos correspondem a uma estética bastante específica dos chamados *youtubers*, que faz sucesso na plataforma: recursos a efeitos visuais que fazem referência ao universo *gamer*, linguagem coloquial e direta, edição dinâmica com vinhetas e cortes bruscos, inserções sonoras, usos de *zoom* e enquadramento em primeiro plano (GOMES, 2019).

Pensado para um público-alvo mais jovem, o programa acabou sendo bastante comentado dias pelo público acadêmico pouco antes de sua estreia devido à relação com os livros de Narloch, quando o escritor Lira Neto publicou em sua página do Facebook um repúdio à produção, que o havia procurado para uma entrevista no ano anterior, sem ter sido informado que seria utilizado para o programa relacionado a Narloch – que, com seu estilo autointitulado “polêmico”⁹⁴, também tem participação ativa nos episódios (OGASSAWARA; BORGES, 2019). Assim como Lira Neto, outros entrevistados pela produtora alegaram só descobrir o uso a um produto associado à série editorial “Guia Politicamente Incorreto” no anúncio da estreia do programa televisivo.

92 “Alvo de críticas de diversos historiadores profissionais desde seu lançamento, pelo simplismo de seus argumentos e pela ausência de críticas fundamentadas, o Guia se propõe a narrar uma história do Brasil desvincilhada da historiografia ‘politicamente correta’, na expressão do autor. Assim, afirma pretender provocar e polemizar, apresentando uma pequena coletânea de histórias ‘irritantes e desagradáveis’” (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 47).

93 Disponível em: <https://www.youtube.com/@nostalgia>. Acesso em: 05 mar. 2023.

94 O que, de certa maneira, não deixa de ser coerente, pelo seu interesse mercadológico de vender polêmicas – o que só ocorre pela parceria com editoras, emissoras e jornais (como, por exemplo, a Folha de S. Paulo, que manteve sua coluna entre 2016 e 2018, retomada em 2021 e 2022). Entretanto, mesmo que, de certa forma, coerente, é claramente insuficiente, visto que tal posicionamento serve para se blindar da acusação de disseminar, por exemplo, narrativas históricas fraudulentas.

Tal episódio gerou profícuas reflexões sobre a importância da história pública enquanto área de estudo e ação (SANTHIAGO, 2016, p. 28), seja em matéria relativa ao uso de acadêmicos como caução intelectual⁹⁵ e o papel dos historiadores frente a esses usos públicos da história, como desenvolvido pelas historiadoras Juliana Sayuri Ogassawara e Viviane Trindade Borges (2019); seja em questões relacionadas à mídia e pós-verdade no tempo presente, como feito pela historiadora Sonia Meneses (2019) a partir da recomendação proferida a Lira Neto pelo produtor, para falar como se direcionado ao Homer Simpson⁹⁶, e das distorções apresentadas no episódio sobre a ditadura militar de 1964 – dentre as quais, por exemplo, a generalização de toda a esquerda como favorável a uma ditadura do proletariado, o argumento de que comunismo e democracia são antagônicos (como tudo se resumisse a uma caricatura stalinista, maoísta etc. e os próprios conceitos não precisassem ser historicizados), a alegação de que artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Ziraldo e Jaguar nada sofreram da ditadura e de que sua credibilidade “meio que indevidamente” conquistada se deve ao contexto histórico, como algo farsesco ou oportunista⁹⁷.

Aqui, devido ao recorte escolhido, também é este episódio, em especial, que interessa⁹⁸. Porém não tanto para tratar propriamente das

95 Termo utilizado pela medievalista Colette Beaune em sua crítica à produção de um documentário (que, por fim, se classificou como “docuficção”) sobre Joana D’Arc, em que se sucedeu uma situação semelhante à relatada por Lira Neto, de acordo com Juliana Sayuri Ogassawara e Viviane Trindade Borges (2019). Beaune e outros especialistas foram convidados para participar das gravações, sem tomar conhecimento de que se tratava de uma produção relacionada a um livro polêmico, do jornalista Marcel Gay, que, “ao lado do paleógrafo Roger Senzig, Gay instiga mitos sobre a heroína francesa queimada viva em maio de 1431: segundo suas teses, a camponesa ruiva faria parte de uma mirabolante conspiração da família real para manipular o destino da Guerra dos Cem Anos” (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 38).

96 “Criado em 1985 pelo cartunista Matt Groening, o icônico personagem é uma sofisticada caricatura. Embora diga muito da própria cultura norte-americana, é a representação de alguns elementos gerais que podemos identificar em nossa sociedade contemporânea. Homer é um pai de família, classe média baixa, cuja gramática de percepção do mundo se limita ao seu restrito cotidiano. Também parece não gostar muito de história. [...] Sua caracterização, seus gestos, sua maneira de ver o mundo de alguma forma agregam as representações de uma sociedade consumidora, capitalista e ordinária” (MENESES, 2019, p. 67-68).

97 Cf. CANAL HISTORY BRASIL. **BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY**. São Paulo: History Channel Brasil, 13 dez. 2017. YouTube: @CanalHistory. 1 vídeo (3 min 58 seg). Disponível em: <https://youtu.be/y0-10eThuDE>. Acesso em: 05 mar. 2023.

98 Mais propriamente dito, o trecho do episódio também utilizado por Meneses (2019), contabilizado hoje em 97,5 mil visualizações desde dezembro de 2017. Postado pela conta oficial Canal History Brasil, suas cenas iniciais – que contém o enunciado do subtópico – são semelhantes à edição do episódio completo – disponível apenas em contas não-oficiais e suscetível à exclusão por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais, ainda que persista hoje um vídeo postado por conta terceira em novembro de 2017, com 78 mil visualizações. Disponível em: <https://youtu.be/2GiwPpYjjZg>. Acesso em: 05 mar. 2023.

distorções nele proferidas por Narloch e seus convidados, o cantor Lobão, o filósofo Luiz Felipe Pondé e o historiador Marco Antonio Villa – figuras midiáticas conhecidas por suas críticas às esquerdas, em especial, ao Partido dos Trabalhadores. O artigo de Sonia Meneses (2019) é bastante criterioso nesse aspecto, tanto em relação aos abusos da história cometidos no capítulo sobre a ditadura no livro de Narloch, quanto à trama tecida no programa televisivo⁹⁹. O caminho escolhido aqui aponta em outra direção – ainda que reconheça como fundamental o exercício crítico em relação aos argumentos utilizados no episódio –, privilegiando tanto a dimensão afetiva, quanto as interações em uma perspectiva sistêmica. Para isso, a peça escolhida de mote é uma fala de Luiz Felipe Pondé – “a esquerda brasileira, que se diz ter combatido pela liberdade, mente. Grande parte dos professores de história mente, porque eles também são de esquerda” – proferida na edição após as cenas iniciais que retratam o período ditatorial de forma maniqueísta, entre militares sanguinários e guerrilheiros heroicos.

Tal acusação, problemática por si só, tem como contexto as turbulências sociopolíticas de 2017, que, como bem relata Rodrigo Nunes (2022), já era marcado no debate público pela ideia de polarização, reforçada pela disputa eleitoral nos Estados Unidos entre Hillary Clinton e Donald Trump, mas uma polarização assimétrica. Tomando de empréstimo a expressão originalmente elaborada pelo filósofo Paulo Arantes, Nunes a utiliza para pensar a dinâmica recente de uma direita indo ao extremo e uma esquerda que se mantém próxima ao que era o centro, moderada – ideia que, guardadas as particularidades, também ajuda a entender a situação nos Estados Unidos durante e após as eleições de Trump.

Assim, nesse contexto, tal ideia claramente comunga com as forças reativas que marcavam e ainda marcam a dinâmica política brasileira – visto que essa polarização assimétrica não deixou de existir, como demonstram os eventos após a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022 e

99 À qual se seguem outros exemplos de como a temática da ditadura militar têm se mostrado presente em relação ao acirramento político após 2013, como a extinção da ação civil movida contra o torturador Brilhante Ustra por parentes do jornalista Luiz Eduardo Merlino – na qual os promotores questionam se, de fato, Ustra foi torturador e se é possível classificar o período como ditatorial – e a declaração de Dias Tóffoli, então presidente do Supremo Tribunal Federal, de sua preferência por nomear o golpe civil-militar como “movimento de 1964”. Como afirma Sonia Meneses (2019, p. 82), “é pertinente afirmar que no centro desses debates está uma disputa sobre a verdade ou sua negação, argumento que tem sido usado para desqualificar a incontestabilidade de tais eventos. Não são questionamentos apenas sobre as narrativas que os formulam, mas sobre as próprias ocorrências em sua condição de acontecimento, como nos diria Paul Ricoeur”.

durante o início do terceiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, em 2023 (bloqueios de rodovias federais¹⁰⁰, tentativas de explosão de bomba em aeroporto¹⁰¹ e de invasão da sede da Polícia Federal em Brasília¹⁰², assim como a invasão da Praça dos Três Poderes com depredação do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional¹⁰³, além de ataques a torres de transmissão¹⁰⁴).

Pondé é um exemplo interessante, pois, enquanto filósofo, conhece a definição nietzschiana de ressentimento. Em seu currículo de professor universitário, tal temática consta dentre as disciplinas já ministradas. Recentemente, após um processo de afastamento da direita radical¹⁰⁵, ele julgou boa parte dos eleitores de Bolsonaro como possíveis ressentidos¹⁰⁶ – ainda que, no mesmo programa, confunda o conceito com reivindicação de direitos, extrapolando a noção básica de inversão baseada no ódio e no rancor, ao associar em Tocqueville uma crítica aos socialistas como os reais ressentidos¹⁰⁷. Parece, no entanto, se esquecer da convergência entre suas declarações e a atuação de uma direita que então se radicalizava a partir de 2013. No fim de 2017, por exemplo, ao já associar esse mesmo perfil aos simpatizantes de Bolsonaro em uma emissora de rádio, enxerga no crescimento deste uma resposta de um

certo viés de controle [...] muitas vezes ‘politicamente correto’ [...] é possível imaginar [...] alguns crimes no futuro, como, por exemplo,

100 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bloqueios-nas-rodovias-silencio-de-bolsonaro-e-mais-de-1o-de-novembro/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

101 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/17/suspeito-de-envolvimento-em-atentado-a-bomba-no-aeroporto-de-brasilia-se-entrega-em-mato-grosso.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2023.

102 Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radicaais-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2023.

103 Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/apos-congresso-e-planalto-bolsonaristas-radicaais-invadem-stff/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

104 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/aneel-registra-sete-ataques-a-torres-de-transmissao-sendo-quatro-derrubadas/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

105 Na busca do YouTube, há vários vídeos em seu canal oficial criticando medidas do governo Bolsonaro. No entanto, o filósofo se vê como alguém que “não está em lugar nenhum dos polos”, conforme fala no vídeo da nota seguinte. Talvez tenha como imagem de si mesmo a de um polemista como Narloch, ainda que seu histórico demonstre uma notável filiação à direita em processo de polarização assimétrica ao longo da década passada, de acordo com as fontes a seguir.

106 Cf. JORNALISMO TV CULTURA. **Luiz Felipe Pondé**: “Grande parte dos eleitores do Bolsonaro parecem ter um perfil de ressentimento”. São Paulo: TV Cultura, 28 jan. 2021. YouTube: @JornalismoTVCultura. 1 vídeo (3 min 18 seg). Disponível em: <https://youtu.be/h3ovJATMbdY>. Acesso em: 05 mar. 2023.

107 Cf. JORNALISMO TV CULTURA. **Linhas Cruzadas | O ressentimento move o mundo? | 30/06/2022**. São Paulo: TV Cultura, 30 jun. 2021. Disponível em: https://youtu.be/FWDQm_jmu_c. Acesso em: 05 mar. 2023.

crime de imposição de gênero ao filho. Então, se você dá um carrinho pra ele, de brinquedo, quando ele tem 5 anos, o Ministério Público de então pode querer te processar, porque você tá impondo a ele um gênero masculino¹⁰⁸.

Alguns anos antes, em seu livro *A era do ressentimento* (PONDÉ, 2014), já confundia a reivindicação ativa dos movimentos socialistas com a “reivindicação sem luta” (KEHL, [2004] 2020, p. 35) dos ressentidos – no máximo, reativa – e renegava todo o trabalho teórico da educação como autoajuda ou pedagogia dos ressentidos, disfarçada como dos oprimidos¹⁰⁹. Nesse mesmo livro, inclusive, não só se equivocou quanto ao conceito, mas é possível dizer que o experienciou por diversas vezes, em várias passagens misóginas, desde a associação a feministas como mulheres que não conheceram bons homens até o lamento pelo futuro fim da heterossexualidade quando, enfim, for decretado como crime de gênero olhar para uma mulher. Um tanto estranho, para quem declarou como maior medo, no início do livro, justamente o de ser ressentido, escrever nas páginas seguintes que olhar a beleza por detrás da roupa (referindo-se provavelmente a uma importunação em contexto casual) não seria uma violência física, mas o começo de um sonho para ele ou para ela¹¹⁰.

Enfim, anteriormente, quando já despontava na mídia como intelectual público contrário às esquerdas, havia lançado *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*, em 2012, aproveitando o sucesso de vendas da série

108 Cf. PENSAMENTO EM REVISTA. **Eleitores de Bolsonaro** - Luiz Felipe Pondé na rádio BAND - 22 11 2017. [s.l.: s.n.], 23 nov. 2017. YouTube: @pensamentoemrevista2026. 1 vídeo (6 min 45 seg). Disponível em: <https://youtu.be/40AtDwt4hXw>. Acesso em: 05 mar. 2023.

109 Na seção “Pedagogia dos ressentidos”, cuja paginação não se encontra possível na cópia utilizada, Pondé (2014, n.p.) escreveu: “há alguns anos fazia sucesso uma teoria pedagógica conhecida como ‘pedagogia dos oprimidos’. Na realidade, faz sucesso até hoje, mesmo nos Estados Unidos. Melhor seria falar de pedagogia dos ressentidos, como um desdobramento da universalização da ideia (verdadeira) de que existam oprimidos no mundo e de que os salvamos (ideia falsa) fazendo que sua ignorância e sofrimento sejam colocados na conta dos outros. A ideia de colocar no centro da sala de aula o ‘oprimido’ transformou-se numa das maiores marcas dos idiotas do bem, devastando, no caso específico, a educação. Em geral, o mais seguro é não ler qualquer teórico da Educação porque ou são pura autoajuda ou são defensores dos oprimidos. Mas, no fundo, é o veneno do ressentimento que sobe à alma: a escola é um dos espaços de socialização básico, e toda socialização gera ressentimento e aprende (ou não) a lidar com ele”.

110 Passagem indireta da seção “Os homens não desejarão mais as mulheres?”, em que Pondé (2014, n.p.) escreveu: “em breve, meninos que cantarem meninas serão castrados, se não fisicamente, psicologicamente. O mais seguro será mesmo desejar outros meninos. O fim da heterossexualidade virá quando for determinado definitivamente que olhar para uma mulher será crime de gênero. Ver a beleza de uma mulher por detrás de sua roupa, assim como quem rouba um pedaço do paraíso, nada tem a ver com chegarmos à violência física. Na maioria dos casos, ao longo da história, tentar roubar esse pedaço do paraíso nada mais era do que o início de um sonho para ele ou para ela. Mas, tendo vencido as feias (ressentidas, claro), e muitas delas vestidas de hábitos eclesiais, as não desejadas, restou pouco às belas, condenadas à invisibilidade”.

pela mesma editora. Lá, também já se encontravam não só as confusões entre gênero e sexualidade, os ataques às feministas e a vitimização dos homens heterossexuais¹¹¹, como também as acusações à “cultura como um todo (professores, mídia, literatura, filosofia, ciências humanas, artes, os principais partidos políticos) [que] se revelou completamente de esquerda” (PONDÉ, 2012, n.p.), mesmo após a alegação de tantos assassinatos pela ditadura militar¹¹² – relativização do terrorismo de Estado e exemplo de elemento negacionista de uma certa memória do período que ganhou força no debate público em processo de plataformação (PEREIRA, 2022). Por fim, outra constante de seu discurso já presente à época é a reclamação generalizada à categoria docente:

professores de universidade (ou não) [...] têm uma inteligência mediana e foram, quando jovens, alunos medíocres, que fizeram ciências humanas porque sempre foi fácil entrar na faculdade em cursos de ciências humanas. Claro que quase todos pensavam em si mesmos como Marx ou Freud ainda não revelados. Ao final, o que se revela com mais frequência é alguém fracassado que ganha mal e odeia os alunos (PONDÉ, 2012, n.p.).

No meio dessa verborragia, algo se destaca, aqui, para além da construção de uma personagem midiática bem sintonizada à época, como atesta o sucesso editorial da série dos “guias politicamente incorretos” – cujo modelo se inspirava em outro *bestseller* nos Estados Unidos, cujo objetivo supostamente seria combater os “discursos politicamente corretos da historiografia, apresentados como conteúdos ideologizados a serem desmascarados” (MENESES apud OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 47). Em todas essas passagens, o tom lamurioso e repetitivo das reclamações em muito lembra a definição do ressentimento segundo o paralogismo nietzschiano exemplificado por Deleuze ([1962] 2018, p. 158): “tu és mau; eu sou o contrário do que tu és; portanto eu sou bom”.

O que se mostra, a princípio, como uma digressão sobre parte da atuação pública de Pondé é, entretanto, uma proposta de análise do referido enunciado a partir de uma das considerações no fim do subtópico

111 Na seção “Mulher gosta de dinheiro”, cuja paginação não se encontra presente na cópia utilizada, Pondé (2012, n.p.) escreveu: “a teoria de gênero afirma que nossa sexualidade é socialmente construída. Nada há nela de biológica. Assim sendo, as sociedades constroem os gêneros (leia-se, os sexos) na dependência do poder das classes sociais ou dos grupos malvados da vez. Claro, ao final, quem paga o pato é sempre o homem heterossexual”.

112 Seção “Uma pergunta apenas”.

anterior. O uso dessas fontes almeja refletir, em primeiro lugar, sobre a pluralidade de ressentimentos e a variação de intensidade que lhes é própria. Não parece tendencioso atribuir aos ditos e escritos de Pondé uma noção de ressentimento enquanto queixas e acusações perpétuas ao outro como forma de se assegurar a própria superioridade¹¹³.

Contudo, falar em pluralidade não supõe, necessariamente, em unidades atomizadas, sem relação entre si. A posição política de Pondé não parece apartada de questões de gênero ao falar sobre luta de classes, socialismo e ditadura. Do mesmo modo, como aponta Cesarino (2022a), os públicos refratados se avizinham ou mesmo se misturam em ecossistemas de desinformação ou conspiratórios. E é nesse sentido que a proposta de análise dessas fontes intenta relacioná-las, em segundo lugar, a esse contexto de polarização assimétrica (NUNES, 2022), ainda que seja importante distinguir seu ressentimento da dimensão afetiva que move grupos radicalizados de direita, para que não se corra o risco de generalização abusiva.

Entendendo os enunciados em sua característica relacional, a peça escolhida, proferida por Pondé no episódio sobre a ditadura militar, não se resume à figura do filósofo midiático. Pois, associada às outras fontes, a peça viabiliza outra perspectiva para se entender, em uma escala maior, a dimensão que possibilitou sua repetição não apenas pelo participante do programa televisivo, mas também por públicos refratados no processo de plataformização ocorrido ao longo da última década.

Não se trata, portanto, de culpabilizar um indivíduo por um fenômeno mais amplo – muito menos, claro, isentá-lo de qualquer responsabilidade – mas de entender, em uma perspectiva sistêmica, as condições de proliferação desse enunciado nas redes sociais, associadas as *dinâmicas de inversão* tanto da infraestrutura digital, quanto do próprio ressentimento. Em outras palavras, não se trata de buscar em termos de causalidade linear – como, por exemplo, apropriação da visão de Pondé pelas plataformas (ainda que tenha alcançado popularidade também por elas); mas de se atentar à lógica da inversão coemergindo afetivamente na conjuntura política e, ao mesmo tempo, sendo impulsionada pela infraestrutura digital.

¹¹³ Embora alegue ser tão refratário ao que chama de modismos da esquerda acadêmica, parece usar o conceito de “lugar de fala” para disparar ressentimentos em seus livros e colunas jornalísticas.

Com esse giro analítico que se afasta de uma perspectiva linear, busca-se, portanto, nos elementos discursivos de livros e vídeos de Pondé as afinidades com discursos semelhantes e suas reverberações nas narrativas históricas negacionistas – assim como feito com a primeira peça escolhida. De modo que interessa, aqui, apreender esses elementos tanto em termos de naturalização ou *mainstreamização* para além dos públicos já fidelizados – como é o caso de vídeos especificamente sobre história do período ditatorial –, quanto dos “efeitos da agência algorítmica no mundo *offline* [que] não seguem [...] um caminho linear de comando e controle sobre os indivíduos [...] [mas das] novas ‘ressonâncias’ entre forças sociais, políticas e epistêmicas” (CESARINO, 2021b, p. 305) propiciadas no ambiente digital.

Isso torna-se mais claro entrecruzando a atuação pública de Pondé com outras fontes digitais, cujos conteúdos envolvem outros tipos de performance para públicos refratados. De modo que, mesmo considerando plurais os ressentimentos, em uma escala maior, é possível percebê-los como um amálgama que atravessa, em suas variações, os ecossistemas digitais dos grupos de extrema-direita.

É o caso, por exemplo, da publicação do vídeo de Pondé no Facebook pela página “MBL - Movimento Brasil Livre” em dezembro de 2017, explicando “por que os professores, tanto do ensino médio quanto nas universidades são, em sua maioria, de esquerda”¹¹⁴. Enquanto a publicação original pelo filósofo em seu canal do YouTube, datada de um ano e meio antes, contabiliza hoje 216 mil visualizações¹¹⁵; a referida republicação alcançou um público onze vezes superior: 2,4 milhões. Nessa relação mutuamente benéfica, em que um alcançou maiores públicos e o outro se legitimou da autoridade de um professor universitário e filósofo, as afinidades entre públicos se expressa em um discurso ressentido:

Muita gente se pergunta por que os professores universitários, não só das universidades públicas, na sua esmagadora maioria, apoia [sic] o PT e a esquerda. Eu dou duas respostas. A primeira, um pouco mais profunda, é a seguinte: porque a esquerda é uma seita, é uma forma de religião, é uma forma de obsessão. E essas pessoas que são uma espécie de herdeiras de um messianismo sem deus, e

114 MBL - MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Por que a maioria dos professores é de esquerda?**. [s.l.], 13 dez. 2017. Facebook: @mblivre. 1 vídeo (2 min 38 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jnA41EZ1LW/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

115 PONDÉ, Luiz Felipe. **Professores de esquerda - Luiz Felipe Pondé**. [s.l.: s.n.], 16 mai. 2016a. YouTube: @LuizFelipePondeOficial. 1 vídeo (2 min 36 seg) Disponível em: <https://youtu.be/z5JrIKy4em0>. Acesso em: 18 mar. 2023.

que deus é a história e eles são os apóstolos do bem, da história perfeita; eles ao aderirem a essa seita chamada socialismo, comunismo, como você queira [...] eles sentem que são pessoas do bem. [...] Então, a primeira causa para esses professores todos, a sua maioria, aderirem à esquerda é porque isso produz uma autopercepção orgulhosa de que eles são e estão do lado do bem. E como todo mundo que já estudou um pouco de história da filosofia moral ou mesmo história da santidade na tradição católica sabe que todo mundo que se acha do bem, na realidade, é do mal¹¹⁶.

Em sua fala, a redução de uma questão tão complexa a uma simples questão moral – ou moralizante, já que para Pondé, “todo mundo que se acha do bem, na realidade, é do mal” –, acaba seguida de uma justificativa prática também simplista: ser de esquerda é mais vantajoso para empregos, concursos, verbas, *networking* etc. “Uma forma de corrupção do caráter”.

Ainda que, no vídeo em si (e na publicação original), não haja menção direta a docentes da Educação Básica – diferentemente da legenda da página “Movimento Brasil Livre - MBL” –, essa ideia não se apresenta de forma alguma interdita por Pondé. Pelo contrário, compõe o tal amálgama que, ainda que diverso em sua mistura, se mostra sólida em uma escala maior, justamente por essas variações possuírem afinidades.

Os usos de suas falas por canais e páginas terceiras, ainda mais refratadas, é um sinal disso. Outro exemplo é um vídeo originalmente produzido pela Brasil Paralelo¹¹⁷, repostado – com uma faixa com propaganda de outro canal, ocultando o símbolo da produtora – em agosto de 2018, por uma conta pessoal. Nele, Pondé expõe o “politicamente correto” – tema caro às suas aparições públicas ao longo da década de 2010 – como uma manifestação da “característica [...] gramsciana da situação brasileira”. Ao longo do vídeo, o filósofo busca justificar a partir de uma visão de direita liberal uma suposta tendência das Ciências Humanas a uma cultura socialista e uma “visão naturalmente descompromissada da realidade”,

116 MBL - MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Por que a maioria dos professores é de esquerda?**. [s.l.], 13 dez. 2017. Facebook: @mblivre. 1 vídeo (2 min 38 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jnA41EZ1LW/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

117 Não foi possível encontrar onde e quando foi originalmente publicado nas redes – ou mesmo se é exclusivo para assinantes na plataforma Brasil Paralelo –, apenas que antecede setembro de 2016, pois um trecho em melhor qualidade de vídeo consta na página oficial da produtora nesta data, como forma de divulgação da participação de Pondé no Congresso Brasil Paralelo. Cf. BRASIL PARALELO. **Luiz Felipe Pondé - Congresso Brasil Paralelo**. [s.l.: s.n.], 25 set. 2016. Facebook: @brasilparalelo. 1 vídeo (1 min 12 seg). Disponível em: https://fb.watch/jnG7J-_knM. Acesso em: 19 mar. 2023.

um mundo que você pode falar o que quiser [...] porque um aluno de ciências humanas dificilmente vai quebrar uma empresa, porque ele não vai abrir; dificilmente ele vai derrubar um avião, porque ele não vai pilotar avião, certo? Portanto, você pode inventar como o mundo é, inventar como os seres humanos são, propor uma solução que você tem na cabeça, dizer como todo mundo devia agir, porque os alunos vão sair dali, vão beber, vão transar; e quando, se eles forem trabalhar depois, eles vão arrumar emprego como professores. Então eles vão poder repetir a mesma história. Ou eles vão, na realidade, basicamente gerar gasto em algum órgão do governo¹¹⁸.

Aqui, não há apenas a criação de um espantalho quanto às Humanidades em geral, a respeito de suas questões epistemológicas, reduzidas a uma ausência de empiria e de verificação por pares e outros elementos caros ao sistema de peritos das ciências humanas – novamente desmerecidas como um todo para Pondé. Atentando para os usos feitos pelo usuário que republicou, a compatibilidade com a visão antiestrutural impulsionada pela infraestrutura digital se mostra quanto à sua visão das Humanidades enquanto farsa a ser desmascarada – nela inclusa escolas, universidades, pesquisas e docentes.

Por mais que, em 2019, tenha declarado não acreditar “que exista uma conspiração da esquerda para dominar a universidade”, recusando a expressão “marxismo cultural”¹¹⁹ (DUARTE, 2019), a constância desses alvos em seus ataques em livros, vídeos e entrevistas constitui uma série de afinidades com discursos mais extremistas. A republicação da entrevista à produtora Brasil Paralelo foi intitulada “Marxismo cultural”. Assim, não parece haver exagero algum em relacionar a acusação constante de hegemonia da esquerda nas instituições educacionais, caracterizada como fraudulenta, e o discurso conspiratório do autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho da ameaça comunista pela via cultural¹²⁰. De modo que, além das

118 Cf. VIEIRA, Binho. **Marxismo cultural - Pondé**. [s.l.: s.n.], 09 ago. 2018. YouTube: @binhovieira7076. 1 vídeo (57 min 06 seg). Disponível em: <https://youtu.be/iqZ43J2cij4>. Acesso em: 19 mar. 2023.

119 Segundo outra matéria sobre o mesmo evento (Casa Folha, organizado no Festival Literário Internacional de Paraty pelo mesmo jornal paulista onde Pondé mantinha uma coluna de opinião), o filósofo afirmou que “a universidade é excessivamente devorada e destruída pela política institucional [...] as pessoas passam a maior parte do tempo disputando cargos políticos para garantir horas, viagens, congressos e poderes institucionais. [...] Na universidade, se você tem sucesso, você é odiado. Não é política, é inveja. Não é marxismo cultural, é pecado” (PASSOS, 2019). Não parece improvável que tal reposicionamento se dê como forma de se distanciar do bolsonarismo e seus ataques a universidades à época, como sugere implicitamente o jornalista Rafael Duarte (2019).

120 Em uma entrevista mais recente a um *podcast*, em maio de 2021, Pondé diferencia – de maneira bastante superficial – “marxismo cultural” de uma virada no debate da esquerda “em direção ao comportamento” no início da segunda metade do século XX. “Marxismo cultural é uma expressão meio que inventada [...] isso nunca existiu no debate da esquerda enquanto tal” (INTELIGÊNCIA

citadas reverberações, é possível analisar as ressonâncias do discurso de Pondé em relação a outros influenciadores centrais na formação dos ecossistemas antiestruturais da extrema-direita, ao longo da última década.

É o que se percebe lendo textos de Carvalho publicados em jornais e posteriormente compilados em 2013, em um livro influente para a chamada nova direita brasileira¹²¹ – central no processo de polarização assimétrica (NUNES, 2022). Na seção “Universidade & Farsa”, o artigo “Uma geração de predadores”, originalmente publicado em 2011, ataca “pseudointelectuais morbidamente presunçosos, mentes iluminadas dominam tudo — sistema educacional, partidos políticos, burocracia estatal, o diabo —, moldando o país à sua imagem e semelhança” (CARVALHO, 2013, p. 282).

Em diversos outros textos, o Outro como inimigo é retratado como “influência avassaladora e onipresente”, um poder invisível sonhado por Gramsci como “uma realidade em todo o mundo ocidental” (CARVALHO, 2013, p. 186, 152). As alegações a essa estratégia, cuja representação está na base do discurso conspiratório do marxismo cultural, ultrapassam a inversão empreendida em várias páginas contra intelectuais, professores, pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa. Atravessam o tema da ditadura, evocado de forma pontual em textos diversos, e não apenas na seção “História & embuste” – como em um artigo de 1999, quando alegou que, “longe de se caracterizar pela crueldade repressiva, a resposta militar brasileira [...] se destacou pela brandura de sua conduta e por sua habilidade de contornar com o mínimo de violência” (CARVALHO, 2013, p. 290) a situação.

Por exemplo, na seção “Mídia & ocultação”, um texto escrito em 2012 pelo ideólogo de extrema-direita aponta que não só a revelação de

LTDA, 2021).

121 O livro, que teria alcançado, segundo a editora, a marca de 100 mil exemplares vendidos em 2015, com o crescimento das turbulências políticas no segundo governo de Dilma Rousseff, teve outro impulsionamento de vendas após a eleição de Bolsonaro, em 2018 (MONNERAT; SARTORI, 2019).

supostos planos de dominação da esquerda no Foro de São Paulo¹²² não rompia o silêncio dos veículos de comunicação, como o mesmo ocorria com

a versão esquerdista da história do regime militar foi endossada e repetida fielmente em todos os jornais, canais de TV, escolas e discursos parlamentares, até incorporar-se no imaginário popular como uma espécie de dogma sacrossanto, a encarnação mesma da verdade objetiva, acima de partidos e ideologias (CARVALHO, 2013, p. 252).

Assim, retrata-se a esquerda como o mal, definindo a direita como o bem em posição de vítima, sufocada, pois, segundo Carvalho (2013, p. 306) em 2012, nem “ao longo de todo o período militar, a esquerda esteve tão amordaçada quanto a direita conservadora, especialmente religiosa, está hoje na grande mídia”. De maneira que, por mais que Pondé tenha enfatizado por vezes suas distâncias com o pensamento de Olavo de Carvalho – “universos de formação diferentes, histórias diferentes [...] um estilo um pouco diferente de ver o mundo” (PONDÉ, 2016b) –, mostra-se evidente uma série de possíveis conexões a atravessarem ecossistemas refratados a partir dos elementos da peça. Ainda que os ressentimentos se diferenciem em sua pluralidade, a operação de inversão realizada por ambos possui afinidades, que, em uma escala maior, os relacionam pelas mesmas ressonâncias (CONNOLLY, [2005] 2021).

Por fim, o mesmo acontece ao se recorrer a uma outra escala – passando da holística para a intermediária – a partir da atuação de usuários comuns nessa mesma conjuntura e por meio da convergência entre a dinâmica de inversão pelo ressentimento e as forças antiestruturais das redes sociais (CESARINO, 2022b).

Uma página do Facebook que pode servir de exemplo nessa formação de um “mundo do avesso” (CESARINO, 2022a) é a chamada “Meu

¹²² A presença do Foro de São Paulo atravessa não apenas este livro, mas boa parte da obra recente de Olavo de Carvalho, dadas as proporções ocultas-ainda-que-reveladas por ele – como característica dos conspiracionismos. Criado em 1990, trata-se de uma organização pluripartidária “para discutir alternativas às políticas neoliberais dominantes no continente e promover a integração latinoamericana no âmbito econômico, político e cultural” e que, para a extrema-direita, “assume [...] a hipérbole retórica da ‘personificação do Mal’, a qual se aproxima de forma característica aos delírios de perseguição” (MESSENERG, 2017, p. 636). De acordo com o organizador da seleção de textos, o Foro de São Paulo seria “a mais vasta organização política que já existiu na América Latina, e sem dúvida, uma das maiores do mundo. Dele participam todos os governantes esquerdistas do continente. Mas não é uma organização de esquerda como outra qualquer. Ele reúne mais de uma centena de partidos legais e várias organizações criminosas ligadas ao narcotráfico e à indústria dos sequestros, como as Farc e o MIR chileno, todas empenhadas numa articulação estratégica comum e na busca de vantagens mútuas” (CARVALHO, 2013, p. 104).

professor de História mentiu pra mim”¹²³ – hoje, com 25 mil curtidas (porém inativa), mas que, há alguns anos, quando a historiadora e pesquisadora de ensino de história Márcia Elisa Teté Ramos (2016) escreveu um artigo sobre as noções de professor e ensino de história nos discursos de seus administradores, contava com mais de 30 mil¹²⁴. Na descrição da página, consta que há

uma hegemonia absoluta da esquerda na cultura do Brasil. As informações que dão subsídio aos pontos de vista da direita são sistematicamente suprimidas da mídia. a. Nessas condições, um debate é impossível, porque para debater seria necessário primeiro dar uma aula, desfazer toda a doutrinação marxista do MEC, para depois iniciar o debate¹²⁵.

Assim, seu *leitmotiv* soa bastante consonante com a peça escolhida, em que a figura do professor e do ensino de história estariam corrompidas por uma doutrinação de esquerda do Ministério da Educação, a qual é possível supor atravessando não apenas toda a estrutura educacional, mas também a mídia – onde, na visão de acordo com a apresentação da página, sequer há espaço para os argumentos dissonantes da direita. Por essa razão, segundo a administração,

saiba que seu comentário esquerdista corre risco maior de ser apagado, se contiver as palavras “tucano”, “reacionário”, “neo-liberal”. Também nessa base, comentários oriundos de uma mentalidade formatada pela mídia mainstream que incorrem em cacótes mentais tais como “opor o PSDB ao PT” (quando ambos são partidos de esquerda, com a mesmíssima agenda), “se referir à neo-liberalismo como oposição ao pensamento econômico da esquerda” (quando é obrigação de qualquer cidadão saber que o chamado neo-liberalismo é uma criação da social-democracia, que é uma das variações do sócio-comunismo), “usar os termos conservador e/ou reacionário em sentido pejorativo” (conservador é aquele que quer conservar o legado civilizacional, portanto usar essa palavra como ofensa não passa de um cacóte de pensamento criado por um dos ideólogos do esquerdismo, Antonio Gramsci)¹²⁶.

123 MIM, Meu professor de História mentiu pra. **Facebook**. Facebook: @mpdhmpm. Disponível em: <https://www.facebook.com/mpdhmpm>. Acesso em: 06 mar. 2023.

124 Uma hipótese para parte dessa diminuição é a exclusão de contas de seguidores nos últimos sete anos, mas é possível também haver razão na diminuição da atividade da página – bastante ativa em 2014, ano de sua criação – a partir de 2015. Entretanto, outra página havia sido criada em maio de 2013, porém derrubada da rede social, conforme o administrador relata em seu blog (que, junto a um canal no YouTube e um perfil no Twitter, se estendia a outras plataformas): Cf. COMUNICADO do Aluno de História. **Meu professor de História mentiu pra mim**. [s.l.], 16 mar. 2014. Disponível em: <https://meuprofessordehistoriamentiupramim.blogspot.com/2014/03/comunicado-do-aluno-de-historia.html>. Acesso em: 06 mar. 2023.

125 Cf. Disponível em: https://www.facebook.com/mpdhmpm/about_details. Acesso em: 06 mar. 2023.

126 Idem.

Em outras palavras, há aqui, por agência humana, o início de uma atuação de forças antiestruturais ao se pretender, na página, apenas comentários favoráveis¹²⁷, formando um público refratado que almejava se contrapor ao que chamam mídia *mainstream*. Nos anos seguintes, com o aumento da atuação dessas forças junto à mediação algorítmica e a presença cada vez maior das plataformas no cotidiano (CESARINO 2022a), boa parte desse público estaria relacionado à consolidação desses ecossistemas radicalizados¹²⁸.

Como resultado, em um contexto de investimento pesado no impulsionamento de publicações e de manipulações estratégicas das *affordances* – isto é, das possibilidades de uso (NUNES, 2022) – das redes sociais, as condições de enunciação do professor de história enquanto mentiroso ou da disciplina enquanto doutrinadora parecem ganhar maiores públicos ao longo da década, como atesta o sucesso, por exemplo, do documentário lançado em 2019 pela produtora Brasil Paralelo, chamado “1964 - O Brasil entre armas e livros”.

Considerado pela produtora uma extensão da série “Brasil: a última cruzada”, o documentário se enquadra no seu projeto de reescrever a história brasileira a partir de um viés supostamente livre da ideologização dominante nas instituições de ensino e pesquisa, desconsiderando toda o debate especializado na temática. Na prática, assume tons conspiracionistas a partir de afinidades com diversos elementos do discurso da extrema-direita, como a acusação de marxismo cultural, a retórica anti-intelectualista contra as universidades e a defesa de uma visão histórica apologética da ditadura.

Apresentando-se como a verdade ocultada pela hegemonia de esquerda, o documentário contabiliza hoje quase 11 milhões de visualizações

127 O que, como Marcia Elisa Teté Ramos (2016) bem observa, não existia como uma regra em uma página identificada como à esquerda do espectro político, chamada “Meu professor de História” – havendo, inclusive, questionamentos às postagens por usuários identificados mais à direita e debates (ainda que às vezes ofensivos).

128 Em novembro de 2018, logo após a eleição presidencial vencida por Jair Bolsonaro, a página quebrou um hiato de mais de 3 anos sem postagens, apenas cumprimentando os seguidores. Muitos que lá comentaram ainda mantêm hoje postagens abertas em seus perfis, que demonstram afinidades com pautas bolsonaristas como crítica ao chamado passaporte sanitário, suspeitas infundadas ou acusações de fraude quanto às urnas eleitorais, defesa do armamentismo, revisionismo apologético à monarquia etc. Cf. MIM, Meu professor de história mentiu pra. “Olá amigos”. **Facebook:** @mpdhmpm. Disponível em: <https://www.facebook.com/mpdhmpm/posts/pfbid0Cx3t1pcnqrvsh7Ec3nfmMJNEGKedFfBaxa4JT E6NJ56F7UkzRmy6d6KBuK7oFY4UI>. Acesso em: 06 mar. 2023.

no YouTube¹²⁹ e tem, entre os 77 mil comentários, a repetição do referido enunciado sob diversas variações:

“Esse Filme deveria ser passado nas Escolas para que todos conheçam a verdade!!”

“Todo um ensino em resumo, da verdadeira história do passado do nosso país. Em algumas horas, aprendi tudo que na escola não me foi ensinado em anos”

“IMPRESSONANTE A LAVAGEM CEREBRAL QUE FIZERAM NO COLÉGIO! Meu Deus! Obrigada por mostrar a verdade Brasil Paralelo”

“Eu sempre fui a que fazia parte da massa de manobra, mas vcs estão fazendo a diferença”

“NAS ESCOLAS A MAIORIA DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA SÃO DE ESQUERDA E ALIENAM OS ALUNOS”

“O que os livros e professores de história não mostram porque também muitos foram enganados e apenas replicam o que engoliram” (BRASIL PARALELO, 2019).

Comparado ao início do processo antiestrutural representado pela atuação da página “Meu professor de História mentiu pra mim”, há um notável crescimento dos públicos refratados que, segundo a explicação cibernética de Letícia Cesarino (2022a), não se resume a uma questão de conjuntura histórica, mas também é impulsionada pela materialidade das novas mídias. Isso torna-se mais palpável, partindo especificamente da segunda peça escolhida, ao se observar as conectividades elaboradas nesses ecossistemas a partir dos atores humanos que se profissionalizaram nos usos dessas plataformas (monetização de vídeos, oferecimento de cursos, produção técnica de vídeos, estratégias de *marketing*) e dos não-humanos, que consiste nas mediações algorítmicas destas mesmas plataformas – isto é, como reforço às afinidades de públicos em processo de polarização assimétrica (NUNES, 2022), a partir de uma variedade na oferta de produtos para sanar a demanda negacionista.

129 Além do canal, que representa uma das principais portas de entrada para o conteúdo da produtora “de entretenimento e educação” (como se intitulam em seu nome jurídico), a Brasil Paralelo conta com uma plataforma de *streaming* desde o fim de 2021, chamada “BP Select”. Lá, disponibilizam esta e outras produções originais, além de conteúdo infantil e filmes selecionados por curadoria do *website*. Cf. BRASIL PARALELO. **A Nova Brasil Paralelo | Evento de Lançamento | CONHEÇA A BP SELECT**. [s.l.: s.n.], 27 set. 2021. Facebook: @brasilparalelo. 1 vídeo (1 h 19 min 12 seg). Disponível em: <https://youtu.be/8P7sXXzUmKo>. Acesso em: 06 mar. 2023.

Para o público conservador cristão, há vídeos em que, por exemplo, o padre Paulo Ricardo¹³⁰, inspirado em Olavo de Carvalho (RICARDO, 2013), expõe os perigos à cristandade na figura do “marxismo cultural [...] em todos os cursos”¹³¹. Com mais de 200 mil visualizações, a mensagem sobre a ditadura, ainda que não seja inteiramente apologética, é marcada pelo relativismo da repressão, como defendido nos artigos de Olavo de Carvalho por meio de comparação do número de mortos.

De forma semelhante, o pastor Marco Feliciano viralizou em um vídeo publicado na sua página do Facebook, alcançando 2,7 milhões de visualizações, dramatizando a conversa entre um russo e um brasileiro sobre experiências ditatoriais. No fundo, a mensagem segue a mesma: seria uma mentira caracterizar o regime militar como ditadura, comparando os números de violações pelo Estado brasileiro com outros exemplos – ainda resumindo todas as vítimas a pessoas que “matavam soldados, sequestravam gente importante, roubavam bancos, plantavam bomba em quartéis”¹³².

Juntos a eles, diversos outros exemplos podem ser inventariados para mensurar a amplitude do enunciado por públicos refratados – ainda que nem sempre seja possível enquadrá-los em segmentos específicos. O canal do ator Silvio Matos, por exemplo, não se resume a públicos adultos ou da terceira idade, ainda que um dos temas constantes de seus vídeos sejam textos de autoajuda. Em vídeos sobre política, dentre as centenas de comentários, são variadas as faixas etárias – pois mesmo, pela mineração de dados dos usuários, a mediação algorítmica pode considerar diversos fatores para sugerir determinado conteúdo.

Com isso, é possível concluir que o amálgama que representa as ressonâncias de tal enunciado é composto por influenciadores diversos que, semelhanças à parte, parecem ocupar um espaço considerável nas

130 Figura popular nas redes que mobiliza, segundo o teólogo Fábio Py (2021), tanto católicos conservadores ou tradicionais, quanto os carismáticos (ligados ao movimento de renovação surgido nos anos 1960, apropriando-se de elementos evangélicos pentecostais). Ganhou notoriedade pela defesa de pautas conservadoras nas mídias digitais – dentre elas, armamentismo, anti-intelectualismo e anticomunismo –, associando-se ao bolsonarismo durante e depois a campanha presidencial de 2018.

131 Cf. RICARDO, Padre Paulo. **04 - Marxismo Cultural e Revolução Cultural: A infiltração do marxismo cultural no Brasil.** [s.l.: s.n.], 25 mai. 2012. YouTube: @padrepauloricardo. 1 vídeo (58 min 29 seg). Disponível em: <https://youtu.be/m1siNc0etwg>. Acesso em: 19 mar. 2023.

132 Cf. FELICIANO, Marco. **RUSSO E BRASILEIRO FALAM SOBRE OS GOVERNOS EM SEUS PAÍSES! ASSISTA, CURTA E COMPARTILHE!** [s.l.]: 19 set. 2017. Facebook: @PastorMarcoFeliciano. 1 vídeo (3 min 24 seg). Disponível em: <https://fb.watch/joOI4IBjaM/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

plataformas. Cada qual com possíveis públicos-alvo específicos – ainda que possam se entrecruzar –, sua posição se vale, tantas vezes, de seus predicados na produção de efeito de verdade: professor universitário, filósofo, padre, pastor. No geral, pessoas que atacam a confiabilidade de especialistas e instituições, mas que, mais do que desconsiderá-la por completo, buscam englobá-la e se utilizam desses e de outros predicados. A denúncia do marxismo cultural correlacionada por vários referenciais: o professor que acusa universidades e escolas, o escritor que acusa editoras e jornais, o padre que acusa a difusão esquerdista na Igreja.

Nesse emaranhado, nota-se que “grande parte dos professores de história também mente” significa “no entanto, nós não mentimos”. Associados, o primeiro referencia a estrutura de mediação pré-digital e o segundo, sua reorganização supostamente não mediada (CESARINO, 2022a). Reforçado pela dinâmica de inversão da infraestrutura técnica, semelhante à dinâmica dos ressentimentos, tais narrativas negacionistas se apresentam como “a verdadeira história” impulsionando um reconhecimento bifurcado aos usuários comuns (CESARINO, 2022b). Por um lado, “a disciplina escolar não é confiável”, “a autoridade docente baseia-se em um grande esquema fraudulento”. Por outro, “a verdade está fora da sala de aula e de seus livros didáticos”, “através da internet, eu alcanço a verdade que tentaram esconder de mim”.

Já afetivamente, esse reconhecimento bifurcado busca estimular uma predisposição a se contrapor e odiar elementos da disciplina, reforçando como positivas as interações com as produções que circulam nos ecossistemas antiestruturais. De modo que, ao trazer pesquisas historiográficas e evidências históricas para refutar uma narrativa negacionista sobre a ditadura, a primeira barreira percebida pela autoridade docente possivelmente é certa tendência relutante por quem já se encantou pelos negacionismos. Afinal, a força de tal enunciado independe da intenção docente: mesmo quando não deseja mentir, sua própria formação universitária – tida como tendenciosa – invalida seus recursos, conforme indicam as ressonâncias do enunciado.

Por fim, percebe-se que a capilaridade entre esses públicos tem se elevado ao longo da década de 2010, na constituição de um processo

antiestructural. Nesse sentido, portanto, é possível entender as ressonâncias na constituição de afinidades – como o enunciado da segunda peça – por diferentes atores, em diferentes performances, para públicos diversos, como condição para o que Harsin (2015) chama de “*loop* epistêmico”. Imperceptível para os usuários que usufruem das redes de forma alienada – isto é, quanto às suas especificidades técnicas e às suas implicações na relação humano-maquínica –, esse *loop* é reforçado a partir da modulação algorítmica que filtra e personaliza os conteúdos sugeridos, como forma de capturar a atenção do usuário. De forma que este enunciado caro aos negacionismos históricos se torna mais eficaz, atravessando segmentos ou nichos específicos, seja pela própria infraestrutura digital ou mesmo pela ação de canais, páginas e perfis – a ponto de um usuário identificado como *sigma*¹³³ postar na plataforma TikTok, com 447 mil visualizações, um trecho do padre Paulo Ricardo acusando as escolas integrais de transformarem estudantes em “comunistas e maconheiros”¹³⁴.

3.3.3 Tragédia: “por mais aulas de história para essa gente!”

Em um artigo referencial para história pública, o historiador Jurandir Malerba (2014) dedicou algumas páginas ao *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* – livro de Narloch que originou a série do History Channel –, assim como à publicação seguinte, referente à América Latina. Em vez de “rebater [...] inverdades, replicando com historiografia” (MALERBA, 2014, p. 38), preferiu focar na forma da sua narrativa histórica. Percebeu não só o reaparecimento de “leituras” conservadoras da história brasileira – por exemplo, a reprodução por Narloch da interpretação oitocentista protagonizada pelos europeus em detrimento da participação de negros e indígenas –, como também um fundo moralizante.

A exemplo da conhecida passagem na introdução do *18 Brumário de Luís Bonaparte* – em que Marx ([1852] 2011, p. 25) complementa ironicamente a ideia hegeliana dos grandes fatos e nomes históricos serem

133 “Grupo de homens, também majoritariamente formados por apoiadores da extrema-direita, que está viralizando em redes como o TikTok e se apresenta como o contário [sic] do macho alfa. [...] os ‘sigmas’ se entendem como lobos solitários e itens raros no mercado, adorados e cultuados pelas mulheres” (OTTO, 2023).

134 Cf. #padresigma. [s.l.]: 4 fev. 202?. TikTok: @hebreus__. 1 vídeo (18 seg). Disponível em: https://www.tiktok.com/@hebreus__/_video/7196427374303431941. Acesso em: 19 mar. 2023.

duas vezes encenados: “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”¹³⁵ –, a narrativa negacionista de Narloch é a “farsa [...] mais terrível do que a tragédia à qual ela segue”¹³⁶ (MARCUSE, [1965] 2011, p. 9).

Afinal, sob os negacionismos históricos atrelados ao enunciado “grande parte dos professores de história também mente”, diferente dos alertas contrários à virada linguística – de que tais discussões legitimariam os abusos da história –, não há uma visão relativista:

suas concepções de ‘verdade histórica’ são calcadas em um anseio objetivista que não é de todo diferente daquele da ortodoxia disciplinar, isto é, não admitem que possam existir inúmeras representações dos fenômenos pretéritos, todas igualmente plausíveis (ÁVILA, 2021b, p. 176).

Assim, a farsa toma uma proporção mais trágica não apenas por reproduzir uma concepção ortodoxa oitocentista, mas por se utilizar dela como forma de atacar as outras narrativas a serem “desmascaradas”, através do falseamento no uso de fontes, dos interesses políticos escusos no presente, da retórica preconceituosa disfarçada de defesa da liberdade de expressão.

Se a tragédia antecede a farsa – ainda que se tome como uma provocação, e não ao pé da letra, feito uma lei da história (também não era a intenção de Marx) –, o que vem depois da farsa? Aqui, a pergunta espinosana “o que pode um corpo?” ecoada por Deleuze passa por uma transmutação, “o que pode o ensino de história?”, a ser inicialmente estruturada aqui e concluída na proposição do capítulo seguinte.

Nos últimos meses de 2014, após a turbulenta campanha eleitoral presidencial que deu vitória para Dilma Rousseff seguir em um segundo mandato, diversas manifestações se seguiam contra seu governo. Dentre os gritos dos manifestantes, vinha de alguns grupos saudosistas da ditadura o pedido por intervenção militar. No início de dezembro, o cartunista lotti publicou no jornal gaúcho Zero Hora uma charge que acabou viralizando

¹³⁵ Referência à passagem marxiana sobre as semelhanças entre o *coup d'état* dado por Napoleão Bonaparte no fim do século XVIII e o desferido por Luís Bonaparte em 1851, em um processo que, como salientou o filósofo Herbert Marcuse, “[foi] encabeçado por um líder ‘carismático’ que tira das mãos da burguesia as decisões que essa classe não consegue mais tomar e executar por suas próprias forças” (MARCUSE [1965] 2011, p. 9).

¹³⁶ Analogia feita à citação de Herbert Marcuse como força de expressão, visto que o filósofo se referia ao “horror do período fascista e pós-fascista” (MARCUSE [1965] 2011, p. 9).

nas redes sociais: um homem de feição enraivecida protestando com uma placa onde se lê “pela volta dos militares! Ditadura já!”, seguido por uma mulher de expressão incomodada, empunhando uma placa clamando “por mais aulas de história para essa gente!”¹³⁷.

Postada no perfil oficial do jornal digital Gaúcha Zero Hora, a publicação recebeu muitas interações, atualmente contabilizando 43 mil curtidas e 187 mil compartilhamentos. Embora estes pressuponham, em grande parte, concordância¹³⁸, a seção de comentários mostra-se mais refratada à mensagem. Dentre os comentários mais curtidos, há reações como “quem tá precisando de mais aulas de história é quem vota no PT, isso sim” (1,6 mil curtidas), “menos aula de história com professores comunistas da esquerda caviar” (808), “se tivessem [sic] estudado história, nem teriam votado na Dilma” (791) e “se estudarmos a fundo a história e usarmos esta base de conhecimento para refletir veremos que vivemos uma ditadura de esquerda, por favor” (409).

A partir dessa imagem, pouco mais de um ano depois, os historiadores Caroline Silveira Bauer e Fernando Nicolazzi (2016, p. 821) questionaram essa ideia de que mais aulas de história seriam a solução – como se, implicitamente, a contrapelo, ela implicasse que o desejo pela volta da ditadura derivasse da falta de aulas da disciplina.

O sentido dessa imagem não carrega a ideia, já um tanto gasta, de que estudar história é aprender com as lições do passado no sentido de não cometer os mesmos erros já cometidos? E tal ideia, manifestada no recorrente topos ciceroniano da história como mestra da vida, não estaria esvaziada de sentido em nossa cultura histórica contemporânea, marcada pelo fetichismo do passado, transformado em objeto de consumo, pela naturalização da memória como orientadora da experiência e pelo fechamento do horizonte de expectativa como organizador de nossa temporalidade?

As provocações lançadas por Bauer e Nicolazzi são bastante profícuas para o que Marcelo de Mello Rangel e Valdeir Araújo (2015, p. 328) denominaram como “giro ético-político” na teoria da história e na

137 Cf. GZH. **Charge de lotti desta segunda-feira**. Porto Alegre, 08 dez. 2014. Facebook: @GZHdigital. Disponível em: <https://www.facebook.com/GZHdigital/photos/a.284218549955/10150505528109956/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

138 Pois, ainda que interações críticas sejam possíveis (como, por exemplo, em postagens de denúncia), a charge foi postada em um momento de crescente polarização (assimétrica) no país e contou com o recurso de lembranças, pelo qual a rede social estimula o compartilhamento – e muitos destes se seguiram ao longo da década.

historiografia, um movimento de reflexões epistemológicas que “têm no critério pensar e/ou intervir no mundo [...] o ponto de determinação ou mesmo o motivo fundamental a partir do qual insiste (e justifica) em tematizar passados no interior do presente”. Essas reflexões tomam como pauta as discussões que orbitam a noção de “crise disciplinar” (HARTOG, [2003] 2014; HARTOG, [2013] 2017; GUMBRECHT, 2011; MUDROVCIC, 2016; WHITE [2010] 2018; TURIN, 2018; AVILA, 2018; AVILA, 2021a; ARAÚJO; PEREIRA, 2019), não apenas constatando as mudanças na conjuntura que abarca do fim do século XX ao início do XXI, mas também desenhando alguns direcionamentos frente aos limites observados – o que, no primeiro capítulo, foi trabalhado em termos de desterritorialização e desintermediação.

Dadas as suas particularidades, um diálogo com o ensino de história também é possível, como bem fazem Bauer e Nicolazzi (2016, p. 831) ao sugerirem

reavaliar com bastante cuidado a posição que estabelece, como na caricatura de Lotti, uma linearidade proporcional entre mais história/aulas de história e menos autoritarismo [...] [pois] não há como pensar a prática da história ou uma função social para ela sem levar em consideração o sujeito que a pratica e a própria função social por ele desempenhada. Afinal, não seria de toda uma ingenuidade supor que o pedido pela chamada “intervenção militar constitucional”, por exemplo, está sim amparado por um certo senso de história, por uma certa compreensão sobre o conhecimento e sobre o processo histórico do período compreendido entre os anos 1960 e 1980.

É o que se percebe ao analisar tanto os já citados comentários na postagem original da charge no Facebook, quanto, novamente, o material da página “Meu professor de História mentiu pra mim”. Em 3 de novembro de 2014, pouco mais de uma semana depois da consagração de Dilma Rousseff para seu segundo mandato presidencial, um dos administradores postou:

na página da Folha de São Paulo, na publicação em que esse jornaleco de merda afirmou que os manifestantes de sábado estariam pedindo [sic] intervenção militar, eu contei mais de dez comentários, cada um com dezenas de curtidas, cujo conteúdo falava sobre a necessidade de chamar “um professor de História para falar quão ruim foi a ditadura militar, para esses ignorantes”. Nas três fotos em que se vê alguém segurando uma cartolina escrita com pedido de intervenção (o que é muito diferente de “ditadura militar”), o manifestante em questão é, visivelmente, maior de 60 anos. Será que esses comentaristas imbecis não se dão conta da infelicidade de tal afirmação? Quer dizer então que o mero fato de

um professorzinho de segundo grau, cheirando a leite, ter lido no livro de Mário Schmidt que os militares eram “feios e maus” conta mais do que o fato do manifestante ter VIVIDO DURANTE O REGIME MILITAR?¹³⁹

A postagem faz referência a uma publicação na página oficial do jornal Folha de S.Paulo em que o *link* da matéria jornalística é antecedido pela legenda “Ato com cerca de mil manifestantes em São Paulo pede impeachment de Dilma e intervenção militar no Brasil”¹⁴⁰, junto a uma fotografia (de baixa resolução) do protesto ao lado do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. Na imagem, muitos cartazes trazem mensagens como “fora PT” e “impeachment já”, estando também legíveis duas faixas se referindo às Forças Armadas. Já nos comentários da postagem, duas interações se destacam pelo número de curtidas recebidas: a primeira, da usuária Wylka Vidal, que contabiliza hoje 206 curtidas por apontar a ironia de que tal protesto não teria vez em um regime militar, mandando os manifestantes estudarem um pouco de história¹⁴¹. Já a segunda, do usuário Riva Moutinho¹⁴², atualmente¹⁴³ com 196 curtidas, antagoniza o posicionamento de Vidal, ao alegar diferenças entre o pedido de intervenção militar e da execução de um golpe – finalizando com uma ressalva ao

139 Cf. MEU PROFESSOR DE HISTÓRIA MENTIU PRA MIM. **Na página da Folha de São Paulo, na publicação em que esse jornaleco de [...].** [s.l.], 03 nov. 2014. Facebook: @mpdhmpm. Disponível em: <https://www.facebook.com/mpdhmpm/posts/pfbid02BpQzv2mBJPf59Cdr7mBwD4RCPM1WrRXne dHcXyRHXPpMq4cSXLUGRLUg5xoWqKGQI>. Acesso em: 06 mar. 2023.

140 Cf. MEU PROFESSOR DE HISTÓRIA MENTIU PRA MIM. **Ato com cerca de mil manifestantes em São Paulo pede impeachment de Dilma e intervenção militar no Brasil.** São Paulo, 01 nov. 2014. Facebook: @folhadesp. Disponível em: <https://www.facebook.com/folhadesp/photos/a.115442961831049/918929141482423/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

141 “A grande ironia é que este tipo de manifestação não seria possível sob um regime militar. Se soubessem que poderiam ser presos, torturados e assassinados por algo assim, esses idiotas jamais jamais [sic] pediriam uma intervenção militar! Vão estudar um pouco de história em vez de fazer um protesto imbecil”. Cf. Disponível em: [https://www.facebook.com/folhadesp/photos/a.115442961831049/918929141482423/?comment_id=919015534807117&__cft__\[0\]=AZXVdotn8Q7_0e85bKUKhcIESwbDREfNJ0V78v2n pjalhrZypg5mCu7VjCxL_8xYI0Uqok_dOxLfg_j-CiRINgrHOvHiOfp_gnr8N0x82jsBhL2Jt-ViVcBifqbHvnyiEEoq05aoEOoW3LGuGmeRwLX4&__tn__=R\]-R](https://www.facebook.com/folhadesp/photos/a.115442961831049/918929141482423/?comment_id=919015534807117&__cft__[0]=AZXVdotn8Q7_0e85bKUKhcIESwbDREfNJ0V78v2n pjalhrZypg5mCu7VjCxL_8xYI0Uqok_dOxLfg_j-CiRINgrHOvHiOfp_gnr8N0x82jsBhL2Jt-ViVcBifqbHvnyiEEoq05aoEOoW3LGuGmeRwLX4&__tn__=R]-R). Acesso em: 07 mar. 2023.

142 Usuário ainda ativo na plataforma, identificado com não só com o público refratado que se formava no período da publicação da Folha de S.Paulo, mas que compõe hoje o público antiestrutural que advoga os benefícios não comprovados cientificamente do tratamento precoce a Covid-19 com hidroxicloroquina e ivermectina, que alega ter havido fraudes na urna eletrônica nas eleições de 2022 e que defende a atuação das Forças Armadas contra o presidente Luís Inácio Lula da Silva, empossado em 2023. Cf. Disponível em: <https://www.facebook.com/riva.moutinho>. Acesso em: 07 mar. 2023.

143 A plataforma não oferece recurso para acompanhar um histórico das curtidas ao longo dos anos. Porém, por ser uma postagem de um veículo jornalístico – cuja frequência diária de postagens era alta – e pela própria dinâmica da plataforma, supõe-se, aqui, que o número de curtidas não variou tanto ao longo desses 8 anos.

acontecimento de 1964: “com relação ao Golpe Militar (que na realidade foi um contragolpe), é importante as pessoas voltarem aos livros de história a fim de entenderem o porque [sic] dos Militares assumirem o poder em 64”¹⁴⁴.

Aqui, há não somente indícios da pertinência quanto ao alerta de Bauer e Nicolazzi (2016), mas também quanto às questões da primeira peça escolhida – o enunciado “eu vivi a história, não foi seu professor maconheiro que me contou”. Em outros termos, não apenas a necessidade de se pensar a função social da história – e suas demandas –, como também a própria confusão entre história e memória. Pois de um lado, esses indícios podem explicar o sucesso estrondoso de visualizações das produções da Brasil Paralelo que envolvem temáticas históricas, como o documentário sobre o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar – ainda que se considere o uso massivo de estratégias de marketing, como impulsionamento de postagens em redes sociais e de propaganda no topo dos resultados de busca da plataforma Google.

Como indicado por Gumbrecht (2011) e discutido no primeiro capítulo, um grande fascínio ao passado, mas não necessariamente implicado na compreensão disciplinar da história¹⁴⁵. Afinal, mais aulas de história podem significar maior consumo de narrativas negacionistas para quem legitima apenas conteúdos do ecossistema antiestrutural. Como um usuário comentou no documentário sobre a ditadura produzido pela Brasil Paralelo, “os alunos

¹⁴⁴ Na íntegra: “Intervenção militar é diferente de Golpe Militar... Pra quem não sabe a diferença é bom ir estudar um pouquinho... O Brasil caminha para um caminho sem volta e sem o restabelecimento da democracia... Para ter a nossa democracia de volta precisaríamos de um apoio maciço dos deputados federais e senadores; mas com tantos mensalões e petrolões servindo para comprar essa corja, acho muito difícil que eles façam alguma coisa... Precisaríamos também do Judiciário, mas com tantos nomeados pelo PT, acho muito difícil esperar alguma coisa do STF ou do próprio TSE... A única maneira imediata é uma INTERVENÇÃO MILITAR para que haja o desaparecimento do Estado, a caça aos corruptos e suas prisões, o desaparecimento do Judiciário e novas eleições sem suspeitas de fraudes... Pra isso serviria uma Intervenção Militar... E, com relação ao Golpe Militar (que na realidade foi um contragolpe), é importante as pessoas voltarem aos livros de história a fim de entenderem o porque dos Militares assumirem o poder em 64...”. Cf. Disponível em: [https://www.facebook.com/fohadesp/photos/a.115442961831049/918929141482423/?comment_id=918997498142254&__cft__\[0\]=AZXVdotn8Q7_0e85bKUKhclESwbDREfNJ0V78v2n-pjalhrZyypg5mCu7VjCxL_8xYI0Uqok_dOxLfG_j-CiRINgrHOvHiOfp_gnr8N0x82jsBhL2Jt-ViVcBifqbHvnyiEEoq05aoEOoW3LGuGmeRwLX4&__tn__=R\]-R](https://www.facebook.com/fohadesp/photos/a.115442961831049/918929141482423/?comment_id=918997498142254&__cft__[0]=AZXVdotn8Q7_0e85bKUKhclESwbDREfNJ0V78v2n-pjalhrZyypg5mCu7VjCxL_8xYI0Uqok_dOxLfG_j-CiRINgrHOvHiOfp_gnr8N0x82jsBhL2Jt-ViVcBifqbHvnyiEEoq05aoEOoW3LGuGmeRwLX4&__tn__=R]-R). Acesso em: 07 mar. 2023.

¹⁴⁵ Ainda que, vale salientar, se apresente aqui o padrão descrito por Cesarino (2022a, p. 133) na formação desses ecossistemas “em relação dialética e, portanto, contraditória, com as plataformas do *mainstream*, reproduzindo suas formas ao mesmo tempo que se lhe opõem e buscam deslocá-las pelo englobamento do contrário”. A referência à compreensão disciplinar da história, portanto, se refere também à sua dimensão estrutural no sistema de peritos, quanto à checagem de enunciados por pares etc. (CESARINO, 2021a).

brasileiros só precisam conhecer o lado verdadeiro da história”¹⁴⁶. De forma que não parece seguro o bastante confiar em “mais aulas” para quem despreza ou odeia a comunidade disciplinar e dispõe de um ecossistema cuja alta produção informacional constantemente atualiza as narrativas negacionistas para seus públicos – ao modo neoliberal, sob encomenda, ocultando as intermediações para se vender como autêntico.

Por outro lado, não bastando as confusões na própria concepção disciplinar da história para esses públicos, quanto às suas funções e demandas, há também seu embaçamento com a noção de memória enquanto experiência supostamente não mediada. Pensando em suas “formas sociais [...] [que] possuem vida breve pois dependem de comunicação incorporada [*embodied*] e interativa” – por mais que se sobreponham e se entrecruzem com suas formas políticas e culturais, “projetadas para um uso a longo prazo para serem transmitidas através de gerações”¹⁴⁷ (ASSMANN, 2008, p. 56, tradução nossa) – a memória aqui se confunde com a própria história vivida: é a ela que se recorre “não como complemento ou suplemento, mas como substituição mesmo da história” (HARTOG, [2013] 2017, p. 42).

Com o advento da plataformização do cotidiano, essa memória que se impõe não se limita às observações pertinentes de Michael Pollak (1989) das memórias subterrâneas que emergem em períodos de desestabilização de uma história oficial, mas parece atravessada pelas transformações nas condições epistêmicas da contemporaneidade pós-Web 2.0. O caráter transversal dessa crise, atestada por Cesarino (2021a) quanto à confiança social no sistema de peritos, é atestado em outras disciplinas, como, por exemplo, no artigo do físico e pesquisador do campo educacional Fábio Marineli (2020). Tratando especificamente do terraplanismo, Marineli observou que, embora não sendo originado pelas mídias digitais, essa e outras ideias negacionistas foram impulsionadas pela dinâmica das redes sociais, no que ele chamou, junto a outros autores, de “crise epistemológica”

146 Cf. BRASIL PARALELO. 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO). [s.l.: Brasil Paralelo], 02 abr. 2019. Facebook: @brasilparalelo. 1 vídeo (2 h 07 min 19 seg). Disponível em: <https://youtu.be/yTenWQHRPIg>. Acesso em: 06 mar. 2023.

147 No original: “*while social forms of memory are short-lived because they depend on embodied and interactive communication, political and cultural formats of memory are designed for a long-term use to be transmitted across generations*”. (ASSMANN, 2008, p. 56)

– fruto de uma extrapolação dos critérios epistemológicos da experiência cotidiana para o campo científico¹⁴⁸.

Semelhante a Marineli em alguns pontos, a pesquisadora Liesbet van Zoonen sugeriu o conceito de “eu-pistemologia” [*i-pistemology*], entendida como transformação epistemológica do “eu como origem de toda a verdade”¹⁴⁹, como “posição privilegiada a partir da qual se pode falar”¹⁵⁰ (ZOONEN, 2012, p.1, 5, tradução nossa). Identificando tais circunstâncias como constituintes de movimentos sociais progressistas na segunda metade do século XX – “para a segunda onda do feminismo em particular, o pessoal não era somente político, era também ‘verdadeiro’”¹⁵¹ (ZOONEN, 2012, p. 8, tradução nossa) –, sua conceituação no tempo presente envolve uma mudança de regime epistêmico impulsionada pelo aparato técnico contemporâneo. Assim, como elemento basilar do modo de subjetivação neoliberal em convergência com a plataformização (CESARINO, 2021a), implica não mais uma reivindicação política afirmativa, mas reativa, como nos exemplos apontados por Zoonen quanto à ascensão de novos populismos de direita na Europa.

Seu uso aqui, no entanto, merece maior cautela, pois a distinção feita por Zoonen entre eu-pistemologia (a verdade está *dentro*) e conspiracionismos (a verdade está lá *fora*), embora realizada por ela para fins de conceituação, se apresenta de forma articulada no exemplo do primeiro enunciado. Pois no caso analisado do negacionismo da ditadura, a valorização da memória pessoal perante a história enquanto disciplina está alicerçada não apenas em uma crença da experiência direta – isto é, não mediada por historiadores e professores, universidades e escolas etc. –, mas também está atrelada a uma escala maior, em que estes atores e essas instâncias estão tomadas por uma força difusa – comunismo, marxismo cultural, politicamente correto etc.

Sendo assim, apostar todas as fichas na racionalidade da argumentação para combater a farsa parece uma decisão equivocada. Como

148 Por exemplo, nas dúvidas pelos terraplanistas não somente quanto ao formato da Terra (“você não foi tão alto para comprovar por si mesmo”), mas também quanto ao movimento terrestre (“não sentimos essa velocidade absurda alegada por cientistas, então ela não se move”). Em ambas, a noção de uma realidade constante e naturalizada extrapola o senso comum e se confunde com os critérios epistemológicos da ciência.

149 No original, “*the self as the origin of all truth*” (ZOONEN, 2012, p. 1).

150 No original, “*privileged position to speak from*” (ZOONEN, 2012, p. 5).

151 No original, “*For second wave feminism in particular, the personal was not only political, it was also ‘true’*” (ZOONEN, 2012, p. 8).

se, em resposta à pós-verdade, a solução fosse instaurar uma idealização do regime de verdade pré-digital. Essa atitude melancólica, entretanto, não parece ter chances nessa correlação de forças. Pois por mais que seja importante a diferenciação entre história e memória, não se trata, aqui, de uma questão baseada apenas na necessidade de complexificação da narração histórica, seja na mobilização de certos elementos conceituais ou mesmo na refutação através de evidências históricas; mas de quais as implicações epistemológicas estão em jogo e o que mais os usos da linguagem podem envolver.

Como o filósofo Vladimir Safatle (2017) apontou, não se trata meramente da melhor argumentação lógica, visto que isto seria presumir a existência de uma *gramática única*. Assim, em vez da imagem da comunicação como equilíbrio, o ponto seria pensá-la como violência. Desse modo,

podemos nos perguntar se dar espaço a colocações dessa natureza não nos levaria necessariamente a uma zona de anomia; pois uma situação na qual não posso mais apelar a normatividades parece não ser outra coisa que o que devemos entender por anomia. [...] A boa questão talvez seja: o que significa decidir nesse terreno onde as significações se tornam obscuras, onde os pressupostos não podem mais ser imediatamente legíveis a partir daquilo que aprendi a ler? (SAFATLE, 2017, p. 62, 63).

Em resposta, o texto de Safatle (2017) retoma o uso de outro filósofo brasileiro, Bento Prado Júnior, da noção wittgensteiniana de “jogos de linguagem”:

Bento Prado insistia não ser a universalização de critérios e de sistemas de regras exatamente o objeto de um “entendimento comunicacional mais ou menos transparente”. Ao contrário, ela era objeto de persuasão e quem diz “persuasão” não diz apenas reconhecimento do melhor argumento [...] ao contrário, quem diz “persuasão” diz necessariamente constituição de um campo conflitual no qual entram em cena processos de identificação, projeção, retórica de interesses, investimento libidinal, constituição de critérios de autoridade, etc. O campo da persuasão é antes o da guerra que o do entendimento comunicacional (SAFATLE, 2017, p. 63).

Daí, portanto, a necessidade de criar linhas de fuga que pense a linguagem para além da concepção básica, relacionada à argumentação. Não parece adiantar muito enfatizar a importância das aulas de história para quem

deseja o negacionismo histórico, pois mesmo supor um mesmo entendimento do que é ou deveria ser o ensino de história não seria preciso. Afinal, consumir narrativas históricas negacionistas implica a recusa não da história em si, mas de sua concepção disciplinar a partir dos parâmetros estabelecidos por peritos. Vídeos que prometem a versão ocultada pelos historiadores, professores etc. não desprezam qualquer noção de história, por mais confusa que seja, independentemente se recorrem a memórias sociais ou mesmo a distorções factuais e fraudes documentais. Falar em persuasão, como na recorrência de Safalte a Bento Prado Júnior, é perceber que a operação dos negacionismos não “é simples, como dois e dois são quatro” (NETO, 2003, p. 227), mas constitui uma dinâmica que consiste em elementos da linguagem e das paixões, entrelaçados.

Desse modo, apenas confiar em mais aulas de história como resposta ao avanço dos negacionismos históricos não parece suficiente. É necessário refletir sobre o que se entende pelas aulas de história, seja em sua nebulosa relação com a cultura de memória no tempo presente ou em sua compreensão por grupos radicalizados, cujo significado aponta para uma “verdadeira história” refratária à disciplina e embasada em um investimento do desejo por reconhecimento bifurcado (CESARINO, 2020).

Também é necessário refletir sobre a dinâmica antiestrutural que se propagou cada vez mais na última década e as suas afinidades com a inversão operada pelos ressentimentos. Afinal, ela perpassa a sensação de crise, que, conforme já pontuado, é transversal. De forma que parecem imprescindíveis, hoje, articular tais elementos às discussões sobre história pública digital e ensino de história.

Por fim, também se faz necessária uma reflexão sobre os afetos mobilizados pela prática docente e, especificamente, pela narração histórica em sala de aula, como cuidado que extrapola a concepção usual da linguagem e o recurso disciplinar à contraposição de evidências históricas e ao reforço da confiança nos peritos – tamanha parece ser a centralidade da dimensão afetiva nestes tempos de crise pós-plataformização.

4. ERRÂNCIAS DO ENSINO

Quero falar primeiro dos andarilhos, do uso em primeiro lugar que eles faziam da ignorância. Sempre eles sabiam tudo sobre o nada. E ainda multiplicavam o nada por zero – o que lhes dava uma *linguagem de chão*. Para nunca saber onde chegavam. E para chegar sempre de surpresa. Eles não afundavam estradas, mas inventavam caminhos (BARROS, 2018, p. 57, grifo nosso).

Estabelecidos os eixos – espaço-tempo e afetos – no plano que supõe o objeto de estudo – a lembrar, a noção de crise que atravessa a história como disciplina e o ensino de história nestes tempos digitalizados –, que direcionamentos o mapa pode sugerir em suas intenções de descrever e intervir?

Antes de qualquer sugestão, é preciso reforçar que não há pretensão alguma de solucionar os impasses, não somente por eles serem maiores que os esforços aqui empreendidos – provavelmente persistirão nos próximos anos. Mas principalmente por existir uma multiplicidade de táticas já sendo empregadas por professores e professoras de história ao longo dessa última década, tão turbulenta para a categoria. Multiplicidade esta que o pequeno mapa do tempo de crise não pôde abarcar na sua própria trajetória. De forma que os direcionamentos presentes neste capítulo propositivo devem ser entendidos como pontos a se agregar à prática do ensino de história. Trabalha-se aqui, portanto, em termos não de garantia assegurada, mas de responsabilidade – “ilimitada e incalculável a priori” (MARTINS, 2023, p. 132) – enquanto experimentação ético-política.

Entretanto, ainda que o reforço das especificidades disciplinares da história possa ter valor em sala de aula – por exemplo, sua relação com a memória, o uso crítico de evidências, a autorreflexividade de seu discurso –, este recurso, isolado, talvez encontre seus limites ao desconsiderar a dimensão afetiva. Não se trata de elaborar estratégias de refutação na própria narração histórica em sala de aula ou em atividades que contraponham fontes negacionistas a outras evidências históricas¹⁵² – ainda que tal embasamento seja importante para os professores e as professoras de história.

¹⁵² Cf. OLIVEIRA, Deyvison dos Santos. **Perspectivas docentes**: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da Ditadura Militar em sala de aula. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 153p. 2022.

Portanto, reside aqui a originalidade da proposta meta-histórica deste trabalho: ao cartografar a noção de crise de dentro para fora da disciplina em uma perspectiva sistêmica, escolhe-se um caminho que não privilegia a argumentação na reflexão sobre os modos de circulação da linguagem, mas a dimensão afetiva e o papel do desejo nas discussões sobre ensino e negacionismo, inseridos no debate sobre história pública digital. Afinal, tal dimensão hoje é inseparável das relações humano-maquínicas quanto ao modo de experimentar o tempo e a suas implicações em termos de regime de verdade (FOUCAULT, [1979] 1998).

Sua inspiração vem de Fernand Deligny ([2008] 2018), um educador que ainda não figura em muitos trabalhos em português, mas que influenciou nomes bastante conhecidos por pesquisadoras e pesquisadores das Humanidades: Deleuze e Guattari ([1980] 2011b) em sua elaboração sobre *rizoma* e Michel de Certeau ([1980] 2014) em seu trabalho sobre *táticas*. Criador de uma rede de assistência a crianças autistas em uma comunidade agrária em Cévennes, Deligny encabeçou durante décadas um trabalho à margem da psicanálise e da (anti)psiquiatria de seu tempo. Seu mais conhecido recurso, durante esse período, era a elaboração de mapas, cujas linhas – costumeiras ou erráticas – tracejavam gestos e movimentos das crianças e dos adultos que acompanhavam. Hábitos e desvios, rotinas e criações, “linhas [que] se inscrevem, como segmentos, limiares ou *quanta*, territorialidades, desterritorializações ou reterritorializações” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 84). Mais do que interpretar as linhas de acordo com códigos, interessava à rede acompanhar os trajetos, assim como os modos de vida fora da linguagem discursiva. Em outras palavras, menos afeito ao preconcebido, mais aberto ao acontecimento, à criação.

A proposta que aqui se segue aos tempos de crise e à crítica dos afetos também se delinea por *errâncias*. Sua figura pressupõe um ziguezague, presume uma variação e a essa variação se dá o nome de afeto. Não que haja uma relação de ensino-aprendizagem em que não se atravesse afeto algum, seja à pessoa que ensina ou à pessoa que aprende. Apenas se inspira nas elaborações da *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*, utilizada aqui junto a reflexões que a perspectiva sistêmica das interações humano-maquínicas possibilita.

Assim, para explicar a proposta, primeiro será explorada relação entre a teoria dos afetos e o ensino de história, seguindo “o projeto ético de Spinoza [...] no aprendizado daquilo que nos constitui, do que nos afeta aumentando ou diminuindo nossa potência” (MERÇON, 2009, p. 19), somado ao uso ativo da razão segundo a filosofia espinosana. Em seguida, será desenvolvida a pergunta anteriormente feita sobre o que pode o ensino de história, relacionada às questões estruturais da arquitetura neoliberal das mídias digitais. Por fim, serão articuladas as discussões sobre afetos e temporalidades, retomando a discussão sobre temporalidade de crise permanente e atualismo.

A articulação entre teoria dos afetos e ensino de história indica a importância de *considerar quais as forças estão envolvidas na narração em sala de aula*. Pois entendendo a linguagem não apenas pelos modos de argumentação, assume-se um posicionamento em que ela não “se pensa a si mesma como transmissão de informação”, apenas, mas também como “modos de corpo” (LARROSA, 2004, pp. 168, 171). Dito de outro modo, junto ao trabalho argumentativo – em que não só se expõe os caminhos percorridos pela disciplina no próprio ensinar, mas também se constrói em sala de aula um entendimento comum sobre a temática trabalhada –, a linguagem se enriquece no ofício docente ao se dobrar em si mesma, refletindo que afetos ela mobiliza. Daí a figura da errância. Não apenas pela mobilização entre passado histórico e passado prático (WHITE, [2010] 2018; MUDROVICIC, 2016; ÁVILA, 2018) – intrínsecos um ao outro, mas nem sempre tão explorado na correria dos conteúdos e esquemas para as avaliações –, mas a atenção à própria dimensão afetiva.

Como exemplo, para retomar a temática sensível da ditadura militar de 1964, trazendo a figura docente ao centro para refletir sobre as possibilidades de narração, parece pouco provável surtir algum efeito rebater a manifestação de narrativas negacionistas por estudantes apenas pela exposição argumentativa, como se tratasse de um embate meramente lógico. Pior ainda ao equiparar a figura discente aos políticos, *influencers*, intelectuais públicos etc. que empreendem essas narrativas nas redes sociais, como se o estudante, por mais apaixonado que seja, pertencesse ao mesmo nível de capital simbólico destes. Não que, obviamente, se ignore aqui a dinâmica

inaugurada pela arquitetura neoliberal das mídias digitais, em que os usuários não apenas consomem, como também são responsáveis pela retroalimentação dessas informações nos ecossistemas, além de também servirem, em uma escala maior, para um jogo circular “orientado por métricas em tempo real” (CESARINO, 2022b, p. 164). Porém, mesmo circular, há um desenho verticalizado e nele, a figura estudantil não se confunde a outras de maior influência.

Sendo assim, por mais que professoras e professores também estejam expostos a paixões tristes como o ódio, ao terem suas aulas invadidas pelas narrativas negacionistas – situação que tem aumentado a sensação de crise, em comparação a tempos em que essas forças antiestruturais não estavam tão disseminadas –, é importante o esforço ético-afetivo para discernir tais situações. E isto implica tanto em um trabalho sobre si, entendendo que forças lhe afetam nessas situações e como se pode dobrá-las, quanto um trabalho junto a pessoa que traz essa narrativa. Do contrário, corre-se o risco de ter sua imagem violada em gravações descontextualizadas que circulam nos ecossistemas antiestruturais, que reforçam o desejo de usuários radicalizados em retratar docentes como símbolos de desinformação e doutrinação.

Foi o caso, por exemplo, de um professor da rede pública estadual de ensino em Fortaleza, cujo embate gravado com um estudante teve repercussão considerável em abril de 2018. Em pouco mais de 2 minutos, as cenas retratam uma discussão acalorada, já em curso, e, após um corte, a expulsão do estudante. O destaque, porém, em uma das edições é na fala do professor: “De que livro você tirou isso? [...] Eu estou falando a verdade. Quem 'tá mentindo pra você é o policial imbecil que falou isso pra você ou o pastorzinho vagabundo da sua igreja”. O vídeo chegou a ser republicado nos ecossistemas digitais refratados, em páginas e canais do Facebook e YouTube¹⁵³. Nos títulos, alegavam que o estudante havia sido

¹⁵³ À época, ainda no dia 13 de abril, a página David Salomão, relacionada a um vereador baiano de Vitória da Conquista, compartilhou o vídeo no Facebook, contabilizando hoje 67 mil visualizações. Alguns dias depois, o vídeo foi repostado pelo então presidente estadual do mesmo partido do então pré-candidato Bolsonaro, Heitor Freire, com atualizações do caso pelo dono da página e por outro influenciador digital de direita, então pré-candidatos a deputado federal e estadual, respectivamente. Esta postagem, hoje, contabiliza 703 mil visualizações. Mais próximo às eleições presidenciais de 2018, em agosto, a página Intervenção Militar No Brasil circulou novamente o vídeo, totalizando hoje 348 mil visualizações. Cf. SALOMÃO, David. **Professor HUMILHA e EXPULSA aluno que apoia Bolsonaro**. Vitória da Conquista, 13 abr. 2018. Facebook: @100044824744410. 1 vídeo (2 min 13 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjj16WBRgn/>. Acesso em: 15 mar. 2023. FREIRE, Heitor. **SOBRE O PROFESSOR**

expulso de sala por apoiar Bolsonaro e, como ressaltou à época o jornalista Rafael Pezzo (2018), acusavam o professor de doutrinador por ser filiado a um partido de esquerda¹⁵⁴.

Já uma hipótese mais específica, que envolve um dos enunciados escolhidos no capítulo anterior – *eu vivi a história...* –, seria a da pessoa que traz uma memória divergente como tentativa de refutação aos esforços disciplinares sobre a temática da ditadura – por divergir, por exemplo, quanto aos arbítrios do regime, seja por questões gerais envolvendo liberdades pessoais ou mesmo por questões mais sensíveis, como a questão da tortura como política de Estado. E quando essas lembranças remetem a um parente, então, outros afetos podem estar implicados. Inclusive na própria figura docente, quando, em ambos os casos, a professora ou o professor se sente deslegitimado em sua posição de autoridade ou quanto à disciplina a qual se dedicou estudar e bem conhece a complexidade de sua arquitetura.

Nesses casos, o esforço docente não pode se dá pela interdição, como se a história fosse superior à memória, pelo aparato teórico-metodológico implicado à disciplina. E isto, tanto pela ineficácia para lidar com a negação, quanto também pela própria relação entre história e memória. Afinal, esta, em vez de entendida em uma disposição hierarquizante, ganha muito mais se apreendida em suas tensões, como François Hartog ([2013] 2017, p. 229) remonta à defesa de Paul Ricoeur por “uma história ‘apreendida’ pela memória, e não uma memória diminuída à categoria de ‘objeto da história’ [...] [pois] a memória deve ser tida como ‘matriz’ da história”.

Já quanto à ineficácia para lidar com a negação nessa hipótese, relembro à análise da reação pelo público refratado ao “mais aulas de história para essa gente”, isso se dá tanto pelos problemas da própria argumentação – ou falta dela, ao pressupor a professora ou professor a superioridade da disciplina ou mesmo uma autolegitimidade natural –, quanto

QUE HUMILHOU ALUNO. Fortaleza: 18 abr. 2018. Facebook: @heitorfreire. 1 vídeo (2 min 19 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjj25lScGy/>. Acesso em: 15 mar. 2023. INTERVENÇÃO MILITAR NO BRASIL. “Professor” militante do PSOL humilha e expulsa aluno de sala de aula por ser apoiador de Bolsonaro!. [s.l.], 06 ago. 2018. Facebook: @ExercitoBrasileiroSalva. 1 vídeo (2 min 20 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjj2NqUc1F/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

¹⁵⁴ Vale registrar dois pontos: primeiro, não se pretende, aqui, julgar moralmente o caso, na pensá-lo a partir da proposta ético-política construída ao longo deste capítulo. Segundo, na mesma reportagem, o referido professor reconheceu sua atitude como “estabanada” e “descabida” e buscou informar sobre o contexto propositalmente ocultado nas edições que viralizaram nos ecossistemas de extrema-direita país afora – o qual abarca não apenas o relato sobre as provocações e ofensas do estudante, mas também a crescente polarização assimétrica durante a campanha eleitoral de 2018 (NUNES, 2022).

pela própria dimensão afetiva. Por assim como em casos mais radicais, de estudantes que compõem públicos antiestruturais que se informam e se pautam principalmente pelos ecossistemas extremistas, o negacionismo histórico perpassa a questão do desejo, antes, por exemplo, de uma lógica argumentativa ou dos interesses. E como assinalou Spinoza (E III, P 7), “um afeto não pode ser refreado nem anulado senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado”.

Aqui, como diria Deleuze ([1981] 2002, p. 25), “a consciência não abarcaria [...] a complexa dinâmica afetiva de nossos corpos, nem tampouco a atuação imaginativa ou racional de nossa mente”. Não há solução mágica ao afirmar a não fundamentação do negacionismo histórico frente aos parâmetros disciplinares da história e seus recursos a narrativas mais complexas e teórico-metodologicamente embasadas, pois o próprio sistema de confiança social nos peritos é posto em xeque pela proliferação dos negacionismos no contexto de crise (CESARINO, 2021a). Entretanto, a defesa do educador Jorge Larrosa (2004) por uma linguagem não apartada do corpo pode ajudar a pensar uma noção em que desejo e linguagem, mesmo não confundidos como uma coisa só, possam se articular para lidar com a inversão antiestrutural que constitui a dinâmica dos negacionismos e dos ressentimentos que os compõem. Parece próxima, enfim, a essa noção desenvolvida por Juliana Merçon (2009, p. 88), em sua *Leitura Spinozana da Educação*, de que “nosso desejo pode vir a ser modificado [...] se nossa experiência for ampliada ou atravessada por novos objetos, pessoas, ideias e situações”.

Contudo, a depender de que objetos, ideias, etc., talvez essa proposta não tenha o efeito esperado. Afinal, como já salientado, não se trata de uma proposta no campo das garantias – ainda mais se tratando dos encontros que compõem a dimensão dos afetos. A exibição de filmes que retratam cenas de tortura, por exemplo *Batismo de Sangue*¹⁵⁵, talvez não tenha o mesmo efeito de 15 anos atrás. Obviamente, não está em questão, aqui, a qualidade da produção; muito menos, a adequação de seu uso em sala de aula, aberto a tantas possibilidades. Fala-se aqui da possível

¹⁵⁵ Produção cinematográfica de 2007, baseada no livro de Frei Betto, “Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Mariguella, publicado em 1982. A trama relata a relação de frades dominicanos com o grupo armado Ação Libertadora Nacional e a ação repressiva da ditadura militar entre os anos 1960 e 1970 – a qual é reconstituída, por exemplo, em cenas sensíveis de tortura aos presos políticos, retratadas em longas tomadas.

compreensão – errônea – de que novos objetos, por si só, teriam um potencial de inverter as forças reativas dos negacionismos. Pois como complementa Merçon (2009, p. 88), “a chave para a ativação do desejo não se encontra *nas coisas* que nos afeta, mas, justamente, *na relação* que estabelecemos”. Logo, a representação de cenas sensíveis de tortura, por exemplo, não necessariamente serviriam para dobrar tais forças.

Por outro lado, uma possibilidade interessante seria lançar luzes sobre o que pode orientar o desejo pelos negacionismos, como uma forma de entender como essas narrativas têm sido mobilizadas ainda no período ditatorial e atualizadas no tempo presente, como nas suas mobilizações ao longo da década de 2010, não só pelo impulsionamento pelas plataformas digitais, mas também pela conjuntura política de desgaste do governo Dilma e pelas reações por grupos saudosistas do período ditatorial aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Assim, a mudança gerada pelo pensar com referência ao modo como nos engajamos com as coisas é, fundamentalmente, uma mudança na forma como desejamos. Isto é, quando entendemos como nossos afetos são determinados, nosso desejar é também alterado. Isso porque a mente, como vimos, não é dissociada, mas opera sempre em correspondência com nosso corpo. *A mudança no pensar não é, portanto, uma mudança meramente intelectual, uma modificação de perspectiva, mas uma mudança em nossa maneira de ser afetadas, sentir e agir no mundo – é uma mudança em nosso desejo* (MERÇON, 2009, p. 91, grifo nosso).

Dessa forma, implicados desejo e razão em uma relação circular, a narração histórica pode não só apelar aos atributos disciplinares, mas também trazer elementos que permitam tatear as causas e os efeitos dos desejos em sua dimensão política, criando-se um conhecimento adequado sobre ele e permitindo a transição de paixões para ações. Assim, é importante salientar que, embora esses atributos não possuam a palavra final quando utilizados como único recurso contra os negacionismos, não se pode abrir mão deles, mas articulá-los na abordagem docente com uma teoria dos afetos.

Assim, como demonstra essa articulação com a teoria dos afetos, a proposta das errâncias deve ser pensada como um exercício meta-histórico a incrementar outras práticas docentes, e não um fim em si. Por exemplo, junto às contribuições da historiadora Verena Alberti por uma

história significativa como possibilidade para as aulas sobre temas controversos, em que o uso de testemunhos como fontes históricas em sala de aula podem, por um lado, mostrar as disputas da memória ao longo dessas últimas décadas e, por outro, enfatizar um “aprendizado de cunho epistemológico a respeito das formas pelas quais aprendemos sobre o passado e o presente” (ALBERTI, 2015, p. 298).

Nesse artigo, Alberti relata, dentre outros exemplos, uma proposta elaborada pelo Holocaust Educational Trust em parceria com o Shoah Foundation Institute, através do uso de mídias audiovisuais, como um documentário e uma entrevista gravada. Após a exibição de trechos dos materiais, a atividade direcionada aos estudantes consiste em avaliar diferenças de natureza e nuances entre essas ambas as fontes e, posteriormente, ao livro didático adotado em sala de aula. Dentre as etapas sugeridas, estão perguntas tanto sobre emoções, quanto sobre questões mais objetivas – “quem, o quê, onde e como?”.

Nesse caso, o direcionamento cartográfico pode servir para aprofundar essa sugestão de explorar as sensibilidades na análise das fontes históricas a partir da apuração de forças reativas presentes não apenas em determinadas memórias sociais sobre o período, mas também como elas traçam uma dinâmica invertida que busca deslegitimar disciplinas, especialistas e instituições sob os tons conspiracionistas das paixões tristes. Em outras palavras, relacionando a teoria política dos afetos a questões de história pública e história digital.

Outra possibilidade, nesse mesmo sentido, pode ser acrescentada no uso de biografias de mortos e desaparecidos, como realizado na dissertação do professor-pesquisador Fernando de Lima Nunes (2018) a partir do conceito da empatia histórica, de caráter perspectivista quanto às intenções e condições de ação pela lógica da alteridade. Buscando trabalhar os conhecimentos junto às sensibilidades de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, Nunes propôs sequências didáticas com essas fontes para potencializar a aprendizagem histórica por meio de atividades de escrita biográfica, em que estudantes se debruçaram sobre documentos selecionados pelo professor para a articulação entre narração e conceitos históricos.

Trazendo suas colaborações para as discussões empreendidas aqui, é possível refletir sobre as forças envolvidas na narração histórica em sala de aula, ao se selecionar, dentre as fontes, casos para além do terrorismo de Estado contra grupos armados. Como bem apontou Alberti (2021a), o uso de exemplos fora da lógica dicotômica “repressão contra resistência armada” pode ser um bom recurso contra a visão apologética da ditadura, como é o caso de crianças atingidas pelo regime. Esse exemplo é sugerido por ela também devido à disponibilidade do livro *Infância roubada* (SÃO PAULO, 2014) na internet e à própria estrutura do texto, dividido em relatos relativamente curtos e acompanhados de documentos escritos e visuais – o que facilitaria o planejamento docente (ALBERTI, 2021a). Produto do Seminário “Verdade e Infância Roubada”, realizado em maio de 2013 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o livro reúne testemunhos de crianças e adolescentes filhos de perseguidos políticos e desaparecidos pelo terrorismo de Estado entre 1964 e 1985.

Em outro texto, problematizando os usos da história oral em sala de aula, Alberti (2021b) explorou as camadas discursivas do depoimento de Eliana Paiva (filha de Rubens Paiva¹⁵⁶) na gravação e em sua transcrição. Além da quebra de expectativa, quanto à lógica dicotômica que se sobressai à memória social do período, o potencial desse recurso em aula está na possibilidade de identificação com o público discente – à época de sua prisão e de seus pais, Eliana Paiva tinha 15 anos. Uma possibilidade não apenas para tratar de um tema sensível por um ângulo inesperado, mas para explorar na aula de história uma educação para as sensibilidades, por meio da empatia em relação às lembranças evocadas.

Dessa forma, não apenas se amplia em sala de aula o escopo da temática sobre ditadura, evitando a lógica dicotômica invertida por negacionistas, mas também se permite, com o recurso das errâncias, combater as paixões tristes mobilizadas pelas narrativas apologéticas do regime. Afinal, convém lembrar o apontamento da filosofia espinosana (E IV, P. 7) de que “um afeto não pode ser refreado nem anulado senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado”. Como a questão da infância é uma pauta sensível a públicos conservadores, ainda que atrelada a

¹⁵⁶ Deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cassado logo após o golpe civil-militar de 1964, que, em janeiro de 1971, teve a casa invadida por militares. Preso com sua esposa e sua filha, foi torturado até a morte e desaparecido pela ditadura.

diversas questões problemáticas (por exemplo, voltadas para gerar pânico moral), tal recurso à dimensão afetiva parece mais efetivo do que apenas combater o negacionismo histórico da ditadura pela exposição argumentativa.

O mesmo é possível utilizando-se de trechos de um material recentemente divulgado por Carlos Fico na grande mídia (LEITÃO, 2022), fruto de longa pesquisa, ainda em andamento, com gravações de sessões do Superior Tribunal Militar entre as décadas de 1970 e 1980. Dentre os trechos em que militares falavam de autos sobre torturas, ganhou destaque em rede nacional o apontamento por um general sobre o aborto sofrido por Nádia Lúcia Nascimento, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e vítima de torturadores da Operação Bandeirantes (Oban) e do DOI-Codi.

Ainda que este caso se some a uma série de denúncias que ganharam maior repercussão desde a publicação do livro *Brasil Nunca Mais* ainda na década de 1980, o recurso à materialidade da gravação em sala de aula pode ser interessante para o público discente em termos de presença – ainda que um inevitável desdobramento ético venha a diluir sua intensidade potencial em termos de sentido, logo depois (GUMBRECHT, [2004] 2010).

Tensionando sentido e presença, outros recursos podem ser mobilizados em conjunto, como trechos sobre casos semelhantes ao de Nádia Lúcia Nascimento, selecionados pela jornalista e ativista Amelinha Teles na introdução de *Infância Roubada* (SÃO PAULO, 2014), e ao de Eliana Paiva, também presentes no livro com fotografias e quadros informativos que podem facilitar o planejamento docente. Assim, tanto se mobilizam afetos se contrapondo àqueles que antecedem certas ideias dos públicos mais reacionários – autointitulados defensores da família –, quanto se possibilita uma discussão sobre gênero e infância durante a ditadura militar – primeiro a partir da chave repressiva, depois pelo ideal propagado pelo regime. Uma frente a mais contra a atualização do fenômeno dos negacionismos históricos na internet, ainda que não se possa esperar maiores garantias em relação a estudantes fiéis à crença negacionista.

Por outro lado, ainda pensando nas errâncias e se atentando ao caráter político de sua dimensão afetiva, se a narração histórica em sala de aula tem a ganhar com a busca por uma história plural – para além do referido binômio “repressão estatal e resistência armada” –, maior é o potencial ao almejar uma memória afirmativa. Como levantou Fernando Nicolazzi ainda no

Ano I da Pandemia, tal ação pode ser pensada como alternativa concomitante a uma espécie de paradigma memorial de caráter reativo no pós-ditadura – ainda que não se desmereça a importância de tal modelo em si¹⁵⁷.

Ampliando o escopo dessas lutas e falando em dignidade humana – ou, por que não, em luta de classes, termo *démodé* para alguns na virada do século –, uma possibilidade em sala de aula é explorar as ações de grupos sociais subalternizados em oposição às políticas públicas do regime. Dentre os exemplos possíveis, há o caso do Movimento do Custo de Vida (MCV) em São Paulo, organizado em 1973 por trabalhadoras da periferia de São Paulo. Posteriormente rebatizado como Movimento Contra a Carestia (MCC), representou um dos primeiros movimentos populares a retomarem o espaço público, após o cerceamento de canais tradicionais de reivindicação dos trabalhadores, como sindicatos.

Com a política de arrocho salarial implementada desde 1965, após a alteração da fórmula de reajuste de salários¹⁵⁸, o movimento ganhou força anos antes da alta no custo de vida da segunda metade da década de 1970, não podendo ser entendido como mera reação mecânica à inflação (MONTEIRO, 2017). Pelo contrário, “a ‘atitude’ contra a alta do custo de vida, desejada pelo governo, não passava pela ação coletiva e jamais deveria ser travada no espaço público” (MONTEIRO, 2017, p. 32).

Em sala de aula, essa sugestão pode recorrer a vídeos oficiais do regime, da campanha que atribuía responsabilidade ao indivíduo consumidor para fazer sua parte pechinchando ou substituindo determinado alimento por opções mais baratas. Em um dos vídeos da chamada “Corrente do Povo Contra a Inflação”, de 1977, o narrador afirma: “entendam de uma vez por todas: o custo de vida é culpa de todos nós. Culpa de quem compra,

¹⁵⁷ Ideia originalmente lançada no Facebook por Nicolazzi ao professor e pesquisador Edson Teles, durante *live* “Pandemia, autoritarismo e democracia pós Ditadura”, realizada como parte do projeto “História em Quarentena”. Atualmente, a página se encontra restrita nessa rede social. Contudo, a transmissão feita no YouTube permanece disponível e, apesar de não apresentar o registro de mensagens da outra plataforma, Teles lê a pergunta na íntegra aos 43 minutos. Cf. HISTÓRIA EM QUARENTENA. **Semana 8**: “Pandemia, autoritarismo e a democracia pós Ditadura” | Edson Teles. [s.l.: s.n.], 11 mai. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/wdvQCGJeqmU?t=2619>. Acesso em: 15 mar. 2023.

¹⁵⁸ Com a Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, os reajustes salariais, antes fixados em acordo “anualmente para compensar a inflação do período [...] passam a ser estabelecidos normativamente pelo governo mediante um cálculo que considerava não apenas a inflação passada, mas também sua previsão para os doze meses seguintes” (MONTEIRO, 2017, p. 25-26). Porém, como constatado pelo historiador Thiago Nunes Monteiro, por diversas vezes, o governo subestimou a previsão da inflação – chegando, inclusive, a manipular a taxa oficial em 1973.

culpa de quem vende” (ARQUIVO NACIONAL, 2021a). Em outro, representando uma cena em um armário cheio de clientes reclamando desconto por tecidos, o narrador recomenda: “procure sempre o mais barato, discuta o preço, comece a dar valor a cada centavo do seu dinheiro” (ARQUIVO NACIONAL, 2021b). Por fim, em contraposição, pode ser usada uma matéria *online* no portal da revista Jacobin (PAMPLONA, 2021) que resume o movimento das mulheres contra a carestia, mobilizando afetos comuns na arena pública. Comparando com a responsabilização ao indivíduo propagada pelo regime, pode-se dar destaque para a multidão de mais de 20 mil pessoas no centro de São Paulo, em 1978, e o abaixo-assinado com mais de 1,3 milhão de signatários em prol da causa.

Assim, ainda que não possa ser considerada como uma mobilização de oposição ao regime *stricto sensu* desde sua origem¹⁵⁹, a luta contra a carestia, como temática da narração histórica, é potencialmente rica por tratar de uma faceta ignorada pelo discurso apologético do período ditatorial: os impactos econômicos nas classes subalternizadas em centros urbanos e a contestação vinda de baixo à visão idílica da propaganda do regime.

Ainda articulando o ensino de história com a teoria dos afetos, outra possibilidade em sala de aula está no aprofundamento de uma perspectiva interseccional, relacionando marcadores sociais de gênero, classe e raça nas múltiplas experiências vividas no período. Tal estratégia, proposta pelas historiadoras Alessandra Gasparotto e Caroline Silveira Bauer (2021) para proporcionar visibilidade a diferentes grupos sociais por meio da narração histórica, ganha força aqui no esforço de ampliar a experiência de estudantes com a pluralidade de histórias, para além do binômio já mencionado.

Fugindo da linha costumeira ainda traçada pelos livros didáticos – isto é, da “abordagem linear e cronológica, que introduz o tema a partir de

¹⁵⁹ Monteiro (2017, p. 162) aponta que “havia participantes do MCV que já possuíam trajetória de militância política anterior e, para estes, a definição da luta como não-política era, antes, uma questão de sobrevivência (contra o aparato repressivo do regime) e uma estratégia desenvolvida, até 1978, para ‘arregimentação e acumulação de forças’ [...]. Todavia, as falas dos participantes durante a coleta de assinaturas, bem como o material produzido pelo MCV até 1978, evidenciam a contradição do movimento ao desenvolver uma luta política, sem a reconhecer como tal”. Em oposição à ideia negativa de política como “politicagem”, o movimento se projetava, de acordo com Monteiro, a partir da ideia de politização do cotidiano – só passando a se ver como oposição ao regime “após as experiências de repressão (em agosto de 1978) e difamação (outubro de 1979)” (MONTEIRO, 2017, p. 164).

cada um dos cinco presidentes ditadores e enfatiza o binômio repressão e resistência, operando em uma lógica que reforça a ideia de um conflito entre ‘dois lados’” (GASPAROTTO; BAUER, p. 444) –, um ensino por errâncias pode privilegiar a obra e a experiência de intelectuais negras brasileiras no período ditatorial, como a antropóloga Lélia Gonzalez e a historiadora Beatriz Nascimento.

Partindo da atuação do movimento negro ainda na década de 1970, que culminaria no ponto de inflexão a partir da articulação entre raça e classe segundo Gonzalez (1982), tal sugestão passa tanto pela construção de uma memória afirmativa contra o racismo por diversos grupos, quanto pela consideração da repressão operada pelo regime. É o caso, por exemplo, da atuação do Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, que propôs a substituição do 13 de maio pelo 20 de novembro como data de comemoração e de luta do movimento, em homenagem a Zumbi dos Palmares (GONZALEZ, 1982).

Em outras palavras, tal medida significava o abandono da comemoração da abolição, não cumprida efetivamente, e a defesa da rememoração da luta do povo negro, simbolizada pela data de morte do líder do Quilombo de Palmares. Conforme Beatriz Nascimento ([1990] 2021b) escreveu, a reapropriação de Zumbi significou não apenas um resgate da figura histórica, junto a novos estudos sobre quilombos no passado e no presente, mas a invenção do próprio movimento negro brasileiro nos anos 1970.

Junto a essa articulação, sintonizada com o debate do movimento negro nos Estados Unidos da América e as lutas anticoloniais na África, surgiu a necessidade de uma perspectiva de gênero dentro do movimento. Assim, diante do esquecimento da questão racial em textos e práticas feministas, assim como do sexismo no próprio movimento negro, um olhar diferenciado foi realçado pelas intelectuais negras, de forma interseccionada, pelo qual se analisa a experiência das mulheres negras, habitantes da periferia, em uma perspectiva histórica, social e psicanalítica¹⁶⁰ (GONZALEZ, 1984).

¹⁶⁰ Tais atribuições entrelaçadas nessa perspectiva abarcam, no trabalho de Lélia Gonzalez (1984; 1988), desde a relação entre passado colonial e tempo presente nas noções de mulata, doméstica e mãe preta; os impactos sociais na vida da mulher negra e os efeitos psíquicos da denegação da América Africana e do racismo na população brasileira no geral e negra em particular.

Na proposta de ensino por errâncias, essa temática pode se concretizar, por um lado, pela ênfase no caráter afirmativo desse movimento social, como, por exemplo, na sua atuação de valorização cultural e de reivindicação política por negros e negras no Brasil, em diálogo com a experiência diaspórica africana para além das barreiras territoriais e linguísticas (GONZALEZ, 1988). Pode-se destacar, a partir do material disponível na internet, a formulação de uma interpretação do Brasil a partir da perspectiva interseccional e o combate às formas de discriminação racial, de classe e de gênero.

Por outro lado, pode-se analisar, concomitantemente, a reação da ditadura, por exemplo, à organização política em um período de cerceamento dos espaços de participação popular e às críticas à ideia de democracia racial – ideal defendido pelo regime como símbolo da harmonia social no Brasil –, como no artigo escrito por Beatriz Nascimento ([1977] 2021a) na grande mídia, mas já antes explicitado em debates do movimento¹⁶¹.

No entanto, vale salientar que, nessa sugestão, só se pode falar em privilegiar a errância se não a tratar como conteúdo acessório, mas medular. De forma que, atribuindo-lhe um espaço maior do que mera curiosidade pontual, haja uma apropriação de material diversificado em sala de aula para trazer tais discussões e enfatizar sua importância na época e também hoje¹⁶².

Assim, contemplando não apenas a vivência direta destas intelectuais negras atravessada pelo regime, mas também suas contribuições para o debate étnico-racial da época – também presentes no século XXI –, traça-se uma linha que desobedece a linearidade do ensino de história tradicional, amparado pela retrospectiva majoritariamente político-institucional, e expande a pluralidade histórica de sujeitos e ideias no ensino sobre ditadura.

161 Em trabalho sobre Lélia Gonzalez, o antropólogo Alex Ratts e a socióloga Flavia Rios (2010) apontaram o fichamento da antropóloga por órgãos da repressão, assim como de outros militantes. Em outro artigo, Rios (2014) explicitou o caso de Thereza Santos, intelectual negra e comunista que, por suas atuações no teatro engajado, acabara sendo interrogada em 1969, pelo envolvimento com a resistência à ditadura e com o movimento brasileiro pró-independência dos países africanos. Em 1974, exilou-se em Angola após ser informada de que seu nome estava em uma lista de artistas e militantes visados pela repressão.

162 Como sugestões para uso em sala de aula, dentre os materiais disponíveis na internet, há um apanhado geral e consistente da atuação intelectual e militante de Lélia Gonzalez publicado pela Revista Jacobin, escrito pela professora de história Barbara Araujo (2020), além de transcrições dos artigos de Beatriz Nascimento aqui citados.

Por fim, outro exemplo possível para articular o caráter político da dimensão afetiva da narração histórica a uma memória afirmativa do período se situa no campo, fora do Sudeste, como parte do imperativo para um ensino de história que não confunda Brasil com Rio-São Paulo. É o caso dos saques no Nordeste durante a longa estiagem entre 1978 e 1984. Em uma escala maior, tais fenômenos se enquadravam em uma “tradição de ações diretas nas secas” (PEREIRA, 2020, p. 250), a qual a instituição de organismos estatais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, não conseguiu romper. Pelo contrário, este e outros acabaram cooptados pelos grupos oligárquicos da região, beneficiando a estrutura de poder a partir de uma política paternalista (NEVES, [2000] 2015).

Além da oportunidade de retomar a discussão sobre a dimensão política das secas desde o fim do século XIX e as relações de poder no Nordeste brasileiro, tal exemplo pode vir a ser interessante em sala de aula por envolver uma faceta pouco comentada do período ditatorial. Portanto, em tese, parece uma temática afetivamente menos refratária por não estar presente nas narrativas negacionistas, ainda que possa causar minimamente um estranhamento ao discurso apologético de um tempo melhor.

Assim, trazer a multidão como sujeito político que, com a longa estiagem, passava a se organizar mais não só contribui para a pluralidade na narração histórica sobre o período da ditadura, como busca formar uma memória afirmativa. Isto, no entanto, não significa ignorar o aparato repressivo militar, também presente contra sertanejos que não se encaixavam nas políticas estatais – cuja “intenção de associar esta mão de obra ‘disponível’ a obras públicas e atividades árduas e mal remuneradas como forma de, através do trabalho, prevenir novas manifestações de rebeldia ou insubordinação” (NEVES, [2000] 2015, p. 99).

Entretanto, nem tais “frentes de serviço”, nem a repressão aos movimentos sociais impediram a atuação de sertanejos e sertanejas em saques (NEVES, [2000] 2015). Estes, entendidos pela ótica da economia moral que legitimava tais ações em tempos de seca, passaram a constituir “novos” movimentos sociais na década de 1980, com a intensificação dos conflitos de terra, a sindicalização no sertão e a atuação pastoral da Igreja (PEREIRA, 2020).

Como recurso em sala de aula, o *website* Memorial da Democracia¹⁶³ disponibiliza um *card* sobre eventos de agosto de 1983, quando cerca de cem flagelados da seca passaram a ocupar a sede do governo estadual do Ceará e, dias depois, cinco mil flagelados saquearam a sede da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), no interior cearense. Além do texto explicativo sobre o evento e a conjuntura histórica, também podem ser utilizadas fontes jornalísticas disponíveis no *website*, com matérias publicadas em jornais do Sudeste.

Assim, tais recursos visam, para além de um caminho reto e seguro, tentar afetar de múltiplas maneiras educandos e educandas, seja pela mobilização de afetos contrária a elementos pré-representativos associados às narrativas negacionistas, seja pelo estranhamento na escolha por temáticas da história da ditadura que fujam da dicotomia carregadamente impulsionada por essas mesmas narrativas. Fuga que se dá, nos termos de Deleuze e Guattari ([1980] 2012a), procurando uma arma: uma forma de lidar com o negacionismo histórico, tentando driblar a predisposição afetiva reforçada nesta dicotomia. Por essa razão, a proposta meta-histórica das errâncias no ensino pode ser entendida como uma maneira de também entender a força dos afetos, junto à filosofia espinosana. Entretanto, como bem salientou Juliana Merçon,

a ativação de nosso pensamento-desejo não garante, porém, que sigamos sendo afetadas apenas por alegrias. Nosso desejar ativo não nos torna imunes a tristezas, pois a presença do conhecimento ativo não suprime nossas operações imaginativas (MERÇON, 2009, p. 92).

Desse modo, articular o ensino de história com a lógica dos afetos não resulta necessariamente no golpe final nos negacionismos históricos. Até porque esse fenômeno não resulta da falta de aulas de história, como já salientado na citação de Bauer e Nicolazzi (2016) – ainda que esta discussão possa ganhar uma nova camada com a implantação do Novo Ensino Médio¹⁶⁴. O motivo do crescimento do fenômeno dos negacionismos

163 Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pais-descobre-a-tragedia-da-seca>. Acesso em 06 mai. 2023.

164 Nas escolas públicas cearenses, até 2024, o Novo Ensino Médio deverá ser implantado em todos as séries. Segundo consta na Resolução nº 497/2021, com a oferta dos Itinerários Formativos – em que, a critério de cada estudante, se escolhe uma trilha de aprofundamento que envolve duas áreas (entre Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias) –, parte da carga horária da base

históricos ao longo da última década – componente de destaque na sensação de desorientação no ensino de história hoje – não surgiu simplesmente por uma questão de ineficiência das aulas, como se, de repente, sua capacidade neguentrópica tivesse sido anulada perante o crescimento do caos. Como já apontado na primeira parte, a convergência entre a plataformização e a neoliberalização do cotidiano tem atuado como força desestabilizante em estruturas pré-digitais como a confiança social no sistema de peritos. No caso aqui abordado, não se trata apenas da propagação de material negacionista nas redes, antes centralizados em *blogs* e fóruns específicos e agora impulsionados pela lógica de *marketing* das plataformas. Mas de uma transformação geral em termos epistêmicos, sociais e culturais, em que a própria relação com o tempo e, mais especificamente, com os usos do passado também são diretamente afetados.

Assim, é preciso também incluir na proposta das errâncias uma noção que possa *ênfatizar a relação entre a história pública digital e as discussões sobre a dinâmica antiestrutural das plataformas digitais*. Esse segundo ponto envolve uma variação não mais apenas no eixo afetivo, mas na própria escala da crise – tema axial da cartografia.

Com a presença das plataformas digitais no cotidiano, não só a posição social da história como disciplina mudou, não ocupando o mesmo lugar privilegiado, como também do próprio ensino de história. A oferta de aulas no YouTube conta com uma infinidade de canais, profissionais ou amadores, e o número de visualizações, em tantos vídeos, aponta a alta demanda. Em uma pesquisa rápida por “aula história ditadura” ou “aula história regime”¹⁶⁵, por aba anônima para minimizar a filtragem algorítmica, são muitos os canais que contam com dezenas ou centenas de milhares de visualizações – alguns ultrapassam a barreira dos milhões, como os postados pelos canais Débora Aladim (2 mi) e Canal Nostalgia (11,6 mi). Muitos deles são voltados para tirar dúvidas e ajudar para avaliações e concursos, conforme os comentários apontam. Alguns, entretanto, compõem outros ecossistemas, de viés conspiratório¹⁶⁶ – e são esses que aqui interessam.

será diminuída.

165 Cf. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=aula+hist%C3%B3ria+ditadura, https://www.youtube.com/results?search_query=aula+hist%C3%B3ria+regime. Acesso em: 08 mar. 2023.

166 Essa operação de classificar em duas categorias aqui se faz de modo provisório, pelos interesses da dissertação. O estudo de caso realizado pelo historiador Odir Fontoura (2020) sobre as narrativas históricas em disputa no YouTube explora este objeto de maneira mais detalhada –

Afinal, lidar com os negacionismos sem trazer para a narração histórica os ataques que compõem o *leitmotiv* dos empreendimentos que vendem passados aos públicos antiestruturais é, sem dúvida, tentar travar um combate em plena desvantagem.

A ideia de Vidal-Naquet (1988) de rebater os negacionismos e não os negacionistas¹⁶⁷ talvez não sirva na íntegra. Os negacionistas não estão tentando pautar o debate público nas mídias tradicionais, exclusivamente. Por mais que Bolsonaro tenha tido mais visibilidade também por suas participações em programas de auditório e afins ao longo do início da década passada¹⁶⁸, os tempos mudaram e a dinâmica das plataformas digitais parece oferecer mais resultados àqueles que conseguem investir em busca de monetização e capital político. Daí a precisão de Rodrigo Nunes (2022) ao apontar a faceta empreendedorística da extrema-direita. Logo, a relevância em crescimento e o alto investimento nas plataformas dispensam maiores pudores de trazer os negacionistas à sala de aula, de maneira crítica – ainda que não se deseje ser pautado por eles, o que tornaria a narração histórica em sala de aula uma força reativa.

A noção de crítica aqui reivindicada não é apenas para rebater as inverdades, mas também refletir sobre a dinâmica invertida que essas forças antiestruturais desempenham. Junto a isso, parece promissora a defesa que Mateus Henrique de Faria Pereira (2022, p. 68) advoga em, “além da refutação e da desconstrução factual [...] criar espaço de diálogo, de liberdade e de pluralidade para que se estabeleçam os limites das narrações, interpretações e representações”. Pois se a Brasil Paralelo faz história, a articulação entre ensino e história pública decerto tem potencial para enriquecer criticamente a narração histórica – apesar do incômodo das falsificações e dos ataques aos especialistas.

Dessa forma, não somente se pensa uma aula de história em que “passado histórico” e “passado prático” deixam de ser pontos cegos e

ainda que movido por outro interesse, isto é, pensar as possibilidades de atuação de historiadoras e historiadores profissionais na plataforma.

167 Utilizando, à época, ainda, o termo “reversionista” – como os negacionistas franceses do Holocausto se autointitulavam.

168 Por diversas vezes, o então deputado federal foi entrevistado ou convidado a participações ao vivo em programas televisivos como CQC, Pânico e Superpop. Como relatado em matéria jornalística de Pablo Cantó (2018), o político conquistou “espaço midiático com declarações polêmicas, em muitos casos machistas e racistas” – o que demonstra a ambiguidade da relação problemática estabelecida pela mídia, ao expô-lo para criticá-lo (e buscar audiência nisso), ao mesmo tempo que amplia o poder de alcance do entrevistado, normalizando sua presença para outros públicos.

passam a ser ativamente mobilizados e evidenciados na narração (MUDROVICIC, 2016), mas se articula o próprio ensino com o campo da história pública digital e seu caráter sistêmico. De modo que esta não apenas consiste nas questões epistemológicas que a difusão do acesso às redes sociais implica na produção, circulação e consumo das narrativas históricas (NOIRET, 2015); mas na dinâmica antiestrutural embutida na arquitetura digital e suas implicações na desestabilização de elementos de sistemas pré-digitais.

Isto significa debruçar-se sobre a faceta dos negacionismos históricos na era digital não apenas em termos de letramento digital, no sentido de identificar elementos constantes em *fake news* ou diferenciar fato e opinião nas redes, mas lidar com o que o filósofo Gilbert Simondon ([1958] 2020, p. 44) chamou de alienação técnica,

que não é uma alienação causada pela máquina, mas pelo desconhecimento de sua natureza e de sua essência, por sua ausência do mundo das significações e por sua omissão na tabela de valores e de conceitos que fazem parte da cultura.

Em outros termos, a ideia de enfatizar a relação entre história pública digital e a própria dinâmica antiestrutural das redes para pensar os negacionismos históricos hoje extrapola tal noção geral de letramento pois foca não nos conteúdos, mas na própria estrutura digital. Considera não apenas, por exemplo, a análise discursiva das peças, mas a extensão da própria topologia digital, levando em conta as implicações da relação entre usuário e máquina – ambos agente e ambiente do outro (CESARINO, 2022a).

Além disso, trazer tais questões para a sala de aula significa estabelecer a singularidade da aula de história em um tempo de crise de confiança nos especialistas, explicando não apenas por que parâmetros a disciplina e o ensino de história estão balizados, mas também por quais razões os negacionismos históricos na era digital têm sido impulsionados – seja pela oferta (no sentido empreendedorístico da arquitetura neoliberal das redes), seja pela demanda (no sentido da polarização assimétrica fomentada pelo viés técnico das plataformas).

Assim, a mobilização na narração histórica em sala de aula da história pública digital e sua relação com a dinâmica antiestrutural das redes implica em desnaturalizar a ideia de neutralidade quanto à infraestrutura

técnica das plataformas, como se a conectividade e o engajamento referentes aos ecossistemas extremistas simplesmente germinassem por si mesmos, de forma orgânica. Na internet, a atualização dos negacionismos quanto à sua forma são indissociáveis da “política embutida [nessa infraestrutura que] [...] introduz vieses cibernéticos favoráveis às forças antiestruturais que hoje orbitam no entorno da máquina de ressonância ultraliberal-reacionária” (CESARINO, 2022a, p. 85). Daí a constituição topológica analisada no capítulo anterior compor um amálgama cujas reverberações e ressonâncias aglutinam diferentes públicos em suas afinidades.

Isso significa, em outras palavras, incorporar à narração histórica o atual fenômeno do negacionismo da ditadura como um problema impulsionado pelo processo de plataformização em convergência ao de neoliberalização. Pois somado a isso, estão os efeitos da alienação técnica (SIMONDON, [1958] 2020), que desconhece o viés antiestrutural que reproduz elementos estruturais da esfera pública, ao mesmo tempo que se opõem a ela e a tenta englobar (CESARINO, 2022a). Como resultado, os usuários que primeiro orbitam e logo passam a compor esses ecossistemas, alheios à natureza da infraestrutura técnica, desconhecem a personalização pela modulação algorítmica e o reforço tanto maquínico (conectividade e impulsionamento), quanto humano (apelo emocional, marketing para afiliados em páginas extremistas). De modo que, para estabelecer a singularidade da aula de história em tempos de crise, é importante compreender o funcionamento técnico das plataformas na propulsão dos negacionismos, assim como nomear os afetos dos quais estes se servem na dinâmica cibernética entre humano e máquina.

Vale salientar, no entanto, que a ênfase nos afetos, ainda que fundamental para lidar com os negacionismos históricos em sala de aula e para abordar a constituição desse problema em termos de história pública digital, não se sobrepõe à razão, anulando-a. A crítica em relação à ênfase na argumentação como modo de circulação da linguagem (SAFATLE, 2017) não é um posicionamento irracionalista, mas um lembrete quanto à dimensão afetiva como componente essencial para a questão, embora tantas vezes ignorada. Em outras palavras, um cuidado com um plano pré-representacional, que antecede às ideias e opera como pré-disposição em termos de facilitamento ou recusa. Nem considerar a razão como única

dimensão, tampouco os afetos – ainda que este trabalho tenha escolhido privilegiar este em sua elaboração. Afinal, como apontou Juliana Merçon (2009, p. 63)

é por pertencerem igualmente ao campo dos afetos e do desejo que as operações da razão interferem e modificam as construções imaginativas – e não por possuir um poder inerente especial que esteja ausente na imaginação.

Por fim, um terceiro ponto também se destaca a partir do próprio fazer cartográfico, referente ao eixo espaço-temporal. Na proposta das errâncias, relacionando-o aos afetos e ao ensino, talvez seja o caso de enfatizar a singularidade do espaço escolar em contraposição às formas de temporalização enfatizadas pelo convívio digital – em um tempo que a internet parece inseparável da própria vida, de tão presente. Essa singularidade se manifesta por *um outro ritmo, marcado por outras velocidades e mesmo pela interrupção*, tão necessária para a experiência (LARROSA, 2002). Por mais que os detratores julguem a escola como obsoleta, como espaço disciplinar moldado há séculos que não se renova, essa é uma percepção generalizada a tudo que se fabrica hoje, passado um ou dois dias (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014) – o que Araújo e Pereira (2019) nomearam atualismo.

A partir das discussões desse eixo, o exercício meta-histórico das errâncias quanto às temporalidades passa, indubitavelmente, pela sua própria tematização em sala de aula, como tão válida quanto os próprios conteúdos curriculares sobre ditadura, por exemplo. Melhor: não só tão válida, quanto intrínseca a eles, ainda que em outras camadas discursivas.

Dessa maneira, em sala de aula, pode-se mobilizar na narração histórica outras temporalizações que, carregadas afetivamente de forma ativa, embaralhem a linearidade dos conteúdos inflacionados. Afinal, como aponta o historiador Nilton Mullet Pereira (2021, p. 9), “pensar a ética no ensino de História exige uma problematização da colonialidade do tempo” – expressa na sua naturalização, como algo universal e, por que não, na forma como o tempo das tecnologias digitais se impõe no cotidiano, como temporalidade de crise permanente (CHUN, 2016).

Isto é possível tanto na própria narração histórica em sala de aula, tematizando as temporalidades junto aos conteúdos como exercício metateórico no ensino, quanto a partir de outras formas de experimentação. É

possível se inspirar, por exemplo, na (re)leitura da filósofa Denise Ferreira da Silva ([2016] 2018) para pensar *o evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo* a partir do conceito de imagem dialética de Walter Benjamin¹⁶⁹. A exemplo da teoria do conhecimento do filósofo, em que a imagem “libera as forças gigantescas da história que ficam presas no ‘era uma vez’ da narrativa histórica clássica” (BENJAMIN, 2018, p. 769), a proposta de Silva ([2016] 2018, p. 408) por um pensamento ou imaginação composicional para

ler os “tempos de outrora” e o “lá longe” como constitutivos daquilo que está acontecendo aqui e agora e daquilo que está para acontecer. [...] Ler sempre “o que acontece” como uma composição (decomposição ou recomposição), sempre como já um momento, que é uma composição singular, daquilo que também constitui “o que aconteceu e o que ainda está para acontecer”.

Enquanto a reflexão de Denise Ferreira da Silva tem como mote dois episódios escolhidos a partir de suas semelhanças – a revolta de um navio negreiro que partira do porto de Liverpool em 1769 e as revoltas de julho de 1981 em um bairro majoritariamente habitado por pessoas negras na mesma cidade –, a temática aqui escolhida, envolvendo ditadura e negacionismo, também pode servir.

Por exemplo, ao tratar do genocídio indígena para além de uma concepção de tempo sequencial, a partir de documentos produzidos na colonização, na ditadura e no tempo presente sobre uma visão racializada que deprecia os povos originários como “preguiçosos” ou empecilhos à noção colonial de marcha civilizatória – e que legitima a violência contra eles e seus modos de vida¹⁷⁰.

169 “Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é, não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem” (BENJAMIN, 2018, p. 766-767).

170 Fontes para isto não são raras, devido à constância estrutural do problema ao longo da formação histórica brasileira. No tempo presente, não apenas o último governo federal produziu diversas evidências (históricas e, por que não, provas criminais, a serem julgadas), mas também políticos em geral e empresários. Referente à ditadura, casos relatados no relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre violações a povos indígenas estão bem descritos no livro *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*, de Rubens Valente (2017), como o genocídio ao povo Waimiri-Atroari. Quanto aos tempos coloniais, a leitura do período a partir da chave da disputa territorial e dos conflitos entre modos de vida permite usar, por exemplo, trechos de uma carta de 1702, escrita pelo governador do Brasil D. João de Lencastre ao rei de Portugal sobre as missões: “... é bem sabido, que os índios é [sic] a gente mais preguiçosa que tem o mundo, pois se não fossem obrigados a suster-se nem às caçadas iriam” (apud PINHEIRO, 2015). Junto a esses trechos, pode-se recorrer também, por exemplo, à documentação sobre os

Nessa sugestão, os documentos seriam relacionados não como uma tentativa de estabelecer uma sequência linear ou um *continuum* temporal, muito menos como “lugar [...] formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo *tempo-de-agora*” (LOWY, 2005, p. 119, grifo nosso) – como escreveu Benjamin nas teses sobre o conceito de história. Assim, à imagem das constantes violações aos povos indígenas – vide a situação do povo Yanomami denunciada tantas vezes não apenas no início de 2023 (FANTÁSTICO, 2023), quanto nos últimos anos¹⁷¹ e mesmo nas últimas décadas¹⁷² – a narração histórica não pretenderia, a priori, se estabelecer em uma linearidade. Pelo contrário, intentaria, ainda que sem êxito, alcançar a partir desses fragmentos a perspectiva do anjo da história benjaminiano diante do amontoado de escombros (LOWY, 2005).

Um tempo espiralar, marcado pela simultaneidade temporal e arredo à temporalização comumente mobilizada pela disciplina em sala de aula. Sua evocação em sala de aula poderia se dar através de uma experiência estética a partir do contato com esses documentos, sem a necessidade de lhe atribuir, de imediato, um sentido – pois este abriria espaço, inicialmente, para uma maior intensidade em termos de presença, para então depois “canalizá-las para uma conversa, entre os alunos, que vá para além do que uma reação individual à complexidade alguma vez poderia ir” (GUMBRECHT, [2004] 2010, p. 161-162).

Assim, por meio do pensamento composicional elaborado por Denise Ferreira da Silva ([2016] 2018) e das discussões até aqui tecidas e costuradas, em meio às aulas sobre ditadura, irromperia “as forças gigantescas da história que ficam presas no ‘era uma vez’ da narrativa histórica clássica”. De modo que “este trabalho [...] comparável ao método da fissão nuclear” (BENJAMIN, 2018, p. 759), perambulando por outras concepções de temporalidade, trabalhariam as errâncias não só em termos

confrontos que marcaram o início do processo colonial, em que “os povos indígenas que eram os donos da terra são transformados em invasores” (PINHEIRO, 2015, p. 28). Junto a esses exemplos, entretanto, é importante elaborar uma operação semelhante no sentido oposto – isto é, com exemplos da insurreição contracolonial ao longo do tempo.

171 Entre 2020 e 2021, durante o governo Bolsonaro – cuja agenda pró-garimpo e anti-indigenista é evidente ao longo do mandato –, o crescimento de atividades como desmatamento e garimpo ilegal foi registrado por relatório elaborado pela Hutukara Associação Yanomami, que também já apontava o aumento quanto à desnutrição e à malária, agravadas pela situação (RAMALHO; OLIVEIRA, 2022).

172 Um ano após a demarcação da Terra Indígena Yanomami, ocorreu o Massacre de Haximu, com a morte de 16 indígenas. O crime seria o primeiro oficialmente julgado como genocídio pelo Estado brasileiro (BARBIÉRI, 2023).

de conteúdo – extrapolando temas habituais na memória social sobre a ditadura (ASSMANN, 2008) –, mas também quanto à sua própria forma narrativa.

O mesmo cabe em relação às memórias de luta, retomando a discussão sobre os afetos no ensino de história. Pois a construção da narração histórica preocupada não só em ampliar a experiência em sala de aula, como também em possibilitar uma modificação em termos de desejo – isto é, de passivo para ativo, a partir de uma reflexão que considere primeiro os afetos. Tal ponto, desenvolvido no início deste capítulo, envolve a relação que se estabelece com essa ampliação (MERÇON, 2009). Desse modo, pensar as errâncias no ensino quanto às formas de temporalização também passa pela construção de uma memória afirmativa. Um exemplo possível para tornar mais palpável essa sugestão e retomar um tema já comentado aqui é o da questão agrária.

Trabalhado não simplesmente pela ótica da repressão, mas de uma história das lutas pela dignidade no campo, esse tema pode ser apresentado de maneira semelhante ao exemplo anterior. Isto é, não apenas em termos de temporalização avessa à linearidade, mas também de uma educação para as relações étnico-raciais, caso se atente para a mobilização de uma linguagem racializada para descrever o Outro¹⁷³. A partir de materiais como o *card*¹⁷⁴ do Memorial da Democracia, os vídeos do canal “De Olho nos Ruralistas” sobre as Ligas Camponesas¹⁷⁵ e a resistência campesina durante a ditadura militar¹⁷⁶ e matérias jornalísticas do tempo presente sobre a reivindicação por reforma agrária¹⁷⁷, é possível construir uma narrativa histórica que, de início, subverta o *continuum* por meio dessa constelação de

173 Não somente a partir do início do século XX, quando a questão racial ganha centralidade na discussão sobre a formação do povo brasileiro, amparada por elementos à época entendidos como científicos; mas também presente no século anterior na discriminação de grupos sociais subalternizados (COSTA, 2009; CÂNDIDO, 2018; SANTOS, 2021).

174 Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pais-descobre-a-tragedia-da-seca>. Acesso em 06 mai. 2023.

175 Cf. DE OLHO NOS RURALISTAS. **Ligas Camponesas | De Olho na História**. [s.l.: s.n.], 19 jan. 2022. YouTube: @DeOlhonosRuralistas. 1 vídeo (5 min 12 seg). Disponível em: <https://youtu.be/2Xf69jXT9Fk>. Acesso em: 18 mai. 2023.

176 Cf. DE OLHO NOS RURALISTAS. **Entenda como os camponeses lutaram contra a ditadura**. [s.l.: s.n.], 5 abr. 2022. YouTube: @DeOlhonosRuralistas. 1 vídeo (8 min 19 seg). Disponível em: <https://youtu.be/cV0Vk44EwXA>. Acesso em: 18 mai. 2023.

177 Na seleção das fontes, podem ser levada em conta as considerações do jornalista Ayoub Hannah Ayoub (2007) sobre a demonização do movimento social na grande mídia, além do foco na luta agrária.

lampejos – “verdadeira imagem do passado [que] perpassa, veloz” (BENJAMIN, [1940] 1987b, p. 224).

Esse exercício, interessado na própria forma de temporalização mobilizada em sala de aula e nas relações possíveis de se estabelecerem em termos de sensibilidades entre docentes e estudantes, entrecruza passado histórico e passado prático (WHITE, 2018). Articulados de maneira simultânea, compõem um tempo que, condensado, se espirala. Como resultado, essa constelação de lampejos “em que o ocorrido encontra o agora” (BENJAMIN, 2018, p. 766), constituída de momentos de luta entre o passado e o presente que se concentram na narração histórica. Sua concepção, por fim, não resulta necessariamente em uma melancolia fechada em si, amargurando as derrotas sem renunciar sua perda, mas pode abrir espaço para a elaboração de um desejo ativo.

Assim, articulada à ênfase na dimensão afetiva no ensino por errâncias, a apropriação dessas reminiscências – para continuar nos termos de Walter Benjamin – passa pela atenção às sensibilidades, tanto na análise dos documentos em si, quanto no exercício de empatia em sala de aula. Isso traduz na proposta o tracejar das errâncias entre forma e afeto, elaborando caminhos possíveis para o axioma proposto pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019, p. 231, grifos nossos): “ensinar história é produzir marcas temporais, é discutir e fazer ver as marcas que o tempo deixa em *nossos corpos*, em nossas vidas e nas nossas sociedades”.

Como argumentado no início do capítulo, tal recurso não pretende ignorar outras estratégias já elaboradas por outros pesquisadores e pesquisadoras, pois, ainda que busque traçar um caminho diferente – como o da dimensão afetiva em vez do foco imediato na refutação por evidências – nada impede, a priori, futuras articulações. Da mesma forma, o interesse na imaginação composicional (SILVA ([2016] 2018) não impede as mobilizações temporais da disciplina, mas expande a relação com outras formas de temporalização em sala de aula, na busca por múltiplas formas de afetar. Assim, o que pode parecer, para alguns, um anátema por não se seguir uma forma disciplinar de temporalização; é, na verdade, uma profanação mais comedida e bem-intencionada: articular a forma de estrutura de interpretação do tempo consagrada pelo Ocidente (e pela disciplina) a outras¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Pode ser usado como um exemplo mais aprofundado o trabalho da historiadora Ana Carolina Barbosa Pereira (2019), que investigou as bases da interpretação ocidental consagrada pela

Dessa maneira, propõe-se um ensino por errâncias como experimentação diante das questões atualistas, como alternativa a apenas reforçar uma forma de temporalização que Ethan Kleinberg (2021, p. 37) chamou de realismo ontológico, “um esforço preocupado com eventos atribuídos a um local específico no tempo e no espaço que são, em princípio, observáveis e, desse modo, são considerados fixos e imutáveis”. Invocar as errâncias no ensino significa recusar uma imagem de estabilidade atribuída ao passado. Isto, que pode soar demasiadamente pós-moderno (no sentido vulgar da palavra), não significa advogar a ideia de que nenhum grau de objetividade é possível para os parâmetros disciplinares da história, mas interpretar nos tempos digitais que “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer” (BENJAMIN, [1940] 1987b, p. 224-225).

Trata-se, portanto, de buscar uma alternativa contra os efeitos do regime de pós-verdade, sem recair na tentativa de assegurar a volta de um território disciplinar que hoje parece existir apenas enquanto fantasma. A transição paradigmática que o processo de digitalização e neoliberalização tem implicado impõe-se como um desafio ao ensino de história. A proposta das errâncias privilegia, assim, não o caminho da melancolia paralisante ou da reatividade, mas da criação enquanto desejar ativo – trazendo para o ensino de história os esforços ético-políticos no debate teórico recente sobre indisciplinar a história¹⁷⁹ (ÁVILA; NICOLAZZI, TURIN, 2021).

Em suma, um *exercício de imaginação disciplinar*, em combinação com os eixos aqui desenvolvidos, articulando ensino de história e história pública digital. Tarefa nada fácil, de fato. Por um lado, as pressões dentro e fora de sala de aula já parecem um obstáculo e tanto, com seus contratempos e conteudismos – não esquecendo o fato de que ditadura militar geralmente é assunto para o fim do 3º ano, às vésperas do Exame Nacional do Ensino Médio. Por outro, e não menos desafiador, a temporalidade de crise (CHUN, 2016) que constantemente busca atrair os usuários aos seus *gadgets*, dificultando uma vida normal *offline*, a exigir uma “contínua

disciplina – e, de certa forma, naturalizadas como universal quanto à sua estrutura de interpretação temporal – e comparou à noção de tempo fractal a partir de etnografia realizada no Acre. Como proposta de teoria da história intercultural, ela elaborou “a expressão ‘na transversal do tempo’ [...] com o propósito de se referir tanto a uma noção de tempo que se projeta como universal quanto a algo que corta esta via principal em direção a outro sentido” (PEREIRA, 2019, p.19-20).

179 O que, no entanto, “não significa licenciosidade empírica ou teórica”, muito menos “fazer tábula rasa do passado disciplinar [...] porque há uma longa tradição indisciplinada, ainda que bastante heterogênea, a ser encontrada na própria historiografia” (ÁVILA, 2021c, pp. 28, 30).

atualização do atual” (ARAÚJO; PEREIRA, 2016, p. 285). Os tempos parecem desfavoráveis a um investimento maior nas errâncias como recurso possível ao ensino de história, tamanho o desarranjo das forças do ensino em contraposição ao cronótopo atualista das redes. Para maior êxito, talvez seja necessário uma conjuntura onde o digital não seja tão determinante, se é que isso é possível em um futuro breve – mas não apocalíptico (CRARY, [2022] 2023). Daí a escolha pelas palavras “exercício” e “trabalho”. Enquanto isso, seguimos

negando o frágil sopro do corpo
com o duro cinzel do espírito
inventando o necessário movimento
movimento necessário invertendo
pra não estar morto¹⁸⁰.

180 EDNARDO. *Fênix*. São Paulo: RCA Eletrônica Ltda, 1979. 1 disco (4min 15seg): 33 $\frac{1}{3}$ rpm.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fraturas que escandem a narração não são, portanto, simplesmente as marcas da desorientação moderna ou do fim de uma visão universal coerente. São, igualmente, os indícios de uma falha mais essencial da qual pode emergir uma outra história, uma outra verdade (da qual podem nascer outras histórias, outras verdades). Uma possibilidade que, cumpre repeti-lo mais uma vez, *nunca é garantia* (GAGNEBIN, 1999, p. 103-104, grifos nossos).

Em *Sans Soleil*, película de Chris Marker lançada em 1983, ao descrever os desafios que se seguiam à independência cabo-verdiana – “pouco excitantes para o romantismo revolucionário: trabalhar, produzir, distribuir, vencer o esgotamento que se segue a guerra, as tentações do poder e do privilégio” –, Sandor Krasna, um dos *alter egos* do diretor, conclui: “mas a história só é amarga para os que a querem doce”.

De difícil classificação quanto à sua trama, com a poética que lhe é própria, o documentário de Marker atravessa diversos temas caros a este trabalho. História, memória e esquecimento; sentimentos e imaginação; temporalidades e novas tecnologias. Mas é esta a passagem que mais parece apropriada em sequência à proposta pelas errâncias. Um ensino de história engajado quanto aos afetos não pode desejar uma alegria ingênua. Tampouco, por outro lado, abraçar a tristeza como tonalidade única ou predominante de sua narração.

Não pense que é preciso ser triste para ser militante, ainda que a coisa que se está combatendo seja abominável. É a conexão do desejo com a realidade (e não seu recuo para as formas de representação) que possui força revolucionária¹⁸¹ (FOUCAULT, [1977] 1983, p. XIII-XIX, tradução nossa).

Em seu trabalho de reflexão sobre os afetos, o exercício cartográfico pelas errâncias pode ser entendido como parte do giro ético-político descrito por Marcelo de Mello Rangel (2019, p. 30) como “atividade teórica preocupada e dedicada a pensar o mundo no interior do qual ela (esta atividade) se torna possível” e que se entende especificamente como política por tratar de um “tipo de comportamento ético mais específico”.

¹⁸¹ No original, “do not think that one has to be sad in order to be militant, even though the thing one is fighting is abominable. It is the connection of desire to reality (and not its retreat into the forms of representation) that possesses revolutionary force”. (FOUCAULT, [1977] 1983, p. XIII-XIX)

Porém, outro entendimento para esta virada é possível e torna ainda mais apropriada à citação da *Introdução a uma vida não-fascista* de Foucault, no prefácio da edição estadunidense d'*O anti-Édipo*. Um entendimento do ético-político pela reformulação espinosana inspirada em Deleuze ([1981] 2002) do que pode o ensino de história em um contexto de avanço dos negacionismos históricos e de uma difusão da forma de temporalização de crise permanente, inadequada aos elementos disciplinares da história.

Essa compreensão, portanto, não compartilha do mesmo significado utilizado por Verena Alberti (2021a) ao mencionar uma perspectiva ética do ensino sobre ditadura militar argentina, motivado por um “dever de memória” durante a transição democrática. Esta, no entendimento aqui consolidado, mais parece pertencer ao campo da moral, cujo imperativo de “aprender lições”, de fato, parece raso, comparado ao potencial do ensino de história. Afinal, como o historiador Carlos Fico (2012b, p. 48) bem apontou, “a condenação do mal é um truísmo; explica pouco”.

Assim, “militante”, aqui, pode ser entendido como engajado em uma proposta de combate aos abusos políticos do passado no presente, como uma crítica situada em uma proposta de ensino atenta às implicações políticas e epistemológicas da plataformização do cotidiano, no modo como a infraestrutura digital hoje está estabelecida. E essa crítica passa pelo reconhecimento da importância da dimensão afetiva não só nas interações *online*, mas também em sala de aula; assim como dos desafios surgidos pela popularização de uma forma de temporalização caracterizada pela “contínua atualização do atual” (ARAÚJO; PEREIRA, 2016, p. 285).

Nesse sentido, os eixos desenvolvidos no exercício cartográfico, em suas linhas primeiramente traçadas em duplas e depois entrecruzadas, buscam lidar com a sensação de desorientação – que parece extrapolar a disciplina – e propor direcionamentos a partir das contribuições recentes em uma perspectiva interdisciplinar experimental. Daí a dificuldade de abarcar, sem parecer algo forçado à escrita, ainda mais contribuições recentes de

professores-pesquisadores do ensino de história¹⁸². Pois aqui, mais do que as fronteiras, interessa o limiar como espaço privilegiado.

O limiar [*Schwelle*] deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira [*Grenze*]. O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwellen* (inchar, entumescer), e a etimologia não deve negligenciar estes significados (BENJAMIN, 2018, p. 816).

Vagar pelas fronteiras, mais do que atravessá-las, é se movimentar por um entrelugar. Como apontou Jeanne Marie Gagnebin (2014, p. 36), a distinção conceitual de Benjamin opõe a rigidez dos limites fronteiriços à flexibilidade espacial (e temporal) limiar, que

não faz só separar dois territórios (como a fronteira), mas permite a transição, de duração variável, entre esses dois territórios. [...] O limiar é uma zona [...] às vezes não estritamente definida – como deve ser definida a fronteira. Ele lembra fluxos e contrafluxos, viagens e desejos.

Sendo assim, essa cartografia buscou se compor nesse limiar, coerente não só às instabilidades da reterritorialização ao acompanhar as questões intra e extradisciplinares, mas também da própria dimensão afetiva nesse contexto de crise permanente e transversal. Na primeira parte, tratou da noção de crise de elementos estruturais do mundo pré-digital, não só pela presença cada vez maior das plataformas, mas também pela sua coemergência com uma forma de racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, [2009] 2016; CESARINO, 2022a) cujas implicações abarcam até uma temporalização do tempo de crise permanente (CHUN, 2016; ARAÚJO; PEREIRA, 2016, 2019) – que têm atravessado a história enquanto disciplina em um contexto de debates sobre sua legitimidade, assim como suas funções e demandas sociais (TURIN, 2018; ÁVILA, 2018, 2021a).

Já na segunda parte, essas instabilidades se presentificaram nas linhas que compõem o eixo dos afetos, por sua própria natureza enquanto variação ou atravessamento e suas relações com a política, como na interpretação de Spinoza ([1677] 2020) e de Deleuze e Guattari ([1972]

¹⁸² Nos últimos meses, a temática do negacionismo, por exemplo, tem aparecido mais, pela publicação no banco de dissertações do ProfHistória de docentes que ingressaram justamente em 2020 – período em que a busca do termo se destaca significativamente nas pesquisas no serviço de buscas Google, especificamente a partir de março, no início da pandemia. Cf. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2014-03-01%202020-10-01&geo=BR&q=negacionismo>. Acesso em: 15 mar. 2023.

2011a). O mesmo se deu na descrição do ressentimento enquanto constelação afetiva (ANSART, 2004; KEHL, [2004] 2020) e das suas afinidades com a formação de públicos antiestruturais nas plataformas digitais a partir de uma dinâmica de inversão (CESARINO, 2022b).

Tais questões teórico-metodológicas embasaram o trabalho empírico com fontes digitais. Escolhido o recorte dos negacionismos históricos na internet durante a última década – pelo processo de plataformização –, o trabalho se deu a partir de três enunciados, dos quais foram analisadas não apenas o conteúdo de diversas postagens de influenciadores e usuários comuns, mas também as formas que esses negacionismos têm tomado na arquitetura neoliberal das redes. Tal análise pode ser espacializada em uma topologia digital em três escalas: uma menor, das experiências supostamente diretas; outra maior, dos conspiracionismos e suas implicações no ensino de história; e uma intermediária, dos usuários comuns segmentados nas redes.

Por fim, após o trabalho de costura dessas linhas diversas, a instabilidade também se fez presente nos direcionamentos por um ensino pelas errâncias, inspirado nas *lignes d'erre* de Fernand Deligny ([2008] 2018) e na leitura deleuziana dos bons encontros em Spinoza (DELEUZE, [1981] 2002). Três ideias foram desenvolvidas, das quais a primeira serviu de eixo: a das maneiras de se articular o ensino de história com uma teoria dos afetos. Seu primeiro desdobramento foram as decorrências da relação entre ensino de história, história pública digital e compreensão sistêmica das plataformas. Quanto ao segundo, as experimentações quanto às temporalidades nas errâncias.

Nesse sentido, pensar em termos de limiar, palavra que supõe uma abertura, parece mais razoável. Pois é desta inconstância que surge o acontecimento, como lembrete da contingência, aviso do caráter intempestivo da vida humana. Ainda que se busque, a partir de Spinoza, um ensino que se associe a um desejar ativo, das alegrias que, do encontro de quem ensina com quem aprende, compõem um terceiro mais potente; as paixões tristes ainda podem surgir. É no esforço perante elas que consiste o trabalho das errâncias, enquanto exercício ético-político do ensino de história, na própria narração histórica em sala de aula, em diálogo com estudantes.

“A alegria é a prova dos nove” (ANDRADE, [1928] 1978, p. 18). Isto não significa, entretanto, a abolição do ódio – ainda que, para Spinoza, o ódio para com os seres humanos nunca possa ser bom (E IV, P. 45). O ódio pelas injustiças sociais e pelas imposturas dos negacionismos, no entanto, “serve para negar o negativo, para negar aquilo que nega e aquilo que obscurece” (DELEUZE, [1968] 2017, p. 386). Tais variações, portanto, não contradizem a inspiração espinosana de um ensino por errâncias, mas a reforçam.

Seu cuidado aponta para outra questão: ser ativo. Daí o porquê de se ancorar na esperança, afeto instável em si. Não uma esperança passiva, mas articulada a um desejar ativo, como força mobilizadora tal qual interpretada por Ernst Bloch ([1959] 2005, p. 13).

O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera, colocada acima do temer, não é passiva como este, tampouco está trancafiada em um nada. O afeto da espera sai de si mesmo, ampliando as pessoas, em vez de estreitá-las.

Pois se a instabilidade revela a fragilidade do momento e a esperança, vista com suspeita por Spinoza, não se dissocia do medo em suas flutuações de ânimo (E III P. 50); também consiste em apontar que, por mais que a correlação de forças pareça hoje desfavorável a quem combate os negacionismos, nada está garantido. Um ensino por errâncias não recusa, nem denega o risco, mas se faz por esta abertura.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. "The Contingency of Pain". *In*: AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. 2a ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, [2004] 2014.

ALBERTI, Verena. "História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos". *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ALBERTI, Verena. "Ditadura militar brasileira nas aulas de História". **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0102, maio/ago. 2021a.

ALBERTI, Verena. "Comendo pelas beiradas: História Oral nas aulas de História" *In*: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2a ed. São Leopoldo: Oikos, 2021b. *E-book*.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. "Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de história". *In*: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.

ANDRADE, Oswald de. **Obras completas VI**. Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias. Manifestos, teses de concurso e ensaios. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, [1928] 1978.

ANSART, Pierre. "História e memória dos ressentimentos". *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indignações sobre uma questão sensível**. 2a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba, PR: Ed. UFPR, [1983] 2019.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus H. F. "Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital". **Revista da UFMG**, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus H. F. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. 2ª edição. Vitória: Editora Milfontes/ Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus H. F. "Atualismo: pandemia e historicidades no interminável 2020". **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-16, jan.-abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2021.1.39802>

ASSMANN, Aleida. "Transformations between History and Memory". **Social Research**. Vol. 75, No. 1, Collective Memory and Collective Identity, pp. 49-72, Spring 2008.

ÁVILA, Arthur Lima de. "Indisciplinando a historiografia; do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica". **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, jan./jun. 2018.

ÁVILA, Arthur Lima de. **A História no labirinto do presente**: ensaios (in)disciplinados sobre teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado. Vitória: Editora Milfontes, 2021a.

ÁVILA, Arthur Lima de. "Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico". **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, mai./aug. 2021b. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>

ÁVILA, Arthur Lima de. "O que significa indisciplinar a História?". *In*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)Disciplinada**. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 2a ed. Vitória: Editora Milfontes, 2021c.

ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)Disciplinada**. Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 2a ed. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

AYOUB, Hannah Ayoub. "Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo". **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. IV, n. 1. 2007

BALESTRO, Mayara; PEREIRA, Eduardo. "Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação: a serviço da extrema-direita (2016-2020)". *In*: BALESTRO, Mayara; MIRANDA, João Elter Borges (org.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo**: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto Editora, 2020.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. "O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea". **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, set./dez. 2016.

BENJAMIN, Walter. "Rua de mão única". *In*: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Obras escolhidas II. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, [1928] 1987a.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da História". *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas I. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, [1940] 1987b.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. TIEDEMANN, Rolf; BOLLE, Willi; MATOS, Olgária Chaim Feres (Org.). Trad. Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. Ubu: São Paulo, [2009] 2019.

BIARD, Michael; LEUWERS, Hervé. “Apresentação”. In: LEFEBVRE, Georges. **O Grande Medo de 1789** : seguido de as multidões revolucionárias. Tradução: Eduardo Henrik Aubert. Petrópolis, RJ: Vozes, [2014] 2019.

BIESTA, Gest. “Devolvendo o ensino à educação: uma resposta ao desaparecimento do professor”. GABRIEL, Caren Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (org.). **Formação docente e currículo**: conhecimentos, sujeitos e territórios. Rio de Janeiro: Mauad X, [2013] 2021.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. v. 1. Tradução: Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, [1959] 2005.

BORGES, Jorge Luis. **O fazedor (1960)**. Tradução: Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BROWN, Wendy. “Wounded Attachments”. **Political Theory**, Vol. 21, No. 3, pp. 390-410, aug. 1993.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “A plebe heterogênea da Independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824)”. **Almanack**. Guarulhos, n. 20, p. 194-215, dez 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320182009>.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [1980] 2014.

CESARINO, Letícia. “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, fev. 2020.

CESARINO, Letícia. “Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética”. **Ilha** – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 23, n.1, p. 73-96, 2 fev. 2021a.

CESARINO, Letícia. “Antropologia digital não é etnografia: Explicação cibernética e transdisciplinaridade”. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 2, p. 304-315, 24 ago. 2021b.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022a.

CESARINO, Letícia. “Bolsonarismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 82, p. 162-188, ago. 2022b.

CHAUÍ, Marilena. “Afastar a tristeza”. *In*: CHAUÍ, Marilena. **Desejo, paixão e ação na Ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

CHUN, Wendy Hui Kyong. **Updating to remain the same**: habitual new media. Cambridge: MIT Press, 2016.

CLOUGH, Patricia Tricinetto. “A Virada Afetiva: teorizando o social”. Tradução por Lucas Faial Soneghet. **Labemus** – Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social (blog), [2007] 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/07/16/a-virada-afetiva-teorizando-o-social-por-patricia-ticinetto-clough/>.

CONNOLLY, William. “A máquina de ressonância evangélica-capitalista”. **Labemus** – Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social (blog), [2005] 2021. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2021/04/05/a-maquina-de-ressonancia-evangelica-capitalista-por-william-e-connolly/>.

CONSOLIM, Marcia Cristina. **Crítica da razão acadêmica**: campo das ciências sociais “livres” e psicologia social francesa no fim do século XIX. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 269p. 2007

COSTA, Rosely Gomes. “Mestiçagem, racialização e gênero”. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100006>.

COSTA, Luciano Bedin da. “A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa”. **Paralelo 31**, ed. 15, dez. 2020.

CRARY, Jonathan. **Terra arrasada**: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. São Paulo: Ubu Editora, [2022] 2023.

CULP, Andrew. **Dark Deleuze**: pela morte deste mundo. Tradução de Camila de Moura. São Paulo: GLAC Edições, [2016] 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, [2009] 2016.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. Tradução: Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, [1981] 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Tradução: Peter Pál Pelbart. 3a ed. São Paulo: Editora 34, [1990] 2013.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e o problema da expressão**. Tradução: GT Deleuze – 12. Coordenação de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, [1968] 2017.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Traduzido por Mariana de Toledo Barbosa, Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1 edições, [1962] 2018.

DELEUZE, Gilles. “Curso de 24 de janeiro de 1978: o afeto e a ideia”. *In*: DELEUZE, Gilles. **Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)**. Tradução: Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Francisca Evilene Barbosa de Castro, Hélio Rebelo Cardoso Júnior e Jefferson Alves de Aquino. 3a ed. Fortaleza: EdUECE, [1978] 2019.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, [1977] 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. 2a ed. Tradução: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, [1972] 2011a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 1. 2a ed. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, [1980] 2011b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 3. 2a ed. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, [1980] 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 5. 2a ed. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, [1980] 2012b.

DELIGNY, Fernand. **O aracniano e outros textos**. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. 2a ed. São Paulo: N-1 Edições, [2008] 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?**. Tradução: Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, [2013] 2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. “Memória, disputas, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini”. **Tempo**. Niterói, vol. 26, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260210>

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Tradução: Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3a ed. Lisboa: Editorial Presença, [1952] 1989.

FERREIRA, Francisco Júlio Sousa. **As práticas discursivas sobre o ensino de história na grande mídia: 2002 a 2019**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Regional do Cariri. Crato – CE, 254p. 2020.

FICO, Carlos. “Brasil: a transição inconclusa”. *In*: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (orgs). **Violência na História**: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012a.

FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro”. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012b.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, [2009] 2020.

FONTOURA, Odir. “Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 45-63, janeiro-abril 2020.

FOUCAULT, Michel. “Preface”. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Oedipus**: capitalism and schizophrenia. New York, Viking Press, pp. XI-XIV, [1977] 1983.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1979] 1998.

FOUCAULT, Michel. “A ética do cuidado de si como prática de liberdade”. *In*: **Ditos & escritos V – Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1984] 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 3a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, [1984] 2017.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradução: Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, [2019] 2021.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “História e cesura”. *In*: **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Limiar: entre a vida e a morte”. *In*: **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, [2014] 2018.

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. “O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula”. *In*: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de história e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. *E-book*.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

GOMES, Ulyane Vieira. **A estética do YouTube**: forma e conteúdo no capitalismo tardio. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 165p. 2019.

GONÇALVES, Italo Vinicius. “Da etnografia multissituada à ‘plataformizada’: aproximações entre antropologia e estudos de plataforma”. **Cadernos De Campo** (São Paulo - 1991), 29(2), e175274, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe175274>

GONZALEZ, Lélia. “O movimento negro na última década”. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, N°. 92/93, jan./jun. 1988

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, [1986] 1996.

GUERÓN, Rodrigo. **Capitalismo, desejo & política**: Deleuze e Guattari leem Marx. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020. *E-book*.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Tradução: Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, [2004] 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Depois de ‘depois de aprender com a história’: o que fazer com o passado agora?”. *In*: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (org.). **Aprender com a história?**: o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. Tradução: Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, [2010] 2015.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, [2013] 2018a.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução: Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, [2014] 2018b.

HARSIN, Jayson. “Regimes of posttruth, postpolitics, and attention economies”. **Communication, Culture & Critique**, v. 8, n. 2, p. 1-7, 2015.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, [2003] 2014.

HARTOG, François. **Crer em história**. Tradução: Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, [2013] 2017.

JAMESON, Fredric. "Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism". **New Left Review**, 146, 53-92, 1984.

JAQUET, Chantal. **A unidade do corpo e da mente**: afetos, ações e paixões em Espinosa. Tradução: Marcos Ferreira de Paula e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, [2004] 2011.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3a ed. São Paulo: Boitempo, [2004] 2020.

KEHL, Maria Rita. "O ressentimento chegou ao poder?". **Revista serrote**. n. 33, nov. 2019.

KLEINBERG, Ethan. **Historicidade espectral**: teoria da história em tempos digitais. Tradução e apresentação: André da Silva Ramos. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, [1979] 2006.

LARROSA, Jorge. "Notas sobre a experiência e o saber de experiência". **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LARROSA, Jorge. "O corpo da linguagem". In: LARROSA, Jorge. **Linguagem e Educação depois de Babel**. Tradução: Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa; revisão técnica de Stelio Marras. 4a ed. Rio de Janeiro: Editora 34, [1991] 2019.

LAVILLE, Christian. "A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História". Tradução: Francisco Pereira de Lima. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.

LIMA, Rosenilde Alves de. **Histórias públicas e ditadura militar**: a verdade sedutora dos negacionistas como um problema para o ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Regional do Cariri. Crato, 206p. 2021.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Débora. “A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais”. *In*: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Zahar: Rio de Janeiro, 2009.

MALERBA, Jurandir. “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History”. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014.

MARCUSE, Herbert. “Prólogo”. *In*: MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. Boitempo: São Paulo, [1965] 2011.

MARINELI, Fábio. “O terraplanismo e o apelo à experiência pessoal como critério epistemológico”. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1173-1192, dez. 2020.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. “Aprendizagem histórica como tradução: efeitos sobre a avaliação escolar”. *In*: GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; ANDRADE, Juliana Alves de (org.). **Aprendizagem e avaliação da história na escola**: questões epistemológicas. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2023.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. Boitempo: São Paulo, [1852] 2011.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Tradução: Cristina Antunes. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MENESES, Sônia. “Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade”. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, 2019.

MENESES, Sônia. “Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020)”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-05>

MERÇON, Juliana. **Aprendizado ético-afetivo**: uma leitura spinozana da educação. Campinas, SP: Alínea Editora, 2009.

MESSEMBERG, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.

MONTEIRO, Ana Maria; PENNA, Fernando de Araujo. “Ensino de História: saberes em lugar de fronteira”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr. 2011.

MONTEIRO, Thiago Nunes. **Como pode um peixe vivo viver nesta carestia**: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2017.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOURA, Fernanda Pereira de. **“Escola Sem Partido”**: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 188p. 2016.

MUDROVICIC, María Inés. “Historical Narrative as a Moral Guide and the Present as History as an Ethical Project”. **História da Historiografia**, v. 9, n. 21, 30 ago. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. “Nossa democracia racial”. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, [1977] 2021a.

NASCIMENTO, Beatriz. “A luta dos quilombos: Ontem, hoje e amanhã”. *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Organização: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, [1990] 2021b.

NEGACIONISMO e revisionismo: teoria, historiografia e tempo presente [s.l.]. **Associação Nacional de História - Anpuh Brasil**. 2020. 1 vídeo. (123 min.) Disponível em: <https://youtu.be/JeC0nsQMMuA>. Acesso em: 11 abr. 2022.

NETO, Torquato. **Torquatália**. Geleia Geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

NEVES, Frederico de Castro. “A seca na história do Ceará”. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 4a ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, [2000] 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: uma polêmica. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, [1887] 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. **Fragmentos póstumos**: volumen IV (1885-1889). Traducción, introducción y notas de Juan Luis Vermal y Joan B. Llinares. 2a ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

NOIRET, Serge. “História Pública Digital”. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28–51, 2015.

NOLETO, Cairo. Topologias de rede: o que são e quais os tipos?. *In*: **Blog da Trybe**. [s.l.], 27 jun. 2020. Disponível em: <https://blog.betrybe.com/tecnologia/topologias-de-rede/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

NUNES, Fernando de Lima. **Para não esquecer**: Ensino de História e Empatia Histórica a partir da escrita de biografias de desaparecidos políticos da Ditadura Civil-Militar brasileira. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 223p. 2018.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. “O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 39, no 80, p. 37-59, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n80-02>

OLIVEIRA, Deyvison dos Santos. **Perspectivas docentes**: estratégias para o enfrentamento do negacionismo da Ditadura Militar em sala de aula. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 153p. 2022.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**: cartografias do esgotamento. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. **Na transversal do Tempo**: Natureza e Cultura à prova da História. Salvador: EDUFBA, 2019.

PEREIRA, Francisco Ruy Gondim. “Movimentos populares nas secas do Ceará (1979-1993)”. *In*: VIANA JÚNIOR, Mário Martins (org.). **História agrária, migrações e escravidão**. Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Lembrança do presente**: ensaios sobre a condição histórica na era da internet. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PEREIRA, Nilton Mullet. “O tempo multiplicado: não há ética no ensino de história sem a problematização do tempo”. **Palavras ABEHrtas**, n. 3, set. 2021.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. Organização: Richard Zenith. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PINHEIRO, Francisco José. “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 4a ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Tradução: Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RAMOS, Márcia Elisa Teté Ramos. “‘Meu professor de História mentiu pra mim’: noções sobre o professor de história e a história que ensina em uma comunidade do Facebook”. *In*: **Anais XV Encontro Regional de História**. Curitiba: UFPR – Anpuh, 2016.

RANGEL, Marcelo de Mello. “A urgência do ético: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia”. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 13, n. 25, jul. - dez. 2019.

RANGEL, Marcelo de Mello. “Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética”. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, e0110, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/21751803ne2021e0110>

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. “Apresentação - Teoria e história da historiografia - do giro linguístico ao giro ético-político”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 17, p. 318-332, abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i17.917>.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. *In*: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

REIS, José Carlos. “Regimes de historicidade e historiografias”. *In*: REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

RIOS, Flavia. “A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar”. **PLURAL**. Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.1, 2014.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina. Editora da UFRGS, 2016.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michael. **Dicionário de psicanálise**. Tradução: Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, [1997] 1998.

SAFATLE, Vladimir. “É racional parar de argumentar”. *In*: DUNKER, Christian *et al.* **Ética e pós-verdade**. São Paulo; Porto Alegre: Dublinense, 2017. *E-book*.

SANTHIAGO, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História no Brasil – sentido e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Igor. “A “canalha de toda qualidade”. Ação, perseguição e racialização dos sujeitos delituosos, Bahia, 1823-1850”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 88, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-08>

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. **Infância roubada, crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Alesp, 2014. p. 23-25. Disponível

em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

SILVA, Denise Ferreira da. “O evento racial ou aquilo que acontece sem o tempo”. In: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). **Histórias Afro-Atlânticas**. Vol. 2. Antologia. São Paulo: MASP, [2016] 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. “A noção de modulação e os sistemas algorítmicos”. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

SIMONDON, Gilbert. **Do modo de existência dos objetos técnicos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1958] 2020.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica, [1677] 2020.

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado político**. Tradução, introdução, notas: Diogo Pires Aurélio; revisão da tradução: Homero Santiago. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, [1677] 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1985] 2010.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio. “Educação dos sentidos e das sensibilidades: entre a moda acadêmica e a possibilidade de renovação do âmbito das pesquisas em história da educação”. **Revista História Da Educação**, v. 22, n. 55, p. 116–133, maio/ago. 2018.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Tradução: Tiago Avó. Lisboa: Unipop, [2005] 2012.

TURIN, Rodrigo. “Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades”. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, maio/agosto 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3ª ed. 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1988.

WHITE, Hayden. “O passado prático”. Tradução: Arthur Lima de Avila, Mario Marcello Neto, Felipe Radünz Krüger. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, [2010] jul.-dez. 2018.

APÊNDICE A – FONTES

1. FONTES DE REDES SOCIAIS

ARQUIVO NACIONAL. **Inflação (1977)**. [s./], 4 fev. 2021a. YouTube: @ArquivoNacionalBrasil. 1 vídeo (1 min 20 seg). Disponível em: <https://youtu.be/fpvvUO2Em9k>. Acesso em 05 mai. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. **Inflação (1977)**. [s./], 9 abr. 2021b. YouTube: @ArquivoNacionalBrasil. 1 vídeo (1 min 1 seg). Disponível em: https://youtu.be/a_n_7QnILDQ. Acesso em 05 mai. 2023.

BOLSONARO, Jair Messias. **Não fui torturada! Sou de 1920! Eu sobrevivi ao regime militar!!! [...]**. [s./], 4 abr. 2014. Facebook: @jairmessias.bolsonaro. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/a.250567771758883/305498869599106/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL PARALELO. **1964 - O Brasil entre armas e livros (filme completo)**. [s./: Brasil Paralelo], 02 abr. 2019. Facebook: @brasilparalelo. 1 vídeo (2 h 07 min 19 seg). Disponível em: <https://youtu.be/yTenWQHRPIg>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL PARALELO. **A Nova Brasil Paralelo - Evento de Lançamento – conheça a BP Select**. [s./: Brasil Paralelo], 27 set. 2021. Facebook: @brasilparalelo. 1 vídeo (1 h 19 min 12 seg). Disponível em: <https://youtu.be/8P7sXXzUmKo>. Acesso em: 06 mar. 2023.

BRASIL PARALELO. **Luiz Felipe Pondé - Congresso Brasil Paralelo**. [s./: s.n.], 25 set. 2016. Facebook: @brasilparalelo. 1 vídeo (1 min 12 seg). Disponível em: https://fb.watch/jnG7J-_knM/. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL PARA LERDOS. **Já falamos aqui sobre os fundadores da Brasil Paralelo [...]**. [s./], 05 fev. 2022. Twitter: @brparalerdo. Disponível em: <https://twitter.com/brparalerdo/status/1489970544954990599>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CANAL HISTORY BRASIL. **Brasil, 1968 – Ditadura à brasileira – Guia Politicamente Incorreto - History**. São Paulo: History Channel Brasil, 13 dez. 2017. YouTube: @CanalHistory. 1 vídeo (3 min 58 seg). Disponível em: <https://youtu.be/y0-10eThuDE>. Acesso em: 05 mar. 2023.

COMUNICADO do Aluno de História. **Meu professor de História mentiu pra mim**. Blog. [s./], 16 mar. 2014. Disponível em: <https://meuprofessordehistoriamentiupramim.blogspot.com/2014/03/comunica-do-do-aluno-de-historia.html>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CRUZADA PELA LIBERDADE. **Aos idiotas úteis e inúteis, perguntem ao vovô e à vovó**. [s./: s.n.], 10 mai. 2016. Facebook: @cruzadapelaliberdade. 1 vídeo (4 min 45 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjts7SGElh/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Ligas Camponesas** - De Olho na História. [s.l.: s.n.], 19 jan. 2022. YouTube: @DeOlhonosRuralistas. 1 vídeo (5 min 12 seg). Disponível em: <https://youtu.be/2Xf69jXT9Fk>. Acesso em: 18 mai. 2023.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Entenda como os camponeses lutaram contra a ditadura**. [s.l.: s.n.], 5 abr. 2022. YouTube: @DeOlhonosRuralistas. 1 vídeo (8 min 19 seg). Disponível em: <https://youtu.be/cV0Vk44EwXA>. Acesso em: 18 mai. 2023.

DELEGADO FRANCISCHINI. **Fórmula infalível para saber a verdade sobre o Regime Militar**. [s.l.: s.n.], 14 mai. 2018. Facebook: @FernandoFrancischiniBR. 1 vídeo (4 min 45 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjt-doAbOa>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DIREITA CONSERVADORA. **Sobre o Governo Militar de 1964**. [s.l.: s.n.], 13 mai. 2016. Facebook: @DireitaConservadoraOficial. 1 vídeo (4 min 45 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjtsTvJMIj/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

FELICIANO, Marco. **Russo e brasileiro falam sobre os governos em seus países!** Assista, curta e compartilhe!. [s.l.]: 19 set. 2017. Facebook: @PastorMarcoFeliciano. 1 vídeo (3 min 24 seg). Disponível em: <https://fb.watch/joOI4IBjaM/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ato com cerca de mil manifestantes em São Paulo pede impeachment de Dilma e intervenção militar no Brasil**. São Paulo, 01 nov. 2014. Facebook: @folhadesp. Disponível em: <https://www.facebook.com/fohadesp/photos/a.115442961831049/918929141482423/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

FREIRE, Heitor. **Sobre o professor que humilhou aluno**. Fortaleza: 18 abr. 2018. Facebook: @heitorfreire. 1 vídeo (2 min 19 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjj25lScGy/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GZH. **Charge de lotti desta segunda-feira**. Porto Alegre, 08 dez. 2014. Facebook: @GZHdigital. Disponível em: <https://www.facebook.com/GZHdigital/photos/a.284218549955/10150505528109956/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

HELENO, Augusto. **Eu, com 73 anos, estou fazendo campanha para o Bolsonaro, e uma mocinha feminista [...]**. [s.l.], 19 set. 2020. Twitter: @gen_helena. Disponível em: https://twitter.com/gen_helena/status/1307462628651003905. Acesso em: 03 mar. 2023.

INTELIGÊNCIA LTDA. **Luiz Felipe Pondé** - Inteligência Ltda. Podcast #159. [s.l.: s.n.], 26 mai. 2021. YouTube: @inteligencialtda. 1 vídeo (1 h 18 min 51 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/wsnsz0u2BNU>. Acesso em: 19 mar. 2023.

INTERVENÇÃO MILITAR NO BRASIL. **“Professor” militante do PSOL humilha e expulsa aluno de sala de aula por ser apoiador de Bolsonaro!**

[s./], 06 ago. 2018. Facebook: @ExercitoBrasileiroSalva. 1 vídeo (2 min 20 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjj2NqUc1F/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

JAIR BOLSONARO PRESIDENTE 2018. **Amado Batista humilha Boechat depois de pergunta cretina.** [s./: s.n.], 15 set. 2017. Facebook: @movimentobrasiladireita. 1 vídeo (1 min 18 seg). Disponível em: <https://fb.watch/j434oDJcsX/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

JORNALISMO TV CULTURA. **Luiz Felipe Pondé:** “Grande parte dos eleitores do Bolsonaro parecem ter um perfil de ressentimento”. São Paulo: TV Cultura, 28 jan. 2021. YouTube: @JornalismoTVCultura. 1 vídeo (3 min 18 seg). Disponível em: <https://youtu.be/h3ovJATMbdY>. Acesso em: 05 mar. 2023.

JORNALISMO TV CULTURA. **Linhas Cruzadas** - O ressentimento move o mundo? - 30/06/2022. São Paulo: TV Cultura, 30 jun. 2021. Disponível em: https://youtu.be/FWDQm_jmu_c. Acesso em: 05 mar. 2023.

MATOS, Silvio. **Pergunte ao Vovô e a Vovó.** [s./: s.n.], 07 mar. 2016. YouTube: @SilvioMatos. 1 vídeo (4 min 44 seg) Disponível em: <https://youtu.be/flsRgAqRYil>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MBL - MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Por que a maioria dos professores é de esquerda?** [s./], 13 dez. 2017. Facebook: @mblivre. 1 vídeo (2 min 38 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jnA41EZ1LW/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MEU PROFESSOR DE HISTÓRIA MENTIU PRA MIM. **Na página da Folha de São Paulo, na publicação em que esse jornaleco de [...].** [s./], 03 nov. 2014. Facebook: @mpdhmpm. Disponível em: <https://www.facebook.com/mpdhmpm/posts/pfbid02BpQzv2mBJPf59Cdr7mBwD4RCPM1WrRXnedHcXyRHXPpMq4cSXLUgRLUg5xoWqKGQl>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MIM, Meu professor de história mentiu pra. **Facebook.** Facebook: @mpdhmpm. Disponível em: <https://www.facebook.com/mpdhmpm>. Acesso em: 06 mar. 2023.

OLIVEIRA, Ney. **Amado Batista deixa Gabi sem chão.** [s./: s.n.], 25 mar. 2014. YouTube: @neyoliveira428. 1 vídeo (7 min 25 seg). Disponível em: <https://youtu.be/aYxnjUMfyHk>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PAU DE ARARA OPRESSOR. **O Esquerdopata Porchat demonstra que o que ele entende de ditadura é somente aquilo que os políticos e professores de história viveram pregando:** somente o lado deles da verdade. [s./: s.n.], 06 abr. 2017. Facebook: @tenentemosartsp. 1 vídeo (4 min 13 seg). Disponível em: <https://fb.watch/j41taTNdCU/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PENSAMENTO EM REVISTA. **Eleitores de Bolsonaro - Luiz Felipe Pondé na rádio BAND - 22 11 2017.** [s./: s.n.], 23 nov. 2017. YouTube: @pensamentoemrevista2026. 1 vídeo (6 min 45 seg). Disponível em: <https://youtu.be/40AtDwt4hXw>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Olavo de Carvalho - Luiz Felipe Pondé**. [s.l.: s.n.], 06 jun. 2016b. YouTube: @LuizFelipePondeOficial. 1 vídeo (3 min 48 seg) Disponível em: <https://youtu.be/E8kLR4QMDH0>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Professores de esquerda - Luiz Felipe Pondé**. [s.l.: s.n.], 16 mai. 2016a. YouTube: @LuizFelipePondeOficial. 1 vídeo (2 min 36 seg) Disponível em: <https://youtu.be/z5JrIKy4em0>. Acesso em: 18 mar. 2023.

PROGRAMA DO PORCHAT. **Amado Batista**: “Prefiro a ditadura do que a anarquia que está hoje”. São Paulo, TV Record, 06 abr. 2017. YouTube: @programadoporchat. 1 vídeo (8 min 57 seg). Disponível em: <https://youtu.be/aD8-4ZKILGg>. Acesso em: 04 mar. 2023.

RICARDO, Padre Paulo. **04 - Marxismo Cultural e Revolução Cultural: A infiltração do marxismo cultural no Brasil**. [s.l.: s.n.], 25 mai. 2012. YouTube: @padrepauloricardo. 1 vídeo (58 min 29 seg). Disponível em: <https://youtu.be/m1siNc0etwg>. Acesso em: 19 mar. 2023.

RICARDO, Padre Paulo. **63 - "O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota"**. [s.l.: s.n.], 12 set. 2013. YouTube: @padrepauloricardo. 1 vídeo (57 min 23 seg). Disponível em: <https://youtu.be/FCgZjtUxDvM>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SALOMÃO, David. **Professor HUMILHA e EXPULSA aluno que apoia Bolsonaro**. Vitória da Conquista, 13 abr. 2018. Facebook: @100044824744410. 1 vídeo (2 min 13 seg). Disponível em: <https://fb.watch/jjj16WBRgn/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SOMOSTODOSBOLSONARO. **Amado Batista fala a verdade sobre o Regime Militar e deixa Comunista louca**. [s.l.: s.n.], 11 out. 2017. Facebook: @SomostodosJairMessiasBolsonaro. 1 vídeo (7 min 53 seg). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=569662666698690>. Acesso em: 04 mar. 2023.

VIEIRA, Binho. **Marxismo cultural - Pondé**. [s.l.: s.n.], 09 ago. 2018. YouTube: @binhovieira7076. 1 vídeo (57 min 06 seg). Disponível em: <https://youtu.be/iqZ43J2cij4>. Acesso em: 19 mar. 2023.

WEINTRAUB diz que não quer mais sociólogo, antropólogo e filósofo com dinheiro público. [Brasília]: **UOL**, 2020. 1 vídeo. (96 seg.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5zubrEQww8>. Acesso em: 11 abr. 2022.

2. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Organização Felipe Moura Brasil. 1a ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. *E-book*.

PONDÉ, Luiz Felipe. **Guia Politicamente Incorreto da Filosofia**. São Paulo: Leya, 2012. *E-book*.

PONDÉ, Luiz Felipe. **A era do ressentimento**. São Paulo: Leya Brasil, 2014. *E-book*.

3. FONTES JORNALÍSTICAS

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verbas de universidades por balburdia e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *Estadão*. 30 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ARAUJO, Barbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. **Revista Jacobin Brasil**. 13 set. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso em 15 mai. 2023.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. Massacre de Haximu: relembre condenação de garimpeiros por genocídio de indígenas Yanomami. **g1**. 04 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/04/massacre-de-haximu-relembre-condenacao-de-garimpeiros-por-genocidio-de-indigenas-yanomami.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BAZZAN, Alexandre. 'Netflix' dos bolsonaristas gastou R\$ 328 mil em anúncios de Facebook e Instagram. **Estadão**. 28 set 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,netflix-dos-bolsonaristas-gastou-r-328-mil-em-anuncios-de-facebook-e-instagram,70003455670>. Acesso em: 11 abr. 2022.

BLOQUEIOS nas rodovias, silêncio de Bolsonaro e mais de 1º de novembro. **CNN Brasil**. 01 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bloqueios-nas-rodovias-silencio-de-bolsonaro-e-mais-de-1o-de-novembro/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BOLSONARISTAS radicais tentam invadir prédio da PF e incendeiam carros e ônibus em Brasília; vias são bloqueadas. **g1 DF**; TV Globo. 12 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radica-is-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BOLSONARO diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia. **g1**. 26 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CANTÓ, Pablo. De piada na TV brasileira a presidente eleito. **El País**. 04 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/31/politica/1540978539_344863.html. Acesso em: 15 mar. 2023.

DUARTE, Rafael. “Não acredito em conspiração da esquerda para dominar a universidade”, diz Luiz Felipe Pondé. **Saiba Mais**. 11 jul. 2019. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2019/07/nao-acredito-em-conspiracao-da-esquerda-para-dominar-a-universidade-diz-luiz-felipe-ponde/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FANTÁSTICO. Malária, pneumonia, desnutrição, contaminação por mercúrio: Fantástico mostra a tragédia humanitária na Terra Indígena Yanomami. **g1**. 29 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/29/malaria-pneumonia-desnutricao-contaminacao-por-mercúrio-fantastico-mostra-a-tragedia-humanitaria-na-terra-indigena-yanomami.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

GOES, Tony. ‘Guia Politicamente Incorreto’, série baseada em livro de Leandro Narloch, estreia. **Folha de S. Paulo**. 21 out. 2017. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/multitela/2017/10/guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil-serie-baseada-em-livro-de-leandro-narloch-estreia.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2023.

LEITÃO, Miriam. Áudios do Superior Tribunal Militar provam tortura na ditadura. **O Globo**. 17 abr. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/audios-do-superior-tribunal-militar-provam-tortura-na-ditadura.html>. Acesso em: 28 abr. 2023.

LOPES, Anna Júlia; SOARES, Gabriella; SPECHOTO, Caio. Após Congresso e Planalto, bolsonaristas radicais invadem STF. **Poder 360**. 08 jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/apos-congresso-e-planalto-bolsonaristas-radica-is-invadem-stf/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MAZZA, Luigi. No Facebook, Brasil Paralelo é recordista de gastos com propaganda política. **Revista PiauÍ**. 27 mai. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/no-facebook-brasil-paralelo-e-recordista-de-gastos-com-propaganda-politica/amp/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MONNERAT, Alessandra; SARTORI, Caio. Vendas de livros de Olavo de Carvalho triplicam desde eleição. **Estadão**. 19 jan. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/vendas-de-livros-de-olavo-de-carvalho-triplicam-desde-eleicao/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

NAKAGAWA, Fernando. Aneel registra sete ataques a torres de transmissão, sendo quatro derrubadas. **CNN Brasil**. 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/aneel-registra-sete-ataques-a-torres-de-transmissao-sendo-quatro-derrubadas/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

OTTO, Isabella. Movimento ‘red pill’, ‘homens sigma’ e a misoginia camuflada de coaching. **Capricho**. 01 mar. 2023. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/sociedade/movimento-red-pill-homens-sigma-e-a-misoginia-camuflada-de-coaching/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PAMPLONA, Pablo. Como a mobilização das mulheres contra a carestia desmoralizou os militares. **Revista Jacobin Brasil**. 12 set. 2021. Disponível

em: <https://jacobin.com.br/2021/09/como-a-mobilizacao-das-mulheres-contr-a-carestia-desmoralizou-os-militares/>. Acesso em 05 mai. 2023.

PASSOS, Úrsula. 'O inteligentinho ultimamente tem falado muito de patinete', diz Pondé na Casa Folha. **GHZ**. 11 jul. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2019/07/o-inteligentinho-ultimamente-tem-falado-muito-de-patinete-diz-ponde-na-casa-folha-cjxyx17z000q401njxvyf3cey.html>. Acesso em: 19 mar. 2023.

PEZZO, Rafael. Debate entre professor e aluno sobre situação do país vira motivo de ameaça. **UOL**. 14 abr. 2018. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/04/14/discussao-entre-professor-e-aluno-vira-motivo-de-ameacas-no-facebook.htm>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: cavaleiro de batina do apocalipse pandêmico. **Instituto Humanitas Unisinos**. 08 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606430-padre-paulo-ricardo-cavaleiro-de-batina-do-apocalipse-pandemico-artigo-de-fabio-py>. Acesso em 19 mar. 2023.

RAMALHO, Yara; OLIVEIRA, Valéria. Terra Yanomami completa 30 anos com maior devastação da história causada pelo garimpo. **g1 RR**. 25 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/05/25/terra-yanomami-completa-30-anos-com-maior-devastacao-da-historia-causada-pelo-garimpo.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SUSPEITO de envolvimento em atentado a bomba no aeroporto de Brasília se entrega em Mato Grosso. **g1**; Jornal Nacional. 17 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/17/suspeito-de-envolvimento-em-atentado-a-bomba-no-aeroporto-de-brasilia-se-entrega-em-mato-grosso.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2023.